



Universidade Do Estado Do Rio De Janeiro
Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira
Programa de Pós-Graduação em ensino de
Educação Básica

Monique Rocha Esteves Guedes

O silêncio da filosofia: de 1961 à BNCC

Rio de Janeiro
2023

Monique Rocha Esteves Guedes

O silêncio da filosofia: de 1961 à BNCC

Dissertação apresentada, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre, Programa de Pós-Graduação de Ensino em Educação Básica, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Cotidiano e Currículo na Educação Básica.

Orientadora: Prof^a. Dra. Andrea da Silva Marques Ribeiro

Rio de Janeiro
2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CAP/A

G924 Guedes, Monique Rocha Esteves

O silêncio da filosofia: de 1961 à BNCC. / Monique Rocha Esteve Guedes – 2023.

118 f.: il.

Orientadora: Andrea da Silva Marques Ribeiro.

Dissertação (Mestrado) – Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira. CAP/UERJ.

1. Filosofia – Estudo e Ensino – Teses. 2. Reforma do Ensino Médio. 3. BNCC. I. Ribeiro, Andrea da Silva Marques. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira. CAP/UERJ. III. Título.

CDU 37:17

Emily Dantas CRB-7 / 7149 - Bibliotecário responsável pela elaboração da ficha catalográfica.

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese/dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Monique Rocha Esteves Guedes

O silêncio da filosofia: de 1961 à BNCC

Dissertação apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Ensino em Educação Básica, Curso de Mestrado Profissional, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: cotidiano e currículo na Educação Básica.

Aprovada em _____ de _____ de _____.

Banca Examinadora:

Aprovada em _____ de _____ de _____.

Orientadora: Profa. Dra. Andrea da Silva Marques Ribeiro

Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira — UERJ

Banca Examinadora:

Orientadora: Profa. Dra. Andrea da Silva Marques Ribeiro

Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira — UERJ

Prof. Dr. Esequiel Rodrigues Oliveira

Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira — UERJ

Prof. Dr. Alvaro José Rodrigues de Lima — UFRJ

Rio de Janeiro

2023

DEDICATÓRIA

Dedico este texto a quem esteve comigo durante esta jornada, torceu, vibrou e chorou junto a mim em cada etapa.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que em todo tempo foi a minha base, minha fortaleza, como diz a canção: “Eu e Deus”, de Leandro Borges, “Porque existem coisas/ Que é só você e Deus [...] Ele me disse vá em frente eu contigo estou”.

Ao André Storino, que acreditou e me incentivou a ingressar no mestrado, sua ajuda foi essencial nessa conquista. A você, meu amigo, muito obrigada!

A Andrea da Silva Marques Ribeiro, orientadora mui querida, sempre disposta a partilhar dos seus conhecimentos, sempre gentil e atenciosa, obrigada pela oportunidade e confiança!

Prof. Dr. Esequiel Rodrigues Oliveira e ao Prof. Dr. Álvaro José Rodrigues de Lima, que gentilmente aceitaram o convite para fazer parte da banca examinadora.

Aos meus familiares, que sempre me apoiaram!

Aos meus amigos, sempre dispostos a me ouvir e ceder o ombro nos momentos mais delicados.

A Marcelle Araújo, que compartilhou de momentos árduos, mas também das melhores gargalhadas que esse processo pode me proporcionar!

Ao Gustavo Sant’Anna, pelo companheirismo e paciência nesse período!

Aos meus colegas de trabalho, que conviveram comigo nesse período de agitação, e sempre foram tão generosos e compreensivos.

Aos professores que participaram das pesquisas, e foram essenciais na construção do produto educacional “Caderno de Questões Filosóficas”.

Ao Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp-UERJ), ao corpo docente, direção e administração, pelo excelente trabalho e dedicação esmerada.

Enfim, a todos que de forma direta ou indireta participaram dessa construção colaborativa, a vocês, o meu muitíssimo obrigada!

Não pedimos esse salão ou essa música, fomos convidados a entrar
Portanto, porque a escuridão nos rodeia, voltamos nossos olhos para a luz
Suportemos os momentos de dificuldade, para agradecermos os de abundância
Foi-nos dado a dor, para nos surpreendermos com a alegria
Foi-nos dado a vida, para não aceitarmos a morte
Não pedimos este salão ou essa música.
Mas já que estamos aqui, vamos dançar!

Stephen King

RESUMO

GUEDES, Monique Rocha Esteves. O silêncio da filosofia: de 1961 à BNCC. Rio de Janeiro, 2023. 120f. Dissertação. (Mestrado Profissional em Ensino em Educação Básica) - Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

O ensino de Filosofia no Brasil passou por diversas mudanças ao longo dos últimos tempos. Com primeira LDB 4.024/61 e a promessa do ensino profissionalizante, uma mão de obra mais qualificada e a garantia de vagas no mercado de trabalho levou o ensino da Filosofia para segundo plano, uma vez que até então, o ensino secundarista era visto como propedêutico à formação superior, deixando de ser obrigatória, e por fim, em 1971, com a lei 5.692, foi completamente excluída do currículo. A Filosofia retornou somente em 1996, com a segunda LDB 9396/96 e tornou-se obrigatória em definitivo em 2008 com a Lei 11.684. Contudo, a nova redação da LDB 9394/96, do artigo 36, dada pela Lei 13.415 de 2017, a Filosofia deixa de ter caráter de disciplina isolada e passa a ser vista de forma multidisciplinar, tendo sua temática diluída e até mesmo relegada ao pragmatismo. Analisando o catálogo de eletivas apresentado pela Secretaria Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro (Seeduc-RJ), observa-se um direcionamento com um maior engajamento para temáticas e vivências sociais. Sendo assim, esta pesquisa buscou contribuir para a construção do Produto Educacional: Caderno de Cartões Filosóficos, que pudesse ser trabalhado de forma multidisciplinar e que também sirva de material de apoio ao professor não somente da disciplina de Filosofia, mas aos professores de Ciências Humanas; que seja acessível e divulgado de forma virtual, com propostas de aulas. E que a escolha do tema da aula também pudesse ser algo feito em conjunto com os discentes, proporcionando o protagonismo juvenil que a BNCC tanto esmera, mas sem que perca o engajamento filosófico, proporcionando momentos de reflexões e indagações, tão importantes na atividade filosófica, para que estes indivíduos tenham consciência das dimensões que compõem a vida do homem, enquanto animal-político.

Palavras-chave: BNCC. Reforma do Ensino Médio. Filosofia. Catálogo de eletivas. Itinerário Formativo.

RESUMEN

GUEDES, Monique Rocha Esteves. El silencio da filosofía: de 1961 à BNCC. Rio de Janeiro, 2023. 120f. Dissertação. (Mestrado Profissional em Ensino em Educação Básica) - Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

La enseñanza de la Filosofía en Brasil ha sufrido varios cambios en los últimos años. Con la primera LDB 4.024/61 y la promesa de formación profesional, mano de obra más calificada y la garantía de vacantes en el mercado de trabajo, pasó a un segundo plano la enseñanza de la Filosofía, pues hasta entonces la educación secundaria era vista como propedéutica de la educación superior, dejando de ser obligatorio, y finalmente, en 1971, con la Ley 5.692, fue completamente excluido del plan de estudios. Volviendo recién en 1996 con la segunda LDB 9396/96 y siendo definitivamente obligatorio en 2008 con la Ley 11.684. Sin embargo, la nueva redacción de la LDB 9394/96, del artículo 36, dada por la Ley 13.415 de 2017, la Filosofía deja de tener el carácter de disciplina aislada y pasa a ser vista de forma multidisciplinaria. Teniendo su temática diluida e incluso relegada al pragmatismo. Analizando el catálogo de optativas presentado por la Secretaría Estadual de Educación del Estado de Río de Janeiro (Seeduc-RJ), se observa una dirección con mayor compromiso con los temas y experiencias sociales. Por lo tanto, esta investigación buscó contribuir a la construcción del Producto Educativo: Cuaderno de Fichas Filosóficas para una posible adaptación del Catálogo de Electivas, que pueda ser trabajado de manera multidisciplinaria, que además sirva como material de apoyo para los docentes no solo en la disciplina de Filosofía, sino a los profesores de Ciencias Humanas; accesible y difundido virtualmente, con propuestas de clases. Y que la elección del tema de la clase pueda ser también algo hecho en conjunto con los alumnos, brindando el protagonismo juvenil que tanto anhela la BNCC, pero sin perder el compromiso filosófico, brindando momentos de reflexión y interrogantes, tan importantes en la actividad filosófica, para que estos individuos tomen conciencia de las dimensiones que componen la vida del hombre, como animal político.

Palabras clave: BNCC. Reforma de la Escuela Secundaria. Filosofía. Catálogo de optativas. Itinerario Formativo.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Pesquisa na Plataforma de Periódicos da CAPES sobre O ensino de Filosofia e a Reforma do Ensino Médio.....	15
Quadro 2 - Eletivas por Área de Conhecimento.....	38
Quadro 3: Carga Horária da Base Comum e da BNCC.....	40
Quadro 4: Pesquisa na Plataforma de Periódicos da EduCapes sobre Produtos Educacionais relacionados ao Ensino de Filosofia.....	49

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO A: Tempo de magistério.....	52
GRÁFICO B: Formação Acadêmica.....	53
GRÁFICO C: Qual a disciplina de ingresso.....	54
GRÁFICO D: Você é habilitado para Filosofia?.....	55
GRÁFICO E: Você leciona Filosofia?.....	56
GRÁFICO F: Sua carga horária está plenamente em uma unidade escolar?.....	58
GRÁFICO G: Com a Reforma do Ensino Médio, seu cotidiano escolar sofreu alguma alteração?.....	60
GRÁFICO H: Se sua disciplina de ingresso for Filosofia, sua carga horária está completamente alocada em Filosofia?.....	63
GRÁFICO I: Caso sua carga horária não esteja alocada, você precisou complementar em quais disciplinas?.....	65
GRÁFICO J: Caso esteja lecionando Disciplinas do Catálogo de Eletivas, qual temática foi escolhida na sua Unidade Escolar?.....	66
GRÁFICO K: Ao planejar uma atividade pedagógica para a aula de filosofia, quais temáticas você gostaria de abordar a partir da utilização de um Caderno de Cartões Filosóficos?.....	77
GRÁFICO L: Você gostaria de participar da etapa de validação do Caderno de Cartões Filosóficos? Em caso afirmativo, a pesquisadora entrará em contato via e-mail. A validação acontecerá via questionário on-line sobre o produto educacional.....	78
GRÁFICO M: Quais aspectos do "Caderno de Cartões Filosóficos" você achou mais eficazes em promover o engajamento dos alunos?.....	80

GRÁFICO N: Há algum tópico específico abordado nos cartões filosóficos que possa se destacar em suas aulas? Qual?.....81

GRÁFICO O: Os cartões filosóficos abordaram uma variedade de temas. Eles são adequados para diferentes níveis de habilidade e maturidade dos alunos?.....82

GRÁFICO P: Há alguma questão ou conceito em particular que você sentiu que estava faltando e que poderia ser incluído em futuras edições do caderno?.....83

GRÁFICO Q: A estrutura e o design dos cartões filosóficos são claros e acessíveis para os alunos?.....86

GRÁFICO R: Acerca da impressão geral do "Caderno de Cartões Filosóficos", você acredita que ele é uma ferramenta para o ensino da Filosofia?.....88

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CCF	Caderno de Cartões Filosóficos
CEE	Conselho Estadual de Educação
CFE	Conselho Federal de Educação
LDB	Lei de Diretrizes e Base
NEM	Novo Ensino Médio
PCN	Parâmetros Curriculares Nacional
PE	Produto Educacional
Seeduc	Secretaria Estadual de Educação
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
PT	Partido dos Trabalhadores

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
I JUSTIFICATIVA.....	17
1.1 PROBLEMA.....	17
1.2 - Objetivos.....	18
II - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	20
2.1 - A Reforma do Ensino Médio e o Ensino de Filosofia:.....	20
2.2 - A legislação brasileira no que concerne o ensino de Filosofia.....	23
2.2.1 - Reforma Capanema: Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942.....	23
2.2.2 - LDB 4.024/61 - A promessa do ensino profissionalizante.....	25
2.2.3 - Lei nº 5.692/71-Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus.....	26
2.2.3.1- A Resolução nº 8 do Conselho Federal de Educação, de 1º de dezembro de 1971, derivada do Parecer 853/71:.....	27
2.2.4- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96.....	28
2.2.5 - Lei nº 11.684/08 - Altera o art. 36 da Lei no 9.394, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio.....	30
2.2.6 - Lei nº 13.415, de 2017.....	35
III - ANÁLISE DO ITINERÁRIO FORMATIVO REFERENTE A CARGA HORÁRIA BNCC.....	36
3.1 ANÁLISE DO CATÁLOGO DE ELETIVAS.....	36
3.1.1 Análise do Itinerário Formativo componente de área de humanidades:.....	40
IV - METODOLOGIA	43
4.1 A PESQUISA.....	44
4.1.1 A natureza da pesquisa.....	44
4.1.2 Metodologia de desenvolvimento do Produto Educacional.....	44
4.1.3 Coleta de dados.....	50
4.1.4 Caracterização dos participantes.....	51
4.1.4.1 Tempo de Magistério.....	51

4.1.4.2	Formação acadêmica.....	52
4.1.4.3	Disciplina de regência dos professores participantes.....	53
4.1.4.4	Aproveitamento dos professores participantes habilitados em filosofia.....	54
4.1.4.5	Professores participantes que lecionam filosofia, independente da disciplina de ingresso ser filosofia.....	56
4.1.4.6	Distribuição da carga horária na unidade escolar.....	57
4.1.4.7	O impacto da reforma do ensino médio no cotidiano escolar dos professores participantes.....	59
4.1.1.8	De que maneira Reforma do Ensino Médio impacta a rotina profissional dos professores participantes.....	61
4.1.1.9	Distribuição variada da carga horária dos professores de Filosofia.....	63
4.1.1.10	Complementação da carga horária dos professores participantes em outras disciplinas.....	64
4.1.1.11	Acerca das temáticas das disciplinas do Catálogo de Eletivas, nas quais os professores participantes desta pesquisa precisaram ministrar para complementação da carga horária semanal.....	65
4.1.1.12	Parecer dos professores participantes acerca das mudanças do Novo Ensino Médio:.....	66
4.1.1.13	Parecer dos professores acerca das mudanças propostas pelo Novo Ensino Médio no que diz respeito ao ensino de FILOSOFIA.....	69
IV - PRODUTO EDUCACIONAL.....		73
4.1 - CADERNO DE CARTÕES FILOSÓFICOS		73
4.2.	Composição do caderno de questões filosóficas.....	73
4.2.1	Capa do produto Educacional: Caderno de Questões Filosóficas.....	74
4.2.2	Parecer dos professores acerca das temáticas para a composição dos cartões filosóficos.....	75
4.2.3	Parecer dos professores acerca da participação da etapa do produto educacional.....	77

4.3 Validação do Produto Educacional	78
4.3.1 Parecer dos professores acerca dos itens que foram considerados atrativos no cartão filosófico:.....	79
4.3.2 Parecer dos professores acerca dos tópicos específicos que possam se destacar durante a aula.....	80
4.3.3 Parecer dos professores acerca da abordagem temática dos cartões filosóficos e se são adequados aos diferentes níveis de habilidade e maturidade dos alunos.....	81
4.3.4 Parecer dos professores acerca se haveria algum conceito específico que poderia ser acrescido nas futuras edições do caderno de questões filosóficas.....	82
4.3.5 Parecer dos professores acerca dos itens que poderiam ser modificados e/ou acrescidos.....	83
4.3.6 Parecer dos professores acerca dos desafios encontrados ao integrar os cartões.....	84
4.3.7 Parecer dos professores acerca da estrutura e design dos cartões.....	85
4.3.8 Parecer dos professores acerca das sugestões para melhorias na estrutura e design dos cartões.....	87
4.3.9 Parecer dos professores acerca da impressão geral do produto educacional como uma ferramenta para o ensino de filosofia.....	87
4.3.10 Parecer dos professores acerca do posicionamento dos professores participantes sobre a indicação do produto a outros professores:.....	88
4.3.11 Parecer dos professores acerca da aplicabilidade dos cartões em suas aulas.....	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	96
APÊNDICE A — TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	100
APÊNDICE B — Roteiro da Pesquisa com os Professores:.....	102

APÊNDICE C — TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO do questionário de validação do Caderno de Questões Filosóficos.....	107
APÊNDICE D — Roteiro da Pesquisa de Feedback com os Professores.....	109
ANEXO A — PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	112

INTRODUÇÃO

O ensino de Filosofia no Brasil passou por diversas mudanças ao longo dos últimos tempos. Enquanto os Jesuítas estavam à frente do processo educacional, a Filosofia era utilizada como mecanismo de embasamento para uma educação cristã-católica, tendo em vista que adotaram a linha tradicional escolástica: aristotélica-tomista. Seguindo por este viés até a primeira metade do século XIX, já com a reforma pombalina, o intuito era que o Estado estivesse à frente da educação; secularizar e, por fim, padronizar o currículo. Já na segunda metade do século XIX, as filosofias modernas ganham espaço no meio intelectual, ainda que de forma singela. A partir de 1930 mudanças políticas-econômicas impulsionaram algumas transformações, ainda que sutis no sistema educacional, mas que proporcionaram a reforma Capanema de 1942, que por sua vez, acreditavam que o ensino secundarista deveria visar a formação do homem, segundo “habilitando-o, por atitudes e comportamentos, a viver por si e a tomar decisões”, para viver em sociedade, neste momento a Filosofia oferecia uma importante contribuição a formação almejada (CARTOLANO, 1985, p 72-73)

Contudo, na primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB 4.024/61, com a promessa do ensino profissionalizante, uma mão de obra mais qualificada e a garantia de vagas no mercado de trabalho, levou o ensino da Filosofia para segundo plano, já que até então o ensino secundarista era visto como propedêutico a formação superior, deixando de ser obrigatória. Em 1971, com a lei 5.692, a Filosofia foi completamente excluída do currículo, retornando somente em 1996 com a segunda LDB 9396/96 e, por fim, sendo obrigatória em definitivo em 2008 com a lei 11.684.

Com a proposta do Novo Ensino Médio (NEM), à luz da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a nova redação Lei nº 13.415, de 2017 dada a LDB 9394/96, a disciplina de Filosofia teve uma redução em sua carga horária, com redução dos tempos de aula. A matriz curricular anterior a do NEM, eram 2 tempos de 50 minutos, semanais em cada ano de escolaridade do Ensino Médio (EM), contabilizando 6 tempos ao longo dos três anos. No novo formato, apenas o 1º ano do ensino médio terá 2 tempos de filosofia. Isso significa que o estudante da rede pública ao longo de sua vida escolar, considerando seu ingresso ainda no ensino fundamental, terá

apenas 80 horas da disciplina em si de forma genuína. E infelizmente, o corte no currículo da disciplina, ao longo das últimas décadas não se configura em um projeto novo, concretizando-se em diferentes tentativas políticas de silenciar o ensino de Filosofia.

De modo a compreender tais razões para esse silenciamento, foi realizado um breve resumo histórico do ensino da Filosofia no Brasil, compreendendo os períodos de 1961 a 2022, com a implementação do Novo Ensino Médio. Tais informações foram de fomento na compreensão do pragmatismo envolvendo o ensino de Filosofia.

Como parte da pesquisa, foi realizada uma busca no acervo de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), utilizando como termo de busca: “A reforma do ensino médio e o ensino de filosofia”, e focando, preferencialmente, em artigos que foram publicados entre 2016 e 2022 e que pudessem ser correlacionados com este projeto de pesquisa.

Destes artigos encontrados, os eixos norteadores que estão em consonância com esta pesquisa são a redução e a diluição dos tempos de Filosofia; o caráter subversivo que algumas vertentes políticas defendem que a filosofia possa ter, bem como o olhar pragmático acerca da Filosofia.

Desta forma, evidencia-se em Carneiro (2020), que a reforma do ensino médio com o discurso voltado para a modernização da educação, reduziu e/ou excluiu disciplinas anteriormente obrigatórias, porém consideradas “desinteressantes” e /ou “inúteis”, isto é, disciplinas que não teriam utilidades no ensino profissionalizante. Disciplinas que seriam apenas propedêuticas à formação acadêmica superior, ou seja, ao retirar Filosofia, outra disciplina “mais” útil seria incluída.

No novo ensino médio, por exemplo, foram incluídas disciplinas com propostas voltadas à formação profissionalizante. A princípio, o discente poderá escolher disciplinas das áreas do conhecimento que fossem mais específicas a área de interesse profissional.

Menezes e Silva (2020) também pontuaram acerca da organização do ensino que está atrelado às condições ideológicas e políticas: “A Filosofia no ensino secundário, nesse tempo, ficou sujeita às oscilações ideológicas que condicionaram sua presença nos currículos, definindo sua inclusão ou retirada no período inicial da República” (MENEZES e SILVA, 2020, p.231).

Da mesma maneira, Esteves e Valverde (2019) discorreram acerca das diversas mudanças que a Filosofia sofreu ao longo dos diversos cenários políticos.

Segundo os autores, no período da Ditadura Militar, por exemplo, a Filosofia foi considerada uma disciplina de caráter subversivo e que pudesse incitar a não obediência dos jovens. Desta maneira, foram introduzidas outras disciplinas com caráter cívico-religioso.

Sob a ditadura iniciada em 1964, a Lei 5.692/71 afastou a disciplina de Filosofia, entendida pelo governo autoritário como subversiva, e introduziu outras duas “ideológicas”, a Educação Moral e Cívica (EMC) e a Organização Social e Política Do Brasil (OSPB), que fomentaram o espírito religioso, o patriotismo, o papel de instituições como a família e o Estado Como -mantenedoras da ordem e da coesão social, a obediência às leis ao trabalho.(ESTEVEES e VALVERDE, 2019 p.177-178)

A disciplina tornou-se obrigatória somente no mandato do governo Lula, com a lei 11.684/2008, que atribuiu nova redação à LDB 9394/96. A partir desta perspectiva, Silva e Situba (2021) analisam as práticas reformistas da educação brasileira e por quais caminhos o ensino de filosofia percorreu até a homologação da BNCC, no governo Michel Temer (2017), bem como maneiras de introduzir o discurso filosófico aos jovens de forma transdisciplinar:

Pretendemos discutir o ensino filosófico brasileiro, a partir da reforma do ensino médio, verificando de que forma as escolas podem aproveitar e introduzir discussões filosóficas de maneira transdisciplinar, de modo que esta não seja apenas mais uma disciplina singular, mas que proporcione aos envolvidos a capacidade de reflexão e uma visão diferenciada de mundo, criando ideias e atitudes que consigam ir além do senso comum. (SILVA e SITUBA, 2021, p. 3)

Seguindo por este viés, ao pensar em propostas que fomentem um discurso transdisciplinar, também é necessário pensar em dispositivos que proporcionem aos discentes engajamentos filosóficos, crítico-reflexivos e que estejam em consonância com as habilidades e competências da BNCC.

Embora a Filosofia não fosse constituída como disciplina obrigatória na última etapa da Educação Básica, os dois documentos registraram orientações para o seu ensino nas escolas secundárias do País. No caso dos PCN, estabeleceu-se que, ao término do Ensino Médio, os/as estudantes fossem capazes de desenvolver as seguintes competências e habilidades: [...] Ler textos filosóficos de modo significativo; ler, de modo filosófico, textos de diferentes estruturas e registros; Elaborar por escrito o que foi apropriado de modo reflexivo; Debater, tomando uma posição, defendendo-a argumentativamente e mudando de posição face a argumentos mais consistentes; (NASCIMENTO e ALVES, 2021. p. 2-3)

Contudo, os Parâmetros Curriculares Nacional (PCN) para o Ensino Médio enfatizam a importância de transformar os saberes adquiridos em artifícios a serem aplicados também no âmbito do trabalho:

O importante, no entanto, não consiste em menosprezar os conteúdos programáticos, e sim reconhecer que os conhecimentos são recursos a serem mobilizados nas mais inéditas e complexas situações reais. Caso contrário, de que adiantaram os saberes acumulados se não se transformassem em condições para serem aplicadas no trabalho, no convívio da família, no lazer, nas mais diversas situações que exijam reconfigurações dos conhecimentos e improvisação no agir? (NASCIMENTO e SILVA *apud* BRASIL, 2002, p. 46).

Da mesma maneira, as constantes mudanças requerem que o ensino de filosofia deve adequar-se também às demandas do mercado de trabalho, considerando-a como parte da preparação básica, como sugere a BNCC (2018. p.465): “Em relação à preparação básica para o trabalho, que significa promover o desenvolvimento de competências que possibilitem aos estudantes inserirem-se de forma ativa, crítica, criativa e responsável em um mundo do trabalho cada vez mais complexo e imprevisível.”

A seguir um quadro sintético dos artigos anteriormente mencionados:

Quadro 1:

Pesquisa na Plataforma de Periódicos da CAPES sobre O ensino de Filosofia e a Reforma do Ensino Médio:			
Termos de busca	Trabalhos encontrados	Autor (es)/ ano	Palavras-chaves
A reforma do ensino médio e o	Lei 13.415/17 – o alijamento da disciplina filosofia do ensino médio, o mais recente movimento pendular na educação básica brasileira	ESTEVES, Anderson Alves. VALVERDE, Antônio. 2019	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Filosofia ➤ Disciplina de Filosofia ➤ Ensino Médio ➤ Lei 13.415/17
	Reforma do ensino médio (lei nº 13.415/2017): retrocesso no ensino médio propedêutico e técnico-	CARNEIRO, I. 2020	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Ensino Médio. ➤ Tecnicismo. ➤ MP 746/2016. ➤ Lei 13.415/2017

ensino de filosofia	profissionalizante.		
	O ensino de filosofia no contexto das competências e habilidades do novo ensino médio	NASCIMENTO, Christian Lindberg Lopes do. ALVES, Nilmária Silveira. 2021	<ul style="list-style-type: none"> ➤ BNCC. ➤ Competências. ➤ Ensino de Filosofia. ➤ Habilidades. ➤ Novo Ensino Médio.
	O ensino da filosofia no Brasil: descontinuidade e ameaças	MENEZES, Antônio Basílio Novaes T. De. SILVA, Roberto Ribeiro Da. 2020	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Ensino de Filosofia. ➤ Ensino Médio. ➤ Legislação Educacional. ➤ Educação.

Dessa forma, ao longo das reformas educacionais, a disciplina de Filosofia vem assumindo características e papéis que vão de aspectos utilitários e pragmáticos até como condúites na implementação do currículo. Nesse contexto, a redução de carga horária e a obrigatoriedade da oferta da disciplina somente no 1o ano do Ensino Médio pode diluir o caráter crítico-filosófico dos conteúdos programáticos que constituem o currículo.

E a partir destas inquietações e da necessidade de se preservar a abordagem crítica da Filosofia, que esta pesquisa e produto educacional se articularam no intuito de levar à filosofia nas demais séries. Isto é, a elaboração de um Produto Educacional (PE) que pudesse transitar nas três séries do Novo Ensino Médio de forma fluida, com uma linguagem leve, jovial e sem impactar no cronograma das disciplinas tanto do Itinerário Formativo, referente aos componentes de área, quanto do Catálogo de Eletivas. Ambos propostos pela Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro (Seeduc-RJ), para serem trabalhados na carga horária referente à BNCC.

I - JUSTIFICATIVA

A nova matriz curricular do ensino médio ao ser reformulada precisou ser ajustada para se adequar às demandas propostas pela BNCC. E em decorrência desses ajustes, todas as disciplinas obrigatórias tiveram redução em suas respectivas cargas horárias. Contudo, as disciplinas com maior redução de carga horária foram Filosofia e Sociologia.

Na matriz curricular anterior ao do NEM, tanto a filosofia quanto a sociologia possuíam dois tempos de aula semanais em cada uma das três séries. Na nova matriz curricular, essa carga horária foi reduzida para somente dois tempos semanais no primeiro ano em filosofia, e sociologia com dois tempos semanais no terceiro ano.

E em substituição aos tempos reduzidos, foram acrescentadas disciplinas eletivas, dentre elas encontra-se o catálogo de eletivas, projeto de vida, reforço escolar, estudos orientados, língua espanhola e ensino religioso. Foram também acrescentadas as disciplinas dos componentes de área, que estão reunidas no catálogo de itinerário formativo, contudo estas últimas são obrigatórias e avaliativas.

E em razão da redução dos tempos de Filosofia e a inclusão dessas disciplinas, surgiu a proposta de elaborar um produto educacional, que pudesse ser trabalhado em conjunto com as eletivas referentes às ciências humanas e sociais aplicadas.

1.1 PROBLEMA

Tendo em vista a natureza formativa e crítica da disciplina, as temáticas filosóficas poderiam transitar nas três séries do NEM concomitante às disciplinas propostas tanto pelo catálogo de eletivas, quanto o itinerário formativo.

Nesse sentido, a proposta inicial do produto educacional é que, além de trazer temáticas filosóficas que possam ser desenvolvidas nas disciplinas eletivas, possa ser trabalhado por professores de outras disciplinas da área de ciências humanas, como professores formados em história, geografia e sociologia, que porventura atuem em disciplinas propostas pela BNCC e/ou que fossem habilitados para lecionar filosofia.

No Estado do Rio de Janeiro, é possível habilitar-se para lecionar outras

disciplinas além daquela do concurso de ingresso. Ou seja, um professor que tenha ingressado para lecionar História, se comprovar carga horária em disciplinas referentes à filosofia, ele poderá lecioná-la, de acordo com o parecer CEE (Conselho Estadual de Educação) N° 086/2011.

[...] o aproveitamento de professores legalmente habilitados nas disciplinas da Base Nacional Comum e já atuantes na rede pública estadual, para ministrarem outros componentes curriculares da Educação Básica e da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, além daqueles para os quais foram concursados, desde que comprovem o mínimo de 120 horas na área das disciplinas agregadas ao Histórico Escolar de curso superior ou pós-graduação, a fim de atender à demanda decorrente do aumento do número de matrículas, e do atual déficit verificado em algumas Unidades Escolares, resultante do não preenchimento de vagas nos sucessivos concursos realizados (CEE N° 086/2011).

Como mencionado no Parecer 086/2011, na rede estadual, há carência de professores das mais diversas especialidades, não sendo diferente na disciplina de filosofia. Sendo assim, professores de outras disciplinas de ingresso precisam lecionar filosofia, desde que comprovadas as exigências mencionadas no parecer. Portanto, o produto educacional “Caderno de Cartões Filosóficos” teve por finalidade, não somente promover o engajamento de temáticas filosóficas, mas também visa a flexibilidade de ser utilizado por professores das demais áreas, não apenas filosofia.

1.2 Objetivos

Com a reforma do ensino médio, a mudança na grade curricular, a redução da carga horária da disciplina de filosofia, bem como a inserção do Catálogo de Eletivas e o Itinerário Formativo, a filosofia foi relegada para segundo plano novamente.

Diante deste cenário, a necessidade de encontrar um mecanismo que pudesse permitir o ensino da Filosofia de forma crítica-reflexiva nas demais séries do ensino médio se fez presente. Desta forma, o Caderno de Cartões Filosóficos (CCF) teve por objetivo possibilitar a prática do ensino de Filosofia, trazendo temáticas filosóficas tanto ao Catálogo de Eletivas quanto ao Itinerário Formativo ou em disciplinas das áreas de Ciências Humanas E Sociais Aplicadas. Assim, o presente trabalho pauta-se pelos seguintes objetivos:

- Elaborar um produto educacional que possa ser utilizado como material de apoio intitulado: “Caderno de Cartões Filosóficos”. O produto educacional tem a Filosofia como eixo norteador e pode ser utilizado por profissionais das Ciências Humanas no contexto do Novo Ensino Médio (NEM) de modo crítico, de forma multidisciplinar promovendo o engajamento filosófico.
- Compreender como os professores das ciências humanas receberam o catálogo de eletivas, bem como com o Itinerário Formativo.

Assim, para melhor subsidiar as discussões e a elaboração do caderno de questões filosóficas, a presente pesquisa ordena-se em eixos teóricos e conceituais advindos das reformas educacionais compreendidas no período de 1961 a 2017, com a reforma do ensino médio e com a proposta da BNCC. Tais eixos serão apresentados a seguir.

II - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A REFORMA DO ENSINO MÉDIO E O ENSINO DE FILOSOFIA

O Conselho Nacional de Educação (CNE) em 2017 instituiu e orientou a implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Contudo, a etapa do Ensino Médio foi homologada somente em 14 de dezembro de 2018.

A partir da BNCC, há parâmetros que deverão ser comuns a todos os Estados, e ainda assim, os mesmos possuem autonomia para a elaboração de suas matrizes curriculares.

A proposta do Novo Ensino Médio (NEM) visa a valorização do jovem como protagonista, oferecendo um leque de opções temáticas e proporcionando-lhes, assim, a autonomia nas escolhas das disciplinas eletivas. Tem, ainda, o intuito de agregar conteúdos referentes aos componentes das áreas (Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Sociais).

De acordo com a BNCC, a Área de Ciências Humanas e Sociais aplicadas tem o papel de contribuir para a autonomia dos jovens:

É necessário, ainda, que a **Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas favoreçam o protagonismo juvenil [grifo do autor]** investindo para que os estudantes sejam capazes de mobilizar diferentes linguagens (textuais, imagéticas, artísticas, gestuais, digitais, tecnológicas, gráficas, cartográficas etc.), valorizar os trabalhos de campo (entrevistas, observações, consultas a acervos históricos etc.), recorrer a diferentes formas de registros e engajar-se em práticas cooperativas, para a formulação e resolução de problemas. (BRASIL, 2017, p 562).

A proposta da BNCC era de que o ensino médio fosse reformulado até 2020, porém, no início deste mesmo ano vivenciou-se a pandemia da COVID-19, o que, de certo, corroborou para que a implantação do Novo Ensino Médio tivesse que ser adiada.

A implementação do ensino remoto e/ou ensino híbrido demandou dos profissionais de educação, adaptações e adequações tanto no quesito equipamentos tecnológicos quanto formação. Certamente, os dois anos que perduraram a pandemia fizeram com que a reforma do ensino médio ficasse em segundo plano, à espera do retorno do ensino presencial.

Desta forma, ao retomar o ensino presencial, os profissionais de educação precisaram novamente se adaptar ao novo ensino médio, à nova realidade das disciplinas eletivas propostas pelo Catálogo de Eletivas enviado pela Seeduc, já que o ensino presencial retornou concomitante com a implementação do NEM

O ano letivo foi iniciado apenas com o Catálogo com as Eletivas, que funcionava como plano de curso das temáticas pertencentes ao itinerário pedagógico. E somente no mês de outubro de 2022 foi divulgado o novo currículo essencial, com a base temática que cada disciplina deveria trabalhar enquanto disciplina.

Em decorrência de tais circunstâncias, este primeiro contato com o NEM foi desafiador no que se refere ao currículo e, até mesmo, aos itinerários formativos, já que os discentes só têm filosofia no primeiro ano.

Com a nova matriz curricular, o NEM-RJ tem Filosofia como disciplina obrigatória apenas no 1º ano. Desta forma, teve sua temática diluída naquilo que foi classificado como "catálogo de eletivas". Segundo a informação postada no site oficial da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro (Seeduc-RJ): "O novo modelo tem por objetivo tornar essa etapa final do Ensino Básico mais efetiva e atraente, oferecendo novas opções pedagógicas e tornando o estudante o protagonista de suas próprias escolhas" (Seeduc, 2021). De acordo com a Seeduc-RJ, além do protagonismo juvenil, o NEM também tem por objetivo a formação profissional, além de permitir que o discente possa aprofundar seus estudos na área de seu maior interesse.

Assim, observa-se mais uma vez a tentativa de modificar a estrutura propedêutica do ensino médio, transformando-o em ensino profissionalizante e/ou incentivando os discentes a caminharem para este propósito.

Este mesmo movimento pode ser visto na década de 60 com a promulgação da primeira LDB/61 e a promessa de promover o ensino profissionalizante. O Estado Militar promoveu uma reforma de base, excluindo disciplinas consideradas insubordinadas e incluindo disciplinas que promovessem a "ordem" e a "obediência", pois sem estes elementos o Estado Militar não se sustentaria apenas pelo uso da força.

E para que o Estado Militar pudesse permanecer com consistência, era necessário também a tentativa de controlar a liberdade de pensar dos indivíduos, e para que tal controle pudesse ser possível, outrora, se fez necessário reformular a estrutura do ensino básico.

Em virtude disto, a mudança da grade curricular retirou a Filosofia, pois ela representava, para o governo militar, como subversiva, e em substituição, incluíram “Moral e Cívica”, pois para a população, a disciplina propunha a instrução da Cidadania, bons costumes e moralidade. Desta maneira, teriam o apoio da população, pois acreditava-se que a formação técnica conduziria ao mercado de trabalho:

Este aspecto é particularmente significativo para a discussão em pauta neste texto sobre o ensino de filosofia nos anos de repressão, pois uma das razões que teria contribuído para a sua retirada do currículo foi o receio de essa disciplina se tornar um espaço para a veiculação de ideias contrárias ao Regime, por ser suscetível às “infiltrações comunistas”, alimentando assim a organização de movimentos subversivos e contestatórios. (ALVES, 2014).

O Artigo 7 do Decreto-Lei nº 869 de 1969 tange às disciplinas que também serão obrigatórias, além das disciplinas ditas básicas:

Art. 7º Será obrigatória a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus, observado quanto à primeira o disposto no Decreto-Lei n. 869, de 12 de setembro de 1969. (Vide Decreto nº 69.450, de 1971 (BRASIL, Lei 5.692, DE 11 DE AGOSTO DE 1971).

O Decreto-Lei nº 869 publicado em setembro de 1969, em Diário Oficial, determinava as diretrizes para a Educação Moral e Cívica obrigatória em todos os segmentos da educação básica e de forma complementar no ensino superior. O artigo 6º deixa evidente que até que tenha orientador ou professor formado ou habilitado, ficaria a cargo do diretor determinar quem seria responsável de ministrar tais aulas, contudo, ainda evidencia que sob pretexto nenhum deixaria de ser ministrada.

A inclusão da Educação Moral e Cívica não visava apenas a transmissão de valores morais e a construção de um espírito cidadão e democrático, mas sim o receio de uma intervenção comunista. Segundo Werebe *apud* Alves: “o Presidente Kennedy [...] demonstrava nervosismo e preocupação quanto à possibilidade de outro golpe de esquerda na América Latina, “e desta vez não numa pequena ilha, mas num quase continente” (WEREBE *apud* ALVES, 1997, p. 75). Ficando assim evidente que a inclusão de disciplinas como Educação Moral e Cívica não seria apenas por interesses pedagógicos, mas por questões ideológicas-políticas. Por conseguinte, seria possível inculcar nos alunos o espírito e o sentimento de nacionalismo e defesa da Pátria.

O governo militar buscava fortalecer o apoio ao regime e o ensino da Educação Moral e Cívica foi utilizado como ferramenta para promover o nacionalismo e a ideologia do regime militar. Seu conteúdo era direcionado para promover valores e princípios considerados fundamentais para a manutenção do regime militar, como obediência, disciplina, hierarquia e respeito às instituições do Estado. Além disso, a Educação Moral e Cívica era usada como um meio de controle ideológico, com o objetivo de moldar a mentalidade dos estudantes de acordo com os interesses do regime.

Após o fim da ditadura militar, em 1985, a Educação Moral e Cívica foi gradualmente descontinuada como disciplina. As diretrizes educacionais passaram a enfatizar a promoção da cidadania, dos direitos humanos, da participação democrática e do respeito à diversidade cultural, visando fomentar uma formação cidadã mais abrangente e inclusiva, que valorize o respeito às diferenças, a ética, a responsabilidade social e a participação ativa na sociedade.

2.2. A legislação brasileira no que concerne o ensino de Filosofia

2.2.1. - Reforma Capanema: Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942

A Reforma Industrial foi um período marcante na história da humanidade. Ocorreu no final do século XVIII e início do século XIX, sendo marcada por um processo de mudanças econômicas, sociais e tecnológicas que transformaram significativamente a produção de bens e serviços, levando a uma rápida industrialização e urbanização em muitas partes do mundo. E ainda que estivesse por quase toda a Europa, no Brasil a Revolução Industrial teve início somente no final do século XIX e início do século XX com a produção de café. Consequentemente, por ser Colônia de Portugal, o Brasil sofria com o Pacto Colonial. Estrutura econômica baseada na exportação de matérias-primas e produtos primários caracteriza o chamado "modelo colonial". Desta forma, era visto como uma fonte de recursos para Portugal, que controlava o comércio e estabelecia restrições sobre a produção industrial e o desenvolvimento econômico no Brasil.

Ao assumir o governo do Brasil na Revolução de 1930, Getúlio Vargas passou a incentivar mudanças no cenário econômico, que se transformaria de agrário exportador para industrial. A estrutura educacional não ficou imune a esse processo. Como resultado de tal processo de industrialização, a educação passou por reformas para se atender às demandas de mercado, que careciam de mão de obra qualificada. E resultante deste processo industrial, a educação também precisou ser reformulada e se adequar a demanda do mercado, que carecia de mão de obra qualificada.

A reestruturação da educação ficou conhecida como Reforma Capanema e tinha como objetivo modernizar e democratizar o sistema educacional brasileiro. Sua marca distintiva é a divisão socioeconômica do trabalho, ficando marcada na história pelo impacto provocado na estruturação da educação básica, incluindo a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), em janeiro de 1942 com o Decreto-Lei 4.048:

Art. 1º Fica criado o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários.

Art. 2º Compete ao Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários organizar e administrar, em todo o país, escolas de aprendizagem para industriários.

Parágrafo único. Deverão as escolas de aprendizagem, que se organizarem, ministrar ensino de continuação e do aperfeiçoamento e especialização, para trabalhadores industriários (**redação original**) não sujeitos à aprendizagem. (BRASIL, Decreto-Lei nº 4.048/42, 1942)

Em abril de 1942, o então presidente Getúlio Vargas, juntamente com o ministro de Educação Gustavo Capanema, assinou o Decreto-lei 4.244/42, lei orgânica que estruturou o ensino secundarista, sendo este dividido em Ginásial, Clássico e Científico.

Neste momento, a educação passa a ser entendida como uma maneira de captar recursos humanos e a construção da consciência patriótica, isto é, atribuição de responsabilidades dentro da sociedade e da nação. Além disso, o ensino visava a formação de profissionais capacitados e/ou a possibilidade da promoção ao ensino superior.

Art. 1º O ensino secundário tem as seguintes finalidades:

1. Formar, em prosseguimento da obra educativa do ensino primário, a personalidade integral dos adolescentes.

2. Acentuar e elevar, na formação espiritual dos adolescentes, a consciência patriótica e a consciência humanística.
3. Dar preparação intelectual geral que possa servir de base a estudos mais elevados de formação especial. (BRASIL, Decreto-lei 4.244/42, 1942)

Assim, o texto do Decreto-lei 4.422/42 estabelecia as condições para a criação e funcionamento dessas escolas, bem como a obrigatoriedade de um plano de ensino aprovado pelo Ministério da Educação e Saúde (MES). O decreto mostrou-se uma importante medida com vistas à formação de profissionais qualificados para a indústria brasileira, estabelecendo padrões para a criação e funcionamento das escolas técnicas, incentivando a formação de profissionais especializados, e conseqüentemente, promovendo a integração entre a educação e a indústria.

2.2.2 LDB 4.024/61 - A promessa do ensino profissionalizante

A lei de Diretrizes e Bases 4.024 de 1961 estabeleceu critérios para a educação básica, dentre eles designou o Conselho Federal de Educação (CFE) a estabelecer a matriz curricular do ensino médio. De acordo com o artigo 35, parágrafo primeiro, fica a critério do CFE estabelecer até cinco disciplinas obrigatórias, bem como o Conselho Estadual de Educação de cada Estado (CEE) estabelecer as demais disciplinas obrigatórias, assim como as de caráter optativo. Neste momento, embora não tenha sido de forma direta, a disciplina Filosofia não é mencionada como disciplina obrigatória, sendo relegada ao cargo de disciplina eletiva.

Art. 35. Em cada ciclo haverá disciplinas e práticas educativas, obrigatórias e optativas.

§ 1º Ao Conselho Federal de Educação compete indicar, para todos os sistemas de ensino médio, até cinco disciplinas obrigatórias, cabendo aos conselhos estaduais de educação completar o seu número e relacionar as de caráter optativo que podem ser adotadas pelos estabelecimentos de ensino. (Brasil, LDB 4.024, 1961)

A LDB 4.024/61 tinha como principal objetivo estabelecer as diretrizes e bases da educação, incluindo a implementação de políticas educacionais que promovessem o desenvolvimento social e econômico do país.

Desta maneira, previa a criação de escolas técnicas de nível médio, com o objetivo de formar profissionais capacitados para atender às demandas do mercado de trabalho, passando a ofertar cursos profissionalizantes em diversas áreas, como por exemplo, formação de professores, mecânica, química, contabilidade entre outras. A ideia era oferecer uma formação técnica que pudesse complementar a formação geral dos estudantes e prepará-los para atuar em áreas específicas do mercado de trabalho.

Art. 47. O ensino técnico de grau médio abrange os seguintes cursos: a) industrial; b) agrícola; c) comercial.[...]

Art. 52. O ensino normal tem por fim a formação de professores (**redação original**), orientadores, supervisores e administradores escolares destinados ao ensino primário, e o desenvolvimento dos conhecimentos técnicos relativos à educação da infância. (BRASIL, LDB 4.024, 1961)

A LDB 4.024/61 estabeleceu as bases para a organização do sistema educacional brasileiro, prevendo a estruturação do ensino em três níveis: primário, médio e superior, sendo revogada pela Lei 5.692/71.

2.2.3 Lei nº 5.692/71 - Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus.

A Lei nº 5.692/71 estabeleceu as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus no país, promulgada durante a ditadura militar, em 11 de agosto de 1971, e ficou em vigor por mais de duas décadas, até a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96). Assim como a LDB 4.024 de 1961, a Lei 5.692 também estava preocupada com o ensino profissionalizante, em preparar o aluno para o trabalho, como fica evidente no Artigo 4º, parágrafo primeiro: “A preparação para o trabalho, como elemento de formação integral do aluno, será obrigatória no ensino de 1º e 2º graus e constará dos planos curriculares dos estabelecimentos de ensino”.

A matriz curricular permanece de responsabilidade do Conselho Federal de Educação, no qual deveria fixar as disciplinas do núcleo comum, como é possível

perceber no Artigo 5º parágrafo único, que aponta a inclusão da disciplina Educação Moral e Cívica, excluindo em definitivo a filosofia.

Art. 5º [...] Parágrafo Único:

a) as matérias relativas ao núcleo comum de cada grau de ensino serão fixadas pelo **Conselho Federal de Educação [grifo do autor]**;

Art. 7º Será obrigatória a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde nos currículos". (Brasil, Lei 5.692, 1971)

No entanto, é relevante observar que a inclusão de disciplinas relacionadas à formação moral, cívica, física, artística e à saúde é considerada importante para uma educação integral e abrangente, que visava o desenvolvimento global dos estudantes. A abordagem desses temas tinha por intuito contribuir para a formação cidadã, o bem-estar físico e emocional dos alunos, bem como o desenvolvimento de habilidades artísticas e criativas.

Vale salientar que a Lei 5.692 foi revogada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996 (Lei 9.394/1996), que estabeleceu as bases para a organização da educação no Brasil.

2.2.3.1 A Resolução nº 8 do Conselho Federal de Educação, de 1º de dezembro de 1971, derivada do Parecer 853/71

A Resolução nº 8 do Conselho Federal de Educação, de 1º de dezembro de 1971, derivada do Parecer 853/71, regula e estabelece as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus (atualmente, ensino fundamental e médio). A resolução define as matérias obrigatórias e a duração do período escolar. Ela também estabeleceu critérios para a organização e funcionamento das escolas, incluindo a formação de turmas, a carga horária e a avaliação dos alunos. Dentre as principais mudanças trazidas pela Resolução nº 8 destaca-se a introdução da obrigatoriedade do ensino de língua portuguesa e de matemática em todas as séries, além da inclusão de disciplinas como história, geografia, ciências e educação física no currículo. A resolução foi revogada em 1996, com a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96):

Art.1º. O núcleo-comum a ser incluído, obrigatoriamente, nos currículos plenos do ensino de 1º e 2º graus abrangerá as seguintes matérias:

- a) Comunicação e Expressão
- b) Estudos Sociais
- c) Ciências

§ 1º Para efeito da obrigatoriedade atribuída ao núcleo-comum, incluem-se como conteúdos específicos das matérias fixadas: em Comunicação e Expressão a Língua Portuguesa; nos Estudos Sociais a Geografia, a História e a Organização Social e Política do Brasil; nas Ciências a Matemática e as Ciências Físicas e Biológicas(**redação original**). (BRASIL, CFE, Resolução 8, parecer 853, 1971)

Essa resolução foi importante para estabelecer uma base curricular mínima que deveria ser seguida pelas escolas brasileiras, garantindo que todos os estudantes tivessem acesso a esses conhecimentos fundamentais.

A partir da década de 1980, com o processo de redemocratização do país, a Lei nº 5.692/71 começou a ser revisada e questionada, culminando na sua revogação pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996.

2.2.4 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96

A Lei nº 9394/96, também conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), é uma legislação de suma importância para o sistema educacional brasileiro. Ela estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, regulamentando diversos aspectos relacionados à organização e funcionamento dos sistemas de ensino no país.

A LDB determina as normas que devem orientar e estruturar o sistema educacional brasileiro, estabelecendo a divisão por etapas e níveis de ensino (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e ensino superior) e determinando a obrigatoriedade e a duração de cada etapa.

A lei assegura o direito à educação a todos os brasileiros, estabelecendo a educação básica como um direito tornando a educação um dever do Estado e da família. Tendo por objetivo o desenvolvimento e a qualificação para o mercado de trabalho.

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno

desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, LDB 9394 de 1996)

Tendo por finalidade o desenvolvimento, assegurando a formação para o exercício da cidadania e a qualificação para o mercado de trabalho:

Art. 22. A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. (BRASIL, LDB 9394 de 1996)

Estabelece as diretrizes curriculares nacionais, que orientam a elaboração dos currículos das diferentes etapas e modalidades de ensino. Isso contribui para a definição dos conhecimentos, habilidades e competências que devem ser desenvolvidos pelos estudantes ao longo de sua trajetória escolar.

Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. (BRASIL, LDB 9394 de 1996)

Ao estabelecer diretrizes e normas claras, ela contribui para a organização, a qualidade e a democratização da educação no país, promovendo o acesso e a permanência dos estudantes na escola, bem como a formação integral e o desenvolvimento pleno dos indivíduos.

2.2.5 Lei nº 11.684/08 - Altera o art. 36 da Lei no 9.394, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio.

A filosofia é uma área de conhecimento que estimula a reflexão, o questionamento e o pensamento crítico sobre questões fundamentais da existência

humana, da sociedade, da ética, da política, da ciência, entre outros temas. Essas habilidades são consideradas essenciais para a formação integral do ser humano, capacitando-o a analisar e compreender o mundo ao seu redor, além de desenvolver sua capacidade argumentativa e de tomada de decisões.

Após a promulgação da Lei nº 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, a inclusão da Filosofia como disciplina obrigatória ocorreu somente em 2008, após um longo processo. A lei reconheceu, assim, a importância da Filosofia como disciplina curricular e estabeleceu sua obrigatoriedade nos currículos do ensino médio.

Em junho de 1997, o então deputado federal Padre Roque propunha a alteração do inciso IX do artigo 36 da LDB, para que houvesse a inclusão das disciplinas de Filosofia e Sociologia como disciplinas obrigatórias.

Segundo o deputado. Pe. Roque, a Filosofia não deve ser vista apenas como um diálogo abstrato, mas sim como uma disciplina que possui conteúdos específicos a serem aprendidos, memorizados e dominados, juntamente com técnicas e terminologia próprias.

O Projeto de Lei do deputado justifica a inclusão da Filosofia como disciplina obrigatória:

Existe, portanto, um lado pelo qual a filosofia ocupa na estrutura curricular posição análoga a qualquer outra disciplina: há o que aprender, há o que memorizar, há técnicas a serem dominadas, há, sobretudo, uma terminologia específica a ser devidamente assimilada. não devemos nos iludir com o diálogo “não se aprende filosofia”, algo que pode levar a um comodismo ou a uma descaracterização da disciplina. O que filosofia tem de diferente das outras disciplinas é que o ato de a ensinar se confunde com a transmissão do estilo reflexivo, e o ensino da Filosofia somente logrará algum êxito na medida em qual estilo for efetivamente transmitido. No entanto, isto ocorre de forma concomitante à assimilação dos conteúdos específicos, da carga de informação que pode ser transmitida de várias formas. O estilo reflexivo não pode ser ensinado formal e diretamente, mas pode ser suficientemente ilustrado quando o professor e os alunos refazem o percurso da interrogação filosófica e identificam a maneira peculiar pela qual a Filosofia constrói suas questões e suas respostas. Ora, é desta maneira específica que a Filosofia realiza o trabalho de articulação cultura... Pensar e repensar a cultura não se confunde com compatibilização de métodos e sistematização de resultados; é uma atividade autônoma e de índole crítica. Não devemos, portanto, entender que a Filosofia estará no currículo do Segundo Grau em função das outras disciplinas, quase num papel de assessoria metodológica. No entanto, seria grave infidelidade ao espírito filosófico entender que a Filosofia virá se agregar ao currículo apenas para tornar-se mais uma parte de um todo desconexo ou pelo menos com profundos problemas de integração e conexão. Neste sentido, não representa pretensão de dizer que a Filosofia não é apenas mais uma disciplina; ao dizê-lo? estaremos apenas reafirmando a natureza do estudo filosófico. A Filosofia tem uma função de articulação do

indivíduo enquanto personagem social, se entendermos que o autêntico processo de socialização requer a consciência e o reconhecimento da identidade social e uma compreensão crítica da relação homem-mundo."

As observações supra valem *mutatis mutandis* para a sociologia.

(BRASIL, Diário da Câmara dos Deputados, Projeto de Lei n. 3.178, Pe Roque, 1997)

A proposta do projeto de Lei do Deputado Federal Roque Zimmermann do Partido dos Trabalhadores (PT), do Paraná-PR, tramitou no Congresso Nacional de 1997, tendo parecer favorável em 1999, porém foi integralmente vetada em 2001, pelo então presidente da república Fernando Henrique Cardoso. Seguindo as orientações do então Ministro da Educação, Paulo Renato Souza:

Assim, o projeto de inclusão da filosofia e da Sociologia como disciplinas obrigatórias no currículo do ensino médio implicará na constituição de ônus para os estados e o Distrito Federal, pressupondo a necessidade da criação de cargos para a contratação de professores de tais disciplinas, com a agravante de que, segundo informações da Secretaria de Educação Média e Tecnológica, não há no País formação suficiente de tais profissionais para atender a demanda que advirá caso fosse sancionado o projeto, situações que por si só recomendam que seja vetado na sua totalidade por ser contrário ao interesse público. (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Mensagem 1.073, 2001, *Apud* RODRIGUES, 2018, pág. 128)

O presidente justifica o veto argumentando que a implementação do projeto acarretaria ônus financeiros para os Estados e o Distrito Federal, pois seria necessário criar cargos para a contratação de professores de tais disciplinas. Além disso, o presidente indicou a insuficiência de formação de profissionais em filosofia e sociologia para atender à demanda que surgiria caso o projeto fosse sancionado. Essa falta de formação adequada dos professores seria um obstáculo para a implementação efetiva das disciplinas no ensino médio.

Dessa forma, o presidente argumenta que o projeto de lei não seria de interesse público, pois traria ônus financeiros para os Estados sem garantir a disponibilidade de professores qualificados. Contudo, de acordo com Alves (2002, p. 140, *Apud* Rodrigues, 2018, p. 128) havia 95 cursos de Filosofia ativos no país naquele período. Tais cursos eram organizados da seguinte forma: 5 cursos de bacharelado; 51 de licenciatura e 39 de bacharelado e licenciatura, isto é, dos cursos ativos e capazes de formar professores de filosofia havia pelo menos 90 cursos. Em suma, o argumento do governo para vetar a obrigatoriedade da disciplina de filosofia no ensino médio foi baseado na insuficiência de professores formados na disciplina, e que tal medida traria

custos aos Estados para que houvesse a criação da formação. Entretanto, neste mesmo período havia um número considerável de instituições que ofereciam a formação.

Somente em 2003, o deputado federal Ribamar Alves retomou a apresentação do Projeto de Lei (PL) originalmente proposto pelo deputado federal Pe. Roque. De acordo com o Dep. Alves, nossa cultura não apenas herdou a semântica linguística dos gregos como base da nossa própria linguagem, mas também a introdução do homem ao mundo da reflexão, do questionamento e do pensamento, bem como a estruturação da nossa sociedade.

Herdamos do mundo grego não apenas semântica estrutural da língua, mas o processo de inserção do homem na existência mediante a atividade do pensar. Com efeito, um dos ideais gregos que alicerçam tal consideração é a ideia de que é tarefa primordial do ser humano o desenvolvimento intelectual de sua personalidade. Por isso, a filosofia, a ideia grega do amor ao saber pelo saber, pressupõe o necessário exercício do pensar como fundamento do conhecer. (BRASIL, Diário da Câmara dos Deputados, Projeto de Lei n. 1.641, Ribamar Alves, 2003.)

Ao introduzir valores fundamentados na tradição grega, a Filosofia convida os estudantes a participarem de debates reflexivos, incentivando-os a pensar criticamente sobre questões políticas e sociais. Portanto, deveriam ceder espaço a Filosofia como disciplina na matriz curricular, compreendendo o seu papel na busca por conhecimento. O trecho a seguir destaca a importância da presença da Filosofia nos currículos de Ensino Médio como disciplina autônoma, não sendo diluída ou integrada de forma superficial em outras matérias.

A filosofia nos currículos de Ensino Médio não pode atuar num espaço restrito, dissolvendo-a em modalidades temáticas de outras disciplinas. Ora, a Filosofia tem no atual contexto político do fortalecimento das instituições democráticas do país um dos papéis mais relevantes neste projeto, qual seja, o de contribuir para uma formação e fundamentação da opinião pública brasileira, não deixando somente a cargo da imprensa, que muitas vezes se vê à deriva com o cerco do fenômeno midiático, que, ao modo do Rei Midas, transforma em ouro, ou melhor, mercado, tudo o que toca. Ela oporá, por aporias. Assim, contribuirá para uma opinião pública responsável e crítica, convidando para o debate reflexivo, introduzindo valores que se assentam sobre aquela tradição grega que falávamos no início que, em suma, é de vocação política. Para nós, é o que pode construir instituições democráticas e consolidar a democracia verdadeiramente num país como o Brasil. (BRASIL, Câmara dos Deputados, Projeto de lei n. 1.641, 2003)

A Filosofia desempenha um papel importante na construção do senso crítico, apresentando desafios e contradições (aporias) que estimulam o pensamento crítico-reflexivo e responsável. Desta forma, após as justificativas apresentadas pelo deputado Ribamar Alves, o PL 1.641/03 é aceito pela Comissão de Educação e Cultura, sob a justificativa da importância de ajustar o currículo escolar para que ele esteja alinhado com a realidade em constante mudança

A adequação do currículo à realidade é uma constante busca dos educadores envolvidos com o planejamento educacional. O valor da escola se manifesta, fundamentalmente, pelo currículo que desenvolve. A complexidade dos currículos escolares reflete a multiplicidade dos compromissos que a escola tem assumido com a sociedade. Assim, precisamos oferecer uma escola de nível médio com qualidade e sintonia com o tempo em que vivemos. (BRASIL, Câmara dos Deputados, Projeto de lei n. 1.641, 2003)

O valor e a relevância de uma escola são principalmente demonstrados pelo currículo que ela implementa. Os currículos escolares se tornaram mais complexos ao longo do tempo devido à diversidade. Portanto, é crucial oferecer um ensino de qualidade no nível médio que esteja em sintonia com o contexto atual. Isso significa que o currículo deve ser relevante, atualizado e capaz de preparar os estudantes para enfrentar os desafios e oportunidades do mundo contemporâneo.

De acordo com o Relator, o Deputado César Bandeira argumenta que é uma questão urgente e enfatiza a necessidade de uma solução imediata. Acreditando assim, que a aprovação do projeto trará benefícios significativos para a formação dos estudantes:

O projeto em análise pretende alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, para incluir as disciplinas como matérias obrigatórias no ensino médio. Urge uma solução. O nosso encaminhamento pela aprovação já, de um projeto que beneficiará a formação integral do estudante, objetiva acelerar o processo de inclusão das disciplinas no currículo escolar, e a de inclusão dos estudantes na sociedade com: senso crítico, capacidade de analisar as situações, sentimento ético, lógica e identidade social. Diante do exposto, votamos pela aprovação do PL nº 1.641, de 2003, destacando a consistente justificação apresentada em relação à filosofia. (BRASIL, Câmara dos Deputados, Projeto de lei n. 1.641, 2003)

O Deputado ressalta ainda que a justificativa apresentada para a inclusão da disciplina de filosofia é convincente. Portanto, ele declara seu voto a favor da aprovação do Projeto de Lei nº 1.641/03. Logo após, o projeto foi encaminhado para

a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, que é responsável por avaliar a constitucionalidade e a legalidade das propostas legislativas. Contudo, apesar de sua aprovação por unanimidade o PL 1.641 foi arquivado, sendo solicitado por seu autor o desarquivamento em fevereiro de 2007, apenas em dezembro do mesmo ano a solicitação de desarquivamento foi deferida. Desta forma, somente após a sanção do Presidente da República, o projeto se tornou lei transformado na Lei Ordinária 11.684/2008, que alterou a LDB de 1996 para incluir as disciplinas de Filosofia e Sociologia como obrigatórias no currículo do ensino médio.

A lei 11.684/2008, altera o artigo 36 da LDB, que trata dos conteúdos curriculares, estabelece que a Filosofia deve ser incluída como uma das disciplinas obrigatórias no currículo do ensino médio:

Art. 1o O art. 36 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 36.

IV – serão incluídas a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio.

§ 1o

III – (revogado).

.....” (NR)

Art. 2o Fica revogado o inciso III do § 1o do art. 36 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (BRASIL, LEI Nº 11.684, DE 2 DE JUNHO DE 2008)

A Lei nº 11.684 é categorizada dentro do contexto jurídico como "direito constitucional" e se refere aos "direitos fundamentais" e "direitos primordiais". Essa classificação se baseia nas garantias que são asseguradas aos cidadãos.

Portanto, compreende-se que o ensino de Filosofia e Sociologia se enquadra na categoria de liberdade de ensino e estudo. Isso significa que o direito de estudar essas disciplinas é considerado fundamental, garantindo que os cidadãos tenham acesso a conhecimentos filosóficos e sociológicos como parte de sua educação, contribuindo para uma formação mais completa e crítica.

2.2.6 - Lei nº 13.415, de 2017

A Lei nº 13.415 de 2017, trouxe importantes alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394/96, com mudanças significativas na estrutura e organização da educação básica. Tais mudanças visam adequar o sistema educacional às necessidades contemporâneas e às demandas do mercado de trabalho.

A lei determinou que a Base Nacional Comum Curricular fosse elaborada para o ensino médio, orientando os currículos das escolas de todo o país, mas permitindo a flexibilidade para atender às peculiaridades regionais, isto é, cada Estado manteve sua autonomia na estruturação da matriz curricular.

A lei introduziu a flexibilização do currículo, permitindo que os estudantes escolhessem itinerários formativos de acordo com seus interesses. Além das disciplinas comuns a todos, como Matemática, Português foram definidas áreas de conhecimento (Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas) e é possível escolher disciplinas específicas dentro dessas áreas.

Art. 36 . O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:

- I - linguagens e suas tecnologias;
- II - matemática e suas tecnologias;
- III - ciências da natureza e suas tecnologias;
- IV - ciências humanas e sociais aplicadas;
- V - formação técnica e profissional.

§ 1º A organização das áreas de que trata o caput e das respectivas competências e habilidades será feita de acordo com critérios estabelecidos em cada sistema de ensino.

- I - (revogado);
- II - (revogado);

(BRASIL, LDB 9.394 de 1996, Redação dada pela Lei nº 13.415, de 2017)

A redação dada pela Lei nº 13.415, de 2017 não exclui em definitivo as disciplinas de Filosofia e Sociologia. Porém, para que pudesse ser incluído o Itinerário Formativo, proposto pelo BNCC, o Estado do Rio de Janeiro reduziu a carga horária de todas as disciplinas obrigatórias. Tal carga horária foi substituída pelos componentes de áreas, sendo a escolha de cada Itinerário e seus respectivos componentes de áreas ficou a cargo de cada unidade escolar.

Sendo assim, para melhor consubstanciar o contexto do qual emerge o produto, apresentar-se-á brevemente a constituição do Catálogo de Eletivas, elaborado pela SEEDUC.

III - ANÁLISE DO ITINERÁRIO FORMATIVO REFERENTE A CARGA HORÁRIA BNCC

3.1 ANÁLISE DO CATÁLOGO DE ELETIVAS

A Secretaria Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro (Seeduc-RJ) em parceria com alguns profissionais de educação da rede elaborou um catálogo de eletivas, dividido por áreas. Tal proposta visava oferecer aos discentes uma educação mais atrativa e que se adeque a demanda e ao perfil da comunidade escolar. Portanto, a escolha das eletivas fica a critério de cada unidade escolar.

[...] desenvolvendo um ensino-aprendizagem que atenda as suas escolhas e possibilite um aprofundamento nas mais variadas Áreas do Conhecimento. Desta forma, serão ofertados Componentes Curriculares Eletivos de acordo com as demandas e o perfil de cada Comunidade Escolar. Nesse contexto, a Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro apresenta um Catálogo de Eletivas, construído em parceria com as nossas Unidades Escolares, distribuídas por todos os Municípios do Estado, que foi fruto do engajamento dos profissionais de educação de nossa rede, trazendo propostas de trabalho que favorecerão a jornada de aprendizado dos nossos estudantes. (SEEDUC-RJ, 2021, p.8)

O catálogo é composto por 716 páginas e está organizado por áreas do conhecimento. Cada disciplina eletiva tem proposta semestral com culminância de projeto, ao invés de avaliações. No currículo dos discentes, tais disciplinas não serão consideradas para fins de avaliação e aprovação/reprovação, apenas a frequência será computada.

Diante dessas informações surgem algumas indagações:

- 1) Qual será a escolha dos discentes?

- 2) Será que terão preferência maior por uma aérea em detrimento de outra?
- 3) Será que terão adeptos para as áreas das Ciências Humanas?
- 4) Será que os alunos irão optar por eletivas que tenham cunho filosófico?
- 5) Esses discentes terão consciência e maturidade em suas escolhas?
- 6) Haverá Docentes com formação para ministrar tais eletivas?
- 7) Haverá um currículo essencial a ser seguido?

Dentre tantos questionamentos há o principal: o que motiva esta análise do Catálogo de Eletivas: **qual o papel da Filosofia nessas eletivas?**

Ao analisar os eixos norteadores do Catálogo de Eletivas, elaborado pela Seeduc com base nas propostas dos profissionais de Educação, é possível perceber que estão voltados para temáticas sociais, principalmente no que tange a convivência entre os mais diversos grupos.

E em todo momento, a Filosofia é mencionada com o papel de reflexão e conscientização e/ou critérios éticos, estéticos e hermenêuticos. Contudo, tais conhecimentos prévios não estão previstos ao longo dos três anos do Novo Ensino Médio, uma vez que a disciplina está presente apenas na primeira série. Desta forma, as eletivas requerem Competências e Habilidades específicas que provavelmente não serão ofertadas ao longo dos três anos do NEM de modo a coincidir com as disciplinas eletivas escolhidas.

Diante deste material e destas indagações, a necessidade de analisar suas potencialidades no que se refere a área de Ciências Humanas, em específico a disciplina de Filosofia se faz premente.

Ainda sobre as eletivas, tais disciplinas estão organizadas e divididas em diferentes áreas de conhecimento, a saber:

Quadro 2 - Eletivas por Área de Conhecimento

Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Práticas de Laboratório de Ciências Humanas

Multiculturalismo
 Letramento Midiático
 De olho no Futuro
 Intervenção Social
 Preconceito, Discriminação e Racismo
 As transformações da Humanidade através das tecnologias
 As Ciências Humanas pelas Lentes do Cinema e da Fotografia
 Direitos Humanos e Cidadania
 Educação Ambiental: Um diálogo entre Ciências Humanas
 Descobertas e Transformações do mundo Contemporâneo
 Novas Estratégias de Aprendizagem das Ciências Humanas
 Rádios, HQs... Os Recursos Audiovisuais na Aprendizagem das Ciências Humanas
 Espacialidade, Globalização e Cinema

Área de Ciências da Natureza e Suas Tecnologias

Meio Ambiente em Foco
 Saúde e Bem-Estar
 Eletiva: Solidariedade Sustentável
 Dinâmica de Foguetes e As Leis de Newton
 BioEcoCine
 Alimentação Saudável
 Mãos à Horta
 Ludicidade Científica
 Ciência dos Materiais: Descarte, Poluição e Reuso
 Sustentabilidade
 Iniciação Científica
 Saúde Preventiva
 Clube de Ciências
 CineBio
 Robótica Sustentável

Área de Matemática e Suas Tecnologias

Matemática Presente
 Matemática Lúdica
 Matemática nos Tabuleiros
 Preparação para o Futuro
 Ação Empreendedora
 Princípios de Engenharia e Arquitetura
 Arte Matemática
 Praticando Matemática

Robótica Matemática para o ENEM Matemática Sustentável Matemática Financeira

Área de Linguagens e Suas Tecnologias
--

Fake News Laboratório de Artes Cênicas Mídias Digitais como Expressão Artística Clube da Leitura Jovem Escritor Musicalidades Protagonismo nas Redes Cultura Jovem Sudeste em Linguagens Artes em Movimento Leitura, Literatura e (Re)Existência: Lugares de Identidade e Alteridade Eletiva: Linguagens no Mercado de Trabalho e a Redação Institucional Dança: Expressão e Comunicação
--

Após uma breve análise das propostas temáticas do Catálogo de Eletiva, compreende-se que tais propostas estão empenhadas em uma perspectiva social, com ênfase em questões inerentes aos interesses e à vivência dos jovens, assim como a BNCC preconiza: “assegurar aos estudantes uma formação que, em sintonia com seus percursos e histórias, faculte-lhes definir seus projetos de vida, tanto no que diz respeito ao estudo e ao trabalho como também no que concerne às escolhas de estilos de vida” (BNCC, 2018. p 463). Semelhantemente, o Catálogo do Itinerário Formativo também está inclinado a atender tais questões.

3.1.1 Análise do Itinerário Formativo componente de área de humanidades:

A BNCC propõe uma educação que possa proporcionar o protagonismo juvenil: “Para tanto, podem ser criadas situações de trabalho mais colaborativas, que se organizem com base nos interesses dos estudantes e favoreçam seu protagonismo”

(BNCC, 2018. p.472), visando aclarar a percepção dos jovens sobre escolhas acadêmicas e mercado de trabalho. Sendo assim, o Itinerário Formativo, dentro das trilhas pedagógicas são escolhas que o alunado fará em sua jornada ao longo do ensino médio, visando áreas do conhecimento com maior afinidade às futuras pretensões profissionais.

Compreende-se por Itinerário o caminho que o estudante irá percorrer ao longo de sua jornada escolar, sendo considerado pela BNCC como estratégicos na construção curricular desta jornada (BNCC, 2018, p. 471). De acordo com o portal do Ministério da Educação: “Os itinerários formativos são o conjunto de disciplinas, projetos, oficinas, núcleos de estudo, entre outras situações de trabalho, que os estudantes poderão escolher no ensino médio” (MEC, 2018).

Segundo os parâmetros da Lei 13.415/2017, a carga horária do ensino médio deverá ser de, no mínimo, 3.000 (três mil) horas ao longo de três anos, sendo destinado à matriz curricular comum 1.800 horas e 1.200 horas aos Itinerários Formativos.

§ 1º A carga horária mínima anual de que trata o inciso I do caput deverá ser ampliada de forma progressiva, no ensino médio, para mil e quatrocentas horas, devendo os sistemas de ensino oferecer, no prazo máximo de cinco anos, pelo menos mil horas anuais de carga horária, a partir de 2 de março de 2017. (BRASIL, 2017)

Ao longo dos três anos do novo ensino médio a carga horária da matriz curricular comum e dos itinerários formativos deverão ser divididos da seguinte maneira:

Quadro 3: Carga Horária da Base Comum e da BNCC:

Série	Carga Horária BNCC	Carga Horária base comum	Total anual
1ª série	240h	960h	1.200h
2ª série	480h	720h	1.200h
3ª série	720h	480h	1.200h

Desta forma, a carga horária da BNCC no estado do Rio de Janeiro será de 1440h, ou seja, 40% da carga horária do ensino médio é destinada ao Itinerário

Formativo. Assim, é possível perceber a importância dos Itinerários, bem como sua respectiva carga horária ao longo da formação dos estudantes do ensino médio representam uma parte relevante da matriz curricular.

Em vista disso, torna-se de suma importância a escolha temática dos mesmos. E, por esta razão, em meados do ano de 2022 a Secretaria Estadual de Educação (Seeduc-RJ), consultou os professores, por meio de questionário online, acerca dos blocos temáticos que integram o itinerário formativo a partir de 2023 para o 2º ano do novo ensino médio:

A construção das propostas de Itinerários Formativos consolidou-se por meio de um grupo de trabalho composto por professores de ampla vivência do “chão” da escola. Contamos também com análises colaborativas de um comitê com representantes de outros setores da SEEDUC, assim como de entidades e organizações da sociedade civil, de acordo com a Resolução SEEDUC nº6.069, de 29 de março de 2022. (SEEDUC, 2022. p5).

Dentre das opções mais votadas por todos os professores da rede, foram eleitas duas vertentes para cada área do conhecimento, bem como para as áreas integradas que são entendidas como integradas a união de disciplinas, tal como em: Linguagens e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas ou Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Matemática.

Desta maneira, cada unidade escolar ficou responsável por escolher as Trilhas de Aprendizagens dos Itinerários Formativos das respectivas áreas do conhecimento. Desta forma, o quantitativo e a variedade de eletivas dependeu dos números de turmas por turno. Ou seja, por exemplo, se o turno noturno tiver até três turmas de 2ª série, ele poderá ofertar um bloco de área. Se possuir de três a cinco turmas, poderá ofertar até dois blocos.

Cada bloco de áreas é composto por duas trilhas. E cada trilha compreende três componentes temáticos. A unidade escolar, ao escolher um determinado Itinerário, deverá também escolher a trilha e, por conseguinte, o componente temático.

As unidades escolares, por meio das Diretorias Regionais Pedagógicas, foram informadas por Comunicação Interna - CI sobre a importância da contribuição para o processo de validação das propostas de Itinerários Formativos. Nesse comunicado estavam dispostos o caderno com os objetivos de cada componente curricular que compõe os itinerários, o link de acesso ao formulário e as instruções para o preenchimento. Cada escola deveria

promover o diálogo entre as equipes e, posteriormente, por meio de um ponto focal integrante da Equipe Técnico-Pedagógica, sinalizar uma proposta de cada categoria apresentada no formulário. Cada unidade deveria escolher 1 opção dentre as seções apresentadas[...]. Após o término do período para resposta ao formulário (08/07/2022), houve a consolidação com as duas opções mais votadas de cada categoria pelos atores envolvidos, a fim de gerar o Catálogo de Itinerários Formativos da Rede Estadual de Educação do Rio de Janeiro para ser aplicado a partir do ano letivo de 2023. (SEEDUC, 2022. p.6-7).

O catálogo de itinerário formativo é composto pelas trilhas de aprendizagens, em conformidade com as exigências da BNCC, oferecendo aos discentes uma organização curricular flexível e em conformidade com suas vivências, respeitando a cultura local. Deste modo, cada unidade escolar tem autonomia na escolha dos itinerários, com o intuito entrelaçar as necessidades dos discentes com conteúdo pretendido.

IV - METODOLOGIA

O ensino de filosofia no Brasil sempre foi visto como apêndice e com a Reforma do Ensino Médio foi posto novamente em segundo plano. Em decorrência da implementação da BNCC teve sua carga horária reduzida, embora ainda seja considerada disciplina obrigatória. Assim, neste capítulo, apresenta-se em mais detalhes aspectos da metodologia que pauta este estudo e o desenvolvimento do produto educacional.

4.1 A PESQUISA

Em fevereiro de 2022, a Secretaria Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro (Seeduc-RJ) publicou em Diário Oficial (D.O) a matriz curricular do Novo Ensino Médio. Além dos componentes curriculares obrigatórios há também os componentes da BNCC, denominados Itinerários Formativos.

Fazem parte do Itinerário formativos as disciplinas de caráter eletivo, como por exemplo: Projeto de Vida; Reforço Escolar; Estudos Orientados; Ensino Religioso e Língua Espanhola, da mesma maneira também fazem parte da trilha pedagógica as disciplinas do Catálogo de Eletivas e as do Catálogo do Itinerário Formativo por componente de áreas.

Com a nova matriz, para que o NEM (Novo Ensino Médio) parcial não tenha sua carga horária alterada e ainda assim tenha a carga horária da BNCC implementada foi necessário a redução da carga horária de todas as disciplinas obrigatórias. Contudo, Filosofia e Sociologia foram as únicas disciplinas que tiveram suas respectivas cargas horárias reduzidas a $\frac{1}{3}$ da matriz curricular do antigo ensino médio regular.

Sendo assim, esta pesquisa teve como proposta a elaboração de um Produto Educacional(PE): *Caderno de Cartões Filosóficos*, que pudesse corroborar com o ensino de Filosofia não somente como disciplina, mas que pudesse ser utilizado nas trilhas pedagógicas, tanto nas disciplinas Eletivas propostas pelo Catálogo disponibilizado pela Seeduc-Rj, quanto nos Itinerários Formativos no que e refere a áreas das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, isto é, será utilizado nas Trilhas

Pedagógicas parte da matriz curricular do Novo Ensino Médio (NEM).

Dito isto, o Caderno de Cartões Filosóficos pretendeu contribuir para que a Filosofia transite nas séries que não a tem como disciplina obrigatória. A princípio, com temáticas que pudessem gerar não somente um debate, mas o auxílio na formação do senso crítico, oportunizando desta forma a autonomia do discente enquanto indivíduo com consciência crítica e social.

4.1.1 A natureza da pesquisa

A presente pesquisa, então, pauta-se por uma abordagem quali-quantitativa, conforme entende Brown (2009), e tem base interpretativista e crítica. Nesse sentido, os dados foram tratados quantitativa e qualitativamente e analisados à luz do contexto em que foram coletados. O desenho metodológico para a pesquisa e elaboração do produto é norteado pela Metodologia de Desenvolvimento do Produto Educacional, cujas premissas são brevemente apresentadas a seguir.

4.1.2 Metodologia de desenvolvimento do Produto Educacional

A Metodologia de desenvolvimento do Produto é uma abordagem pedagógica que envolve a concepção tanto de um produto educacional como resultado de um processo de aprendizagem quanto o produto final como partes essenciais do desenvolvimento educacional. Desta forma, o processo de criação e construção do caderno, a organização dos conteúdos filosóficos é resultado de um processo de elaboração que envolve a seleção de conteúdos, a definição de objetivos educacionais e a organização das informações obtidas por meio das respostas dos professores participantes do formulário inicial.

No Produto Educacional “Caderno de Cartões Filosóficos” o produto educacional final é o próprio caderno, que contém cartões com questões, reflexões e/ou informações relacionadas à filosofia.

O produto educacional intitulado Caderno de Cartões Filosóficos foi elaborado com base na Metodologia do Processo e Produto:

[...] abordando a metodologia de desenvolvimento do PE: 1) contendo a descrição das etapas de delimitação do problema a ser abordado; 2) definições das etapas, idealização e elaboração do PE; 3) prototipagem (quando for o caso); 4) aplicação, avaliação, validação (1ª instância, mínimo recomendado para o MP), e; 5) análise à luz do referencial teórico e metodológico. (RIZZATI *et al*, 2020. p 6)

Diante deste cenário, foi necessário compreender quais foram as etapas do processo de construção do produto educacional proposto por esta pesquisa, bem como compreender a metodologia da pesquisa e para tal observamos em Minayo (2001. p16):

Entendemos por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Neste sentido, a metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está sempre referida a elas [...] a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador.

Partindo das etapas previstas na Metodologia de desenvolvimento do Produto (RIZZATI *et al*, 2020), a presente pesquisa foi organizada nas seguintes etapas:

- 1) Levantamento bibliográfico e descrição do problema do ensino da Filosofia frente às reformas educacionais, especialmente no Novo Ensino Médio, identificando como esta reforma impacta na natureza da disciplina.
- 2) Elaboração e divulgação do questionário online para professores de ciências humanas que atuem no Ensino Médio.
- 3) Prototipagem do produto educacional, a saber o Caderno de Cartões Filosóficos;
- 4) Validação do Produto Educacional com os professores da rede por meio de questionário online. A partir dos resultados foram feitos os reajustes necessários, mediante o *feedback* dos professores que utilizaram o produto em suas aulas.

Na segunda etapa, foi elaborado um questionário online, *Google Forms*, utilizando a técnica *snowball* (Bola de Neve). Esta técnica facilitou o acesso de professores que atuavam em unidades longínquas e que presencialmente não haveria a oportunidade de entrevistar e colher seus apontamentos.

Segundo Baldin e Munhoz (2011, p.50):

Essa técnica é uma forma de amostra não probabilística utilizada em pesquisas sociais onde os participantes iniciais, de um estudo indicam novos participantes que por sua vez indicam novos participantes e assim sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo proposto.

Sendo assim, foi disparado nas redes sociais (Grupos no Facebook; Instagram; Telegram e WhatsApp destinados a interação dos professores da rede) para os professores das áreas de ciências humanas que atuam na educação básica da escola pública da rede estadual do Rio de Janeiro, sobre o ensino de filosofia na reforma do ensino médio, bem como sobre a utilização de um material de apoio temático.

Nesta fase, foram levantados dados sobre os professores e a sua rotina profissional ao lecionar filosofia, com o intuito de analisar a prática desses docentes que são licenciados ou habilitados juntamente com a implementação do Novo Ensino Médio. Tais informações coletadas foram importantes para elaborar um material que pudesse ser de fácil compreensão e com linguagem acessível, considerando que há professores lecionando filosofia e não tem formação em filosofia. Esses professores têm disciplina de ingresso dentro das áreas das ciências humanas, habilitados pela supervisão escolar de cada regional com base na carga horária do histórico da licenciatura, sendo necessário que tenha 120h de disciplinas afins a filosofia, de acordo com o parecer CEE N° 086/2011, em substituição aos pareceres CEE 033/2006, CEE 134/2010.

o aproveitamento de professores legalmente habilitados nas disciplinas da Base Nacional Comum e já atuantes na rede pública estadual, para ministrarem outros componentes curriculares da Educação Básica e da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, além daqueles para os quais foram concursados, desde que comprovem o mínimo de 120 horas na área das disciplinas agregadas ao Histórico Escolar de curso superior ou pós-graduação. [...]aproveitamento de professores legalmente habilitados nas disciplinas da Base Nacional Comum e já atuantes na rede pública estadual, para ministrarem aulas das disciplinas do currículo da Educação Básica e da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, em conformidade com o perfil sugerido pela SEEDUC/SUGEN, recomendando que o período de vigência do aproveitamento dos docentes não ultrapasse dois anos. (Rio de Janeiro, parecer CEE N° 086/2011)

A partir dos dados coletados via questionário, pretendia-se entender diferentes aspectos relacionados ao trabalho e cotidiano docente no âmbito do ensino da filosofia, tais como:

- 1) Qual o impacto da Reforma do Ensino Médio na rotina profissional dos professores de Filosofia; O impacto da Reforma do Ensino Médio na rotina profissional dos professores de filosofia.
- 2) Se estão com a carga horária total em Filosofia; Carga horária alocada na disciplina de Filosofia
- 3) Se já precisaram complementar em outras disciplinas; Complementação da carga horária em outras disciplinas, além da de filosofia
- 4) Se já precisaram complementar as disciplinas do Catálogo de Eletivas; Complementação com as disciplinas do Catálogo de Eletivas.
- 5) Se já precisaram complementar a carga horária outra unidade escolar (esses dados são de suma importância, já que cada unidade escolar poderá escolher suas eletivas para ofertar ao alunado); Complementação de carga horária em outra unidade escolar
- 6) E, por fim, se já estão lecionando em disciplinas do Catálogo de Eletivas, qual seria o posicionamento deles acerca de um material filosófico de apoio. Percepção acerca da utilização de um material didático de apoio para a atuação nas disciplinas do Catálogo de Eletivas.

Desta forma, após a análise do questionário com os professores da rede pública estadual sobre suas rotinas escolares e o impacto da reforma do NEM, foi elaborado e confeccionado um material didático intitulado *Caderno de Cartões Filosóficos*. O produto educacional é composto por cartões com temáticas filosóficas que pudessem ser abordadas durante as aulas da Trilha Pedagógica. Tais cartões podem ser impressos ou digitais. Neles estão contidos a explicação de um determinado assunto; seus principais precursores/filósofos e uma situação hipotética que possa proporcionar uma reflexão, uma resolução e um debate acerca de tal assunto.

Na segunda etapa, foi apresentado um protótipo do *Caderno de Cartões*

Filosóficos a um grupo de professores que participaram do questionário online inicial, quando foi solicitado uma breve análise do produto educacional.

Por fim, na terceira etapa foi apresentado um novo questionário de validação para que os docentes pudessem compartilhar suas perspectivas acerca do Caderno de Cartões Filosóficos, indicando, dessa maneira, os itens que deveriam ser adaptados, melhorados e, até mesmo, acrescidos com vistas ao aprimoramento do produto educacional.

Sendo esta pesquisa voltada para a área de ensino das ciências humanas, seu objeto de estudo é essencialmente qualitativo. No entanto, foram analisadas quantitativamente informações fornecidas pelos professores participantes, dados coletados a partir dos questionários disparados nas redes sociais. Tais informações foram também analisadas de forma quantitativa, caracterizando esta pesquisa, assim, como se situando em um *continuum quali-quantitativa*. Segundo Gatti (2001), uma pesquisa qualitativa não está desatrelada de uma pesquisa quantitativa, considerando que a análise de dados requer uma interpretação dos mesmos. E por mais exata que uma informação possa ser, não há como excluir a percepção daquele que a analisa:

É preciso considerar que os conceitos de quantidade e qualidade não são totalmente dissociados, na medida em que de um lado a quantidade é uma interpretação, uma tradução, um significado que é atribuído à grandeza com que um fenômeno se manifesta (portanto é uma qualificação dessa grandeza) e, de outro, ela precisa ser interpretada qualitativamente, pois sem relação a algum referencial não tem significação em si. (NEZ *et al.* 2018 p. 8 *Apud* Gatti. 2001, p..74)

Em decorrência da proposta do Caderno de Cartões Filosóficos, uma pesquisa por produtos educacionais de material de apoio ao ensino da Filosofia na plataforma *EduCapes* foi realizada, utilizando o termo *Filosofia; Filosofia e material didático*. Foram encontrados diversos Produtos Educacionais referentes à produção de material de apoio para o ensino de Filosofia. Apesar de um resultado substancial de produtos educacionais voltados para o ensino de Filosofia, não havia produtos educacionais com proposta semelhante a do Caderno de Cartões Filosóficos.

Quadro 4

Pesquisa na Plataforma de Periódicos da EduCapes sobre Produtos Educacionais relacionados ao Ensino de Filosofia.				
Termos de busca	Produtos Educacionais	Autor (es)/ano/Instituição	Proposta	Link de acesso
FILOSOFIA	Projeto 4 Kemet: repensar a certidão de nascimento da filosofia	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Rodrigues de Sousa, Augusto Felzke, Lediane Fani. 2020	“No projeto ‘KEMET: repensar a certidão de nascimento da filosofia’, vamos problematizar a noção tradicional de que a filosofia teria nascido na Grécia e examinar a tese de que a filosofia é um modo de pensar próprio de todos os seres humanos”.	Disponível em: http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/572467
MATERIAL DIDÁTICO PARA FILOSOFIA	Sequência didática: O debate da filosofia crítica da tecnologia no ensino médio integrado	Instituto Federal de Alagoas Caminha Neto, Aloísio Ribeiro Castilho, Fábio Francisco de Almeida. 2020	“O produto educacional foi elaborado para a prática didática na intervenção da pesquisa-ação, realizada com a participação de discentes de nível médio do IFAL cujo objetivo visa contribuir para o ensino e aprendizagem da Filosofia Crítica da Tecnologia nessa etapa escolar. A SD possui uma estrutura flexível que permite seu uso em diversos contextos de ensino e aprendizagem”.	Disponível em: http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/574849
	Minha Sociedade	PPFEN CEFET/RJ	É um jogo filosófico sobre política e	Disponível em: http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/574849

	Justa? Um jogo filosófico sobre política	PEREIRA, Taís Silva. Luciano Mota BASTOS, 2021	sociologia, com o intuito de trabalhar as ideias de representação política e justiça do filósofo libefral John Rawls	capes.gov.br/handle/capes/600754
	Histórias Filosóficas	PPFEN CEFET/RJ BASTOS, MAIA, Carolina Luciano XAVIER, MUNIZ, Janaina Hércules RIBEIRO, IRIBARNE, Thiago Marcelo. 2018	“O objetivo desse jogo é permitir, em alguma medida, que os alunos se apropriem de idéias e temas trabalhados previamente com o professor em sala para criar suas próprias narrativas autorais, suas próprias histórias”.	Disponível em: http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/600733

O Caderno de Cartões Filosóficos buscou contribuir para o ensino de Filosofia, de modo que, mesmo nos parâmetros determinados pela Reforma do Novo Ensino Médio, a disciplina não perca tanto sua natureza crítico-reflexiva, pois visa auxiliar o trabalho dos professores de ciências humanas, independente de sua formação na licenciatura.

4.1.3 Coleta de dados

O presente formulário foi disparado no período de 29 de maio de 2023 a 10 de junho de 2023, neste mesmo período os professores da rede estadual de educação do Estado do Rio de Janeiro vivenciaram um período de greve.

O formulário online *google Forms*, utilizando a técnica *snowball (Bola de Neve)* foi divulgado nas redes sociais como Facebook, Instagram e WhatsApp, solicitando a participação dos professores da área de Ciências Humanas que atuassem no ensino

médio, sendo desta maneira critério de exclusão aqueles professores que não lecionarem no segmento do ensino médio do estado do Rio de Janeiro tal qual não fossem da área de Ciências Humanas.

Em relação aos respondentes, 26 professores responderam ao primeiro questionário. É importante salientar que 13 professores concordaram em participar da etapa de validação do produto educacional “Caderno de Questões Filosóficas”.

O intuito deste questionário inicial foi conhecer um pouco acerca da rotina profissional dos professores, bem como o impacto da Reforma do Ensino Médio em suas rotinas.

É importante ressaltar que todos os professores assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)¹, concordando em participar da pesquisa.

A seguir, a caracterização dos professores participantes da primeira fase do questionamento.

4.1.4 Caracterização dos participantes

Após o aceite do TCLE, os professores responderam acerca de suas rotinas. Primeiramente, visamos observar o perfil dos professores em termos de tempo de magistério, formação, área de atuação e práticas de reaproveitamento em disciplinas diversas. Como já mencionado, o primeiro questionário buscou não só caracterizar melhor os participantes, mas também compreender como a reforma do ensino médio impactou na vida profissional desses professores.

4.1.4.1 Tempo de Magistério

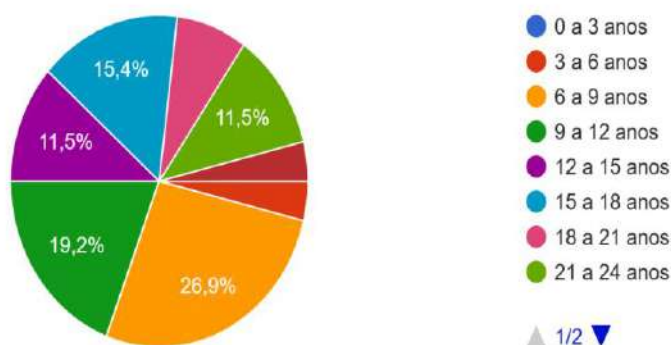
Em relação ao tempo de magistério, observou-se que nenhum professor participante tem menos de 3 anos de atuação, os dados apontaram que 3,8% dos participantes têm entre 3 a 6 anos em exercício da função, a mesma porcentagem é observada aos participantes com mais de 25 anos de magistério. A maior parte dos participantes tem entre 6 a 9 anos na função, ou seja, 26,9%, seguido por 19,2% os professores com 9 a 12 anos de magistério. Já os que têm entre 12 e 15 anos de magistério ocupam a faixa de 11,5%, igualmente observado aos professores com 21

¹ Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em anexo no Apêndice A

a 24 anos de magistério. Já os professores com 15 a 18 anos, representam 15,4%, seguidos pelos professores com 18 a 21 anos de profissão, ocupando a faixa de 7,7%. O gráfico a seguir demonstra os resultados:

GRÁFICO A

2 - Tempo de magistério
26 respostas



Fonte: A autora

Analisando o tempo de magistério, é possível perceber que todos os participantes já atuavam em sala de aula antes da reforma do ensino médio e a nova redação da LDB 9394/96, dada em 2017. Desta forma, pressupõe-se que suas rotinas escolares, provavelmente, necessitaram de novas adequações no que se refere ao currículo essencial, bem como a inserção das novas disciplinas referentes a carga horária da BNCC.

4.1.4.2 Formação acadêmica

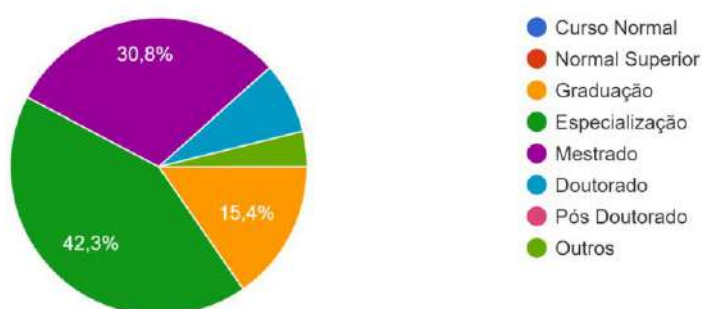
O gráfico B, semelhantemente, preocupou-se em levantar dados em relação à formação acadêmica dos professores participantes. No que diz respeito à formação dos professores que participaram da pesquisa, pode-se destacar que 7,7% desses professores possuem Doutorado; a pesquisa revelou que 30,8% possuem Mestrado; semelhantemente, os dados indicaram que 42,3% possuem Especialização; da mesma forma, ficou evidente que 15,4% dos participantes possuem graduação e

somente 3,8% dos participantes responderam Outros, indicando assim que preferiram não responder este item. As opções Curso Normal, Normal Superior e Pós-Doutorado não foram registradas nas respostas.

GRÁFICO B

3 - Formação Acadêmica

26 respostas



Fonte: A autora

Observa-se que a maioria dos respondentes têm formação de pós-graduação, em diferentes níveis, seja doutorado, mestrado ou especialização. Cabe ressaltar que o plano de carreira atual prevê a promoção funcional e salarial a partir da formação acadêmica buscada pelo professor de forma individual. Atualmente, as políticas públicas que fomentam a qualificação do professor no escopo da pós-graduação são praticamente inexistentes. Apesar disso, observamos que a maioria dos professores que responderam ao questionário possuem formação a nível de pós-graduação. Inferimos que os professores buscaram conciliar seu trabalho docente com os estudos de pós-graduação com todas as suas exigências.

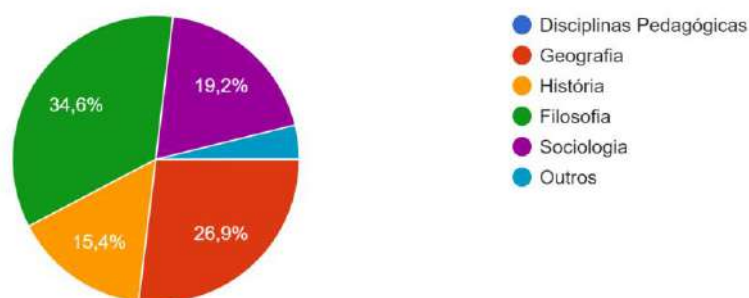
4.1.4.3 Disciplina de regência dos professores participantes

Os dados apresentados a seguir indicam a distribuição dos professores participantes de acordo com suas formações acadêmicas. Assim, os dados apresentados indicaram que 34,6% dos professores possuem formação em Filosofia. Além disso, 26,9% dos professores são formados em Geografia. 19,2% dos professores são formados em Sociologia. 15,4% dos professores são formados em

História. 3,8% dos professores responderam "Outros" como sua formação. Não houve nenhum professor que tenha optado por Disciplinas Pedagógicas.

GRÁFICO C

5 - Qual sua disciplina de ingresso?
26 respostas



Fonte: A autora

Esses dados permitem identificar as áreas de formação mais comuns entre os professores participantes. Filosofia, com 34,6%, é a área mais representada, seguida por Geografia, com 26,9%. Sociologia e História também estão presentes, com 19,2% e 15,4%, respectivamente. É importante ressaltar que 3,8% dos professores têm formações diferentes das mencionadas, indicados como "Outros". Por fim, nenhum dos participantes optou por "Disciplinas Pedagógicas" como sua área de formação.

Esses dados podem ser úteis para entender a composição do corpo docente e as áreas de especialização dos professores envolvidos no contexto em questão.

4.1.4.4 Aproveitamento dos professores participantes habilitados em filosofia:

O item 6 do questionário refere-se ao aproveitamento de professores habilitados para ministrarem outros componentes curriculares, conforme o parecer do Conselho Estadual de Educação (CEE) N° 086/2011.

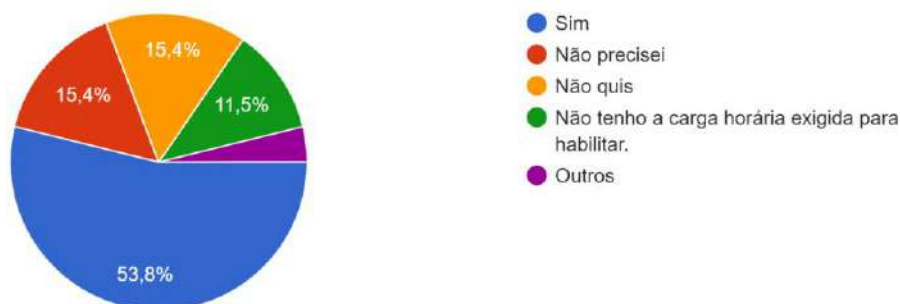
Dos professores participantes, 53,8% são habilitados para ministrarem aulas de Filosofia e apenas 11,5% não possuem as 120 horas agregadas ao Histórico Escolar de curso superior ou pós-graduação exigidos pelo parecer em questão.

Entretanto, tanto os professores que não o quiseram ou não precisaram habilitar correspondem a 15,4%.

GRÁFICO D

6 - Você é habilitado para Filosofia?

26 respostas



Fonte: A autora

Semelhantemente, o item 7 refere-se aos professores que atuam ministrando aulas de Filosofia, ainda que não possuam licenciatura em Filosofia, mas sim a carga horária necessária para o aproveitamento, representando 53,8%. Sendo assim, 46,2% dos participantes não atuam lecionando filosofia. E apenas 11,5% dos professores participantes não são habilitados, os outros 34,6% optaram por não habilitar.

Os dados referem-se especificamente aos professores que ministram aulas de Filosofia, mesmo não possuindo uma licenciatura na área. Ao analisar os números apresentados, a pesquisa indicou que 53,8% dos professores que ministram aulas de Filosofia não possuem licenciatura em Filosofia, mas têm a carga horária necessária para o aproveitamento. Desta maneira, a soma total, representando 46,2% dos professores, não atuam lecionando Filosofia. Dentre esses 46,2%, apenas 11,5% não são habilitados para lecionar em nenhuma disciplina. Os outros 34,6% dos professores que não atuam lecionando Filosofia optaram por não se habilitar.

Esses dados indicam uma situação interessante no contexto dos professores que ministram aulas de Filosofia. A maioria desses professores (53,8%) não possui uma licenciatura específica em Filosofia, mas têm a carga horária necessária para o aproveitamento. Isso pode significar que eles possuem formação em outras áreas,

mas adquiriram conhecimentos suficientes em Filosofia para atuarem como professores nessa disciplina.

Por outro lado, 46,2% dos professores não estão envolvidos no ensino da Filosofia. Dentre esses, uma parcela significativa (34,6%) optou por não se habilitar, ou seja, provavelmente não possuem a formação necessária para lecionar filosofia.

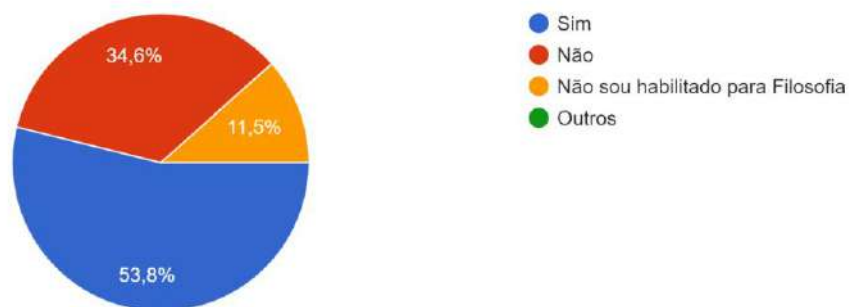
Tais indicativos destacam a diversidade de situações entre os professores que atuam ou não lecionando Filosofia, revelando diferentes caminhos percorridos para a aquisição de conhecimento e habilitação na área.

4.1.4.5 Professores participantes que lecionam filosofia, independente da disciplina de ingresso ser filosofia.

Os dados a seguir mostram a distribuição dos professores participantes de acordo com sua atuação no ensino de Filosofia. Analisando os números fornecidos: 53,8% dos professores participantes lecionam Filosofia. 34,6% dos professores participantes não lecionam Filosofia. 11,5% dos professores participantes não possuem habilitação para lecionar Filosofia.

GRÁFICO E

7 - Você leciona Filosofia?
26 respostas



Fonte: A autora

Esses dados revelam a proporção de professores que estão envolvidos ou não no ensino da disciplina de Filosofia. A maioria dos participantes (53,8%) está ativamente lecionando a disciplina. Isso significa que eles estão ministrando aulas de Filosofia, independentemente de sua formação específica ou habilitação. Por outro

lado, uma parcela significativa (34,6%) dos professores participantes não está lecionando Filosofia. Isso indica que eles estão ensinando outras disciplinas ou exercendo funções não relacionadas diretamente ao ensino da Filosofia.

Além disso, 11,5% dos professores participantes não possuem habilitação para lecionar Filosofia. Isso significa que eles podem não ter a formação acadêmica ou a qualificação necessária para ensinar essa disciplina específica.

Analisando os dados até a questão 7 foi possível perceber que o parecer 086/2011 possibilitou o aproveitamento dos docentes em outras disciplinas dos componentes da BNCC além da disciplina de ingresso.

Este formulário visou levantar dados acerca dos professores que lecionam Filosofia tanto por formação quanto por aproveitamento.

Desta maneira, tais informações ressaltam a diversidade de papéis desempenhados pelos professores participantes.

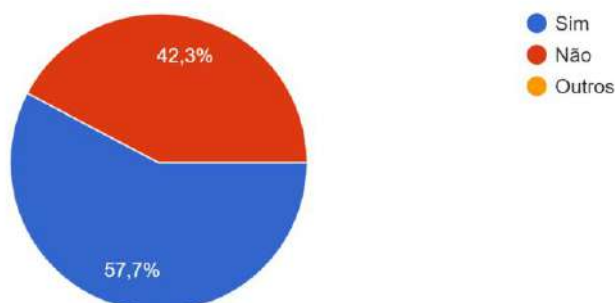
4.1.4.6 Distribuição da carga horaria na unidade escolar

Os dados apresentados a seguir indicam a distribuição da carga horária dos professores em relação à sua alocação nas unidades escolares. De acordo com os números, 57,7% dos professores têm sua carga horária alocada em uma unidade escolar específica, enquanto 42,3% dos professores estão alocados em mais de uma unidade escolar.

GRÁFICO F

8 - Sua carga horária está plenamente em uma unidade escolar?

26 respostas



Fonte: A autora

A Resolução Seeduc nº 6018 de 2021 é responsável pela organização da alocação dos professores nas unidades escolares. Em seu artigo 1º diz que seu objetivo é estabelecer “rotinas quanto aos procedimentos de organização, alocação, manutenção e construção do Quadro de Horários das unidades escolares da Rede Pública Estadual de Ensino”.

O 3º parágrafo do artigo 14 trata da integralidade da alocação do professor em uma única unidade, contudo, caso não consiga a efetiva alocação integral na disciplina de ingresso, o docente poderá ser alocado em outro componente curricular total ou parcialmente:

§ 3º - Visando a efetiva busca pela integralização, o professor que não conseguir ter alocada toda a sua carga horária na unidade escolar de lotação, por falta de oferta no componente curricular de ingresso, poderá atuar, total ou parcialmente, em outro componente, dentro da área de conhecimento prevista na matriz curricular vigente, desde que habilitado pela Coordenadoria de Inspeção Escolar, respeitando-se a finalização da alocação de todos os docentes do mesmo componente curricular de ingresso (Seeduc, Resolução 6018 de 15 de dezembro de 2021, p 11).

Da mesma maneira, a resolução trata em casos nos quais a unidade escolar não possua os tempos necessários para a alocação integral do professor. A sentença mencionada se refere ao Artigo 15º estabelecendo limites para a complementação da carga horária em outra unidade escolar, levando em consideração a carga horária do professor.

Art. 15 - A complementação da carga horária em outra unidade escolar deverá respeitar o limite máximo de escolas dispostos nos incisos abaixo, de acordo com o cargo do professor:

I - Professores Docentes I - 16 (dezesesseis) horas semanais e Professores Docentes II - 22 (vinte e duas) horas semanais em Regime de Aproveitamento poderão atuar, no máximo, em até 02 (duas) Unidades Escolares.

II - Professores Docentes I - 30 (trinta) horas semanais, Professores Docentes I - 40 (quarenta) horas semanais e Professores Docentes II - 40 (quarenta) horas semanais, em Regime de Aproveitamento, poderão atuar, no máximo, em até 03 (três) Unidades Escolares. (Seeduc, Resolução 6018 de 15 de dezembro de 2021, p 11)

Essas limitações têm o objetivo de estabelecer parâmetros para a distribuição da carga horária do professor em diferentes escolas, visando garantir um equilíbrio e evitar sobrecarga excessiva de trabalho.

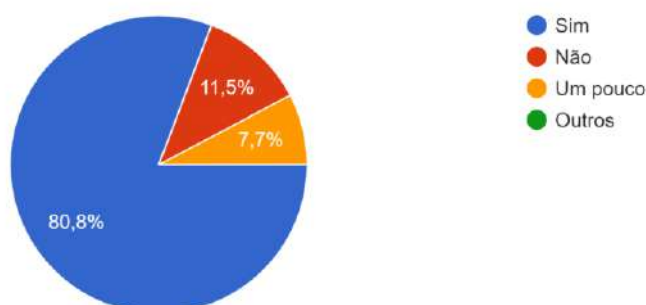
4.1.4.7 O impacto da reforma do ensino médio no cotidiano escolar dos professores participantes

Os dados abaixo predizem que a Reforma do Ensino Médio teve um impacto significativo no cotidiano escolar. Destacamos que 80,8% afirmaram que houve alterações no cotidiano escolar após a implementação da reforma. Essa proporção expressiva sugere que a Reforma do Ensino Médio teve um efeito amplo nas escolas e nas práticas educacionais. Além disso, 11,5% dos respondentes afirmaram que não houve algumas ou poucas alterações em seu cotidiano escolar. Isso demonstra que, para essa parcela da amostra, as mudanças promovidas pela Reforma do Ensino Médio não tiveram um impacto visível em suas experiências diárias na escola, mas ainda assim significa que sofreu algum impacto. Por fim, 7,7% dos respondentes indicaram que não houve nenhuma alteração em suas rotinas profissionais.

GRÁFICO G

9 - Com a Reforma do Ensino Médio, seu cotidiano escolar sofreu alguma alteração?

26 respostas



Fonte: A autora

Após analisar o Gráfico G, ficou visível que a reforma do ensino médio teve mudanças significativas na rotina profissional dos professores da rede. Cerca de 80,8% tiveram mudanças diretas. Considerando as respostas 'Um pouco', que representaram 7,7% do total, como uma forma de resposta positiva, ainda que tenham indicado alterações limitadas em suas rotinas, pode-se concluir que 88,5% dos participantes experimentaram diretamente as mudanças introduzidas pela reforma do ensino médio."

Partindo desses dados, pressupõe-se que os professores que responderam que não tiveram mudanças em suas rotinas, provavelmente são professores de História e Geografia, pois tais disciplinas ainda estão presentes nas três séries do ensino médio, sendo obrigatórias tanto no 1º e 2º anos do Novo Ensino Médio, quanto no 3º ano, terminalidade da grade do antigo ensino médio.

Para obter uma compreensão mais abrangente do impacto da Reforma do Ensino Médio, foi necessário analisar as mudanças específicas introduzidas pela reforma, bem como conduzir pesquisas qualitativas para explorar em maior profundidade as percepções e experiências dos envolvidos no cotidiano escolar. Desta forma, o item 10 do formulário permitiu que cada docente pudesse expressar quais foram tais impactos, os quais serão discutidos a seguir.

4.1.1.8 De que maneira Reforma do Ensino Médio impacta a rotina profissional dos professores participantes:

O item 10 do formulário foi organizado de forma que o professor que respondesse de forma positiva o item 9 (Com a Reforma do Ensino Médio, seu cotidiano escolar sofreu alguma alteração?), no qual questiona se houve mudanças em suas rotinas profissionais após a reforma do ensino médio, pudesse externar quais mudanças ocorreram em seus cotidianos.

A seguir algumas respostas:

O professor 1 respondeu que teve menos tempos em sua disciplina de ingresso, sendo necessário lecionar outras disciplinas. Para este professor, tais novas disciplinas são consideradas desnecessárias: *“Menos tempos minha disciplina; introdução de disciplinas, a meu ver, desnecessárias.”*

Já o professor 2 respondeu que mais da metade de sua carga horária foi alocada com disciplinas que compõem a carga horária exigidas pela BNCC: *“A principal alteração é que mais da metade da minha carga horária é ocupada por disciplinas do novo ensino médio.”*

Esses relatos de experiências de professores ao falar sobre o novo ensino médio refletem as diferentes perspectivas e desafios encontrados diante das mudanças na grade curricular.

Alguns pontos comuns podem ser observados:

- **Adequação a disciplinas eletivas:** Muitos professores tiveram que se adaptar e lecionar disciplinas que não faziam parte de sua formação acadêmica ou de sua área de expertise. Isso pode ter gerado a necessidade de atualização e preparação em novos conteúdos.

Professor 3: “Passei a ministrar disciplinas como: Projeto de Vida, Estudos Orientados, Reforço Escolar. Na disciplina de filosofia, não leciono mais na segunda série, pois só é oferecida no primeiro ano do ensino médio.”

Professor 4: Houve a necessidade de me adequar a lecionar em disciplinas eletivas.

Professor 5: “Sim, fui obrigado a lecionar disciplinas diversas que não estão de acordo com a minha formação acadêmica.”(Fonte: autor)

- **Disponibilidade e carga horária:** Alguns professores enfrentam jornadas duplas ou aumentaram sua carga horária para atender às demandas das novas disciplinas eletivas. Isso pode ter exigido mais tempo de preparação e dedicação aos estudos.

Professor 6: Disponibilidade.

Professor 7: Não leciono mais filosofia, a minha grade horária é composta somente de disciplinas do NEM. Mudança de carga horária e adensamento de conteúdo

Professor 8: Não consegui uma grade horária em 2 dias letivos na semana como era habitualmente. Por causa de disciplinas "novas" tenho que ir à escola 3 X por semana. É um custo enorme! Sem contar o sacrifício de trabalhar mais um dia! (Fonte: autor)

■ **Retirada de disciplinas:** Alguns professores mencionaram a retirada de disciplinas, como filosofia, das turmas do ensino médio. Essa mudança pode ter gerado frustração e preocupação com a perda de conteúdos e oportunidades de ensino.

Professor 9: Ao invés de dar aulas de Filosofia e Sociologia as quais estou preparada dou 10 tempos de projeto de vida, projeto esse que atende aos interesses de uma educação neoliberal a qual eu não acredito.

Professor 10: Retirada da carga horária de filosofia das turmas das duas últimas séries do ensino médio.

Professor 11: Não leciono mais filosofia, a minha grade horária é composta somente de disciplinas do NEM

■ **Desafios na preparação de aulas:** Alguns professores expressaram dificuldades em preparar aulas com assuntos que não faziam parte de sua formação inicial. Isso pode ter exigido esforços adicionais para se atualizarem e se adaptarem aos novos conteúdos.

Professor 12: Mais trabalho e menos tempo para preparar-me para novas aulas e estudos (**redação original**).

Professor 13: A aflição em preparar aulas com assuntos que não fazem parte da minha formação.

Professor 14: Precisei me adaptar aos novos conteúdos.

Além, claro, da adaptação aos novos conteúdos, muitos professores mencionaram a necessidade de se adaptarem e familiarizar-se com os novos conteúdos e abordagens pedagógicas propostas pelo novo ensino médio. Isso pode exigir um esforço adicional para adquirir novos conhecimentos e desenvolver novas metodologias de ensino. Tais experiências ilustram os desafios enfrentados pelos professores diante das mudanças no ensino médio.

Cada professor pode ter uma perspectiva única, no entanto, esta pesquisa visa em especial a transição para o novo modelo curricular que o professor de Filosofia, bem como a disciplina de filosofia sofreram com a Reforma do Ensino Médio

4.1.1.9 Distribuição variada da carga horária dos professores de Filosofia.

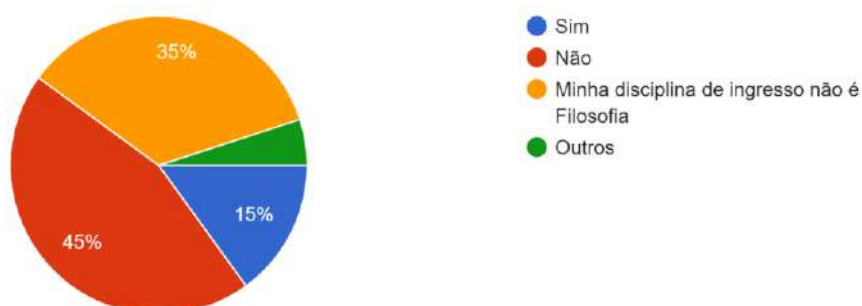
O Gráfico H refere-se à seguinte questão: “Se sua disciplina de ingresso for Filosofia, sua carga horária está completamente alocada em Filosofia?” A afirmativa indica que há uma distribuição variada da carga horária dos professores de Filosofia.

Analisando cada resultado apresentado é possível perceber que: “Sim”, indicado por 15% dos professores. Essa porcentagem indica que há professores de Filosofia cuja carga horária está completamente alocada para essa disciplina. Isso significa que esses professores têm a oportunidade de lecionar apenas Filosofia. Em contrapartida, 45% dos participantes responderam que “Não”. Isso pode significar que esses professores também são alocados para lecionar outras disciplinas, para complementar sua carga horária. Já “Minha disciplina de ingresso não é filosofia” teve 35% das respostas. Essa porcentagem indica que uma parcela significativa dos professores mencionou que a disciplina de ingresso deles não é Filosofia. Isso pode apontar que eles são professores de outras disciplinas, mas possuem habilitação para lecionar Filosofia, permitindo que ministrem a disciplina. A opção “Outros” teve 5% dos votos. Essa porcentagem representa uma pequena proporção de professores cuja situação não se enquadra nas categorias mencionadas anteriormente. Essa categoria pode incluir casos específicos em que a carga horária dos professores de Filosofia pode variar de acordo com situações particulares ou particularidades de cada escola.

GRÁFICO H

11 - Se sua disciplina de ingresso for Filosofia, sua carga horária está completamente alocada em Filosofia?

20 respostas



Fonte: A autora

Essa distribuição diversificada da carga horária dos professores de Filosofia revela que as condições de trabalho e a alocação de disciplinas podem variar amplamente. Isso pode refletir as diferentes demandas das escolas, a formação dos professores e as prioridades educacionais em cada contexto específico. Semelhantemente, a distribuição das disciplinas eletivas do Catálogo de Eletivas e dos componentes de áreas, pertencentes ao Catálogo de Itinerários, que fazem parte da carga horária da BNCC.

Desta forma, fica evidente a sobrecarga que os professores vivenciam ao longo de suas rotinas profissionais, quando necessitam ministrar aulas de outros componentes que não seja a sua disciplina de ingresso.

4.1.1.10 Complementação da carga horaria dos professores participantes em outras disciplinas

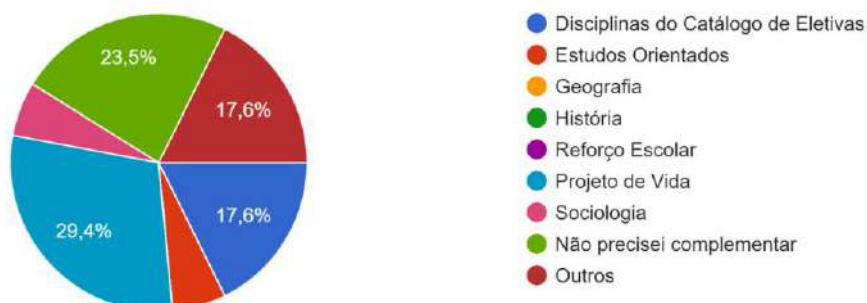
Com base nos dados analisados, os professores que não estão com suas cargas horárias plenamente alocados na sua disciplina de ingresso, precisaram fazer complementação em outras disciplinas.

A maior parte, representando 29,4%, é alocada ao Projeto de Vida; 17,6% das disciplinas são categorizadas como "Outras", o que implica que elas podem estar incluídas em disciplinas dos componentes de área pertencentes ao catálogo de Itinerários.

Das disciplinas especificamente mencionadas, Estudos Orientados e Sociologia representam 5,9% cada, enquanto Disciplinas do Catálogo de Eletivas representam 17,6%. Reforço Escolar, Geografia e História não possuem alocação de carga horária. Por fim, somente 23,5% dos professores não precisaram complementar sua carga horária, isto é, dos professores participantes, apenas 1/4 dos mesmos não tiveram impacto em suas alocações.

GRÁFICO I

12 - Caso sua carga horária não esteja alocada, você precisou complementar em quais disciplinas?
17 respostas



Fonte: A autora

Esses dados sugerem que, com a reestruturação da matriz curricular, cerca de 76,6% dos professores precisaram lecionar outras disciplinas além da disciplina de ingresso. O que certamente requer dos mesmos um tempo maior para planejamento e adaptações de suas aulas.

4.1.1.11 Acerca das temáticas das disciplinas do Catálogo de Eletivas, nas quais os professores participantes desta pesquisa precisaram ministrar para complementação da carga horária semanal.

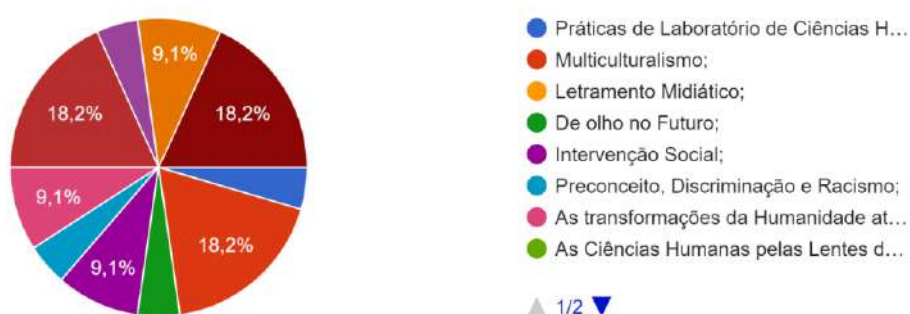
Os dados apresentados representam as escolhas de temáticas das disciplinas do Catálogo de Eletivas nas unidades escolares. De acordo com as respostas dos professores as eletivas “Multiculturalismo” e “Direitos Humanos e Cidadania” foram as temáticas mais escolhidas. Depois as eletivas mais escolhidas são “Intervenção Social”, “As transformações da Humanidade através das tecnologias” com 9,1%. Já “Práticas de Laboratório de Ciências Humanas”, “De olho no Futuro”, “Preconceito, Discriminação e Racismo”, “Descobertas e Transformações do mundo Contemporâneo” obtiveram 4,5% dos votos. Entretanto, “Letramento Midiático”, “As Ciências Humanas pelas Lentes do Cinema e da Fotografia”, “Educação Ambiental: Um diálogo entre Ciências Humanas”, “Novas Estratégias de Aprendizagem das Ciências Humanas”, “Rádios, HQs... Os Recursos Audiovisuais na Aprendizagem das

Ciências Humanas”, “Espacialidade, Globalização e Cinema” não tiveram nenhum voto, ficando com 0%.

GRÁFICO J

13 - Caso esteja lecionando Disciplinas do Catálogo de Eletivas, qual temática foi escolhida na sua Unidade Escolar?

22 respostas



Fonte: A autora

Esses dados refletem as preferências e escolhas dos educadores da Unidade Escolar em relação às temáticas a serem abordadas nas disciplinas de Ciências Humanas. Podem também indicar que as temáticas escolhidas e abordadas nas disciplinas eletivas refletem mais as questões sociais.

4.1.1.12 Parecer dos professores participantes acerca das mudanças do Novo Ensino Médio:

Com base nas respostas fornecidas, há uma diversidade de opiniões em relação às mudanças propostas pelo Novo Ensino Médio no que diz respeito ao ensino das Ciências Humanas. Alguns professores expressam preocupação com a redução da carga horária dessas disciplinas e consideram que isso leva a um esvaziamento do conhecimento nessa área.

Professor 1: Infelizmente as mudanças propostas foram implementadas sem debate e participação da comunidade escolar. Sem contar que a implementação iniciou durante a pandemia. Essa proposta além de reduzir a carga horária de todas as disciplinas que estavam no currículo anterior, aprofundou ainda mais o abismo nas disciplinas de humanas.

Professor 2: Entendo o NEM como um esvaziamento curricular que compromete, ainda mais, o processo formativo dos estudantes.

Professor 3: Diminui drasticamente os conteúdos de humanas pois essas temáticas não atendem aos interesses neoliberais, não é interessante que o discente aprenda a pensar

Professor 4: A proposta retira qualquer aprofundamento na área das ciências humanas ao abordar as competências e habilidades de maneira superficial.

Professor 5: A formação foi prejudicada. A carga horária de ciências humanas foi reduzida e as disciplinas do NEM não auxiliam a suprir as lacunas de conteúdo e formação intelectual

Também é mencionada a falta de debate e participação da comunidade escolar na implementação das mudanças, bem como a forma como foram introduzidas durante a pandemia.

Professor 6: Infelizmente as mudanças propostas foram implementadas sem debate e participação da comunidade escolar. Sem contar que a implementação iniciou durante a pandemia. Essa proposta além de reduzir a carga horária de todas as disciplinas que estavam no currículo anterior, aprofundou ainda mais o abismo nas disciplinas de humanas.

Outras críticas apontam que as alterações resultaram em uma fragmentação do currículo, superficialidade no tratamento dos conteúdos e uma falta de aprofundamento nas disciplinas de Ciências Humanas. Além disso, algumas pessoas veem as mudanças como uma forma de limitar o pensamento crítico e confrontar o sistema, prejudicando a formação dos estudantes.

Professor 7: Prejudica o conhecimento do aluno, já que esse deixa de entender que precisamos de uma sociedade mais crítica.

Professor 8: Querem acabar com a construção de um pensamento crítico que possa confrontar o sistema.

Professor 9: Fragmentação que culmina numa superficialidade para tudo o que tenho que abordar

Professor 10: A formação foi prejudicada. A carga horária de ciências humanas foi reduzida e as disciplinas do NEM não auxiliam a suprir as lacunas de conteúdo e formação intelectual

Professor 11: Penso que a descaracterização dos conhecimentos visa empobrecer os grupos economicamente empobrecidos, levando-os a não se reconhecerem como sujeitos autônomos e críticos .

Por outro lado, há também quem enxergue vantagens nos itinerários formativos e a possibilidade de abordar temas éticos e políticos de forma mais ampla. Essas pessoas consideram que as mudanças podem ser positivas se forem acompanhadas de uma metodologia adequada e se valorizarem os profissionais da educação.

Professor 12: Eu como um prof que gosta muito de Ética e Política estou com muitas vantagens esse ano, já que em vez de Sociologia estou trabalhando matérias ótimas para tratar de temas éticos e políticos além da própria Filosofia nos 1os anos.

Professor 12: A inserção dos itinerários formativos foi um ganho em alguns aspectos, mas num contexto geral, as mudanças do Novo Ensino Médio representaram uma precarização do ensino, diminuindo carga horária, eliminando conteúdos importantes e inserindo dia disciplinas as estranhas a realidade escolar

Alguns dos participantes destacaram que a seleção das disciplinas, com base na carga horária estabelecida pela BNCC, não reflete a realidade da escola. Ou seja, existem propostas de eletivas que não atendem às necessidades da comunidade escolar, gerando uma disparidade entre o que é considerado essencial para a construção crítico-reflexiva do aluno e o que lhe é apresentado, como cita o: *“Professor 13: Infelizmente o que é proposto não se aplica na realidade, a estrutura teórica não acompanha a realidade estrutural das escolas.”* e o *“Professor 14: Não contempla a realidade e especificidades das escolas.”* Ficando assim, evidente a importância de considerar o contexto social dos alunos e a necessidade de promover estratégias motivacionais para estimular o engajamento dos estudantes.

As falas de alguns dos professores refletem suas percepções e preocupações em relação às mudanças propostas pelo Novo Ensino Médio, principalmente no que tange a desigualdade social entre os alunos da rede pública de ensino e os alunos da rede particular:

Professor 15: O Novo Ensino Médio não traz uma boa formação para o aluno. Na realidade do nosso país temos uma sociedade , na sua maioria não possui famílias bem estruturadas, que incentivem o comprometimento com os estudos. Essa novidade no ensino não ajuda o meu aluno o interesse na busca do conhecimento. Eu tenho que ficar me desdobrando para chamar a atenção do aluno na sala de aula.

Professor 16: Diminui drasticamente os conteúdos de humanas pois essas temáticas não atende aos interesses neoliberais, não é interessante que o discente aprenda a pensar

Professor 17: Gera mais desigualdade educacional entre alunos que estudam em escolas públicas e privadas. Diminui o tempo de disciplinas essenciais na formação educacional por atividades que não auxiliam em nada no desenvolvimento dos alunos. Além de intensificar a evasão escolar.

Professor 18: Penso que a descaracterização dos conhecimentos visa empobrecer os grupos economicamente empobrecidos, levando-os a não se reconhecerem como sujeitos autônomos e críticos .

Tais apontamentos demonstram que as mudanças podem gerar mais desigualdade educacional entre escolas públicas e privadas. De acordo com a

percepção dos professores, os tempos reduzidos destinados às disciplinas essenciais compromete a formação educacional dos alunos em detrimento de atividades que não contribuem para o seu desenvolvimento. Essa visão levanta a preocupação de que as mudanças possam agravar as disparidades existentes entre os sistemas de ensino, acentuando as desigualdades sociais.

Um dos professores argumenta também que a descaracterização dos conhecimentos no Novo Ensino Médio tem o objetivo de empobrecer os grupos economicamente desfavorecidos, levando-os a não se reconhecerem como sujeitos autônomos e críticos. Essa perspectiva sugere que as mudanças podem ter implicações socioeconômicas e impactar a formação de identidade e empoderamento dos estudantes de camadas mais vulneráveis da sociedade.

Essas diferentes opiniões mostram a complexidade das mudanças propostas no Novo Ensino Médio e como elas são percebidas e interpretadas pelos professores.

4.1.1.13 Parecer dos professores acerca das mudanças propostas pelo Novo Ensino Médio no que diz respeito ao ensino de FILOSOFIA

As opiniões expressas pelos professores refletem preocupações e críticas em relação às mudanças propostas pelo Novo Ensino Médio no que diz respeito ao ensino de Filosofia.

A visão de que os tempos de Filosofia deveriam ser mantidos em todas as séries do Ensino Médio destaca a importância de uma carga horária adequada para o ensino da disciplina, permitindo um aprofundamento nas temáticas filosóficas ao longo do currículo. A expressão de que a redução da carga horária de Filosofia é uma profunda falta de respeito aos profissionais, alunos e à própria ciência reflete a preocupação de que a disciplina não esteja sendo valorizada e de que sua importância seja subestimada no processo educacional.

Professor 1: Penso que em relação às temáticas, não houve tanta alteração, no entanto, os tempos de Filosofia deveriam ser mantidos em todas as séries do Ensino Médio, como era antes.

Professor 2: Uma profunda falta de respeito aos profissionais, alunos e a ciência não garantir a filosofia nos três anos de ensino médio.

A crítica de que o Novo Ensino Médio reduz a carga horária de Filosofia de forma a não criar a perspectiva da construção e importância do conhecimento humano, a partir da Filosofia, indica uma preocupação com a falta de espaço para o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo dos alunos. Como deixa claro o “Professor 3: O NEM reduz a carga horária de filosofia de forma a não criar a perspectiva da construção e importância do conhecimento humano, a partir da Filosofia.”

Um dos professores menciona que é “Mais retrocesso”, já outro professor usou o “desproporcional”, sugerindo que a redução da carga horária de Filosofia não esteja em equilíbrio com a importância da disciplina e a necessidade de aprofundamento nas temáticas filosóficas.

A visão de que o Novo Ensino Médio apresenta problemas, sendo a Filosofia apenas mais uma vítima, destaca as dificuldades enfrentadas pelos professores na implementação das mudanças, como a necessidade de “inventar um currículo” e a falta de preparação, tempo e remuneração adequados para essas transformações.

Professor 4: Acredito que tenha sido uma das mais prejudicadas, pois a redução da carga horária e a diluição em “eletivas” vai descaracterizando o que tem sido construído enquanto currículo desde da lei que torna obrigatória a filosofia no Ensino Médio.

A afirmação de que a redução da carga horária de Filosofia suprime inúmeras articulações relevantes para a experiência do pensamento indica a preocupação de que a compreensão e a formação filosófica dos estudantes sejam comprometidas.

Professor 5: Condensa ainda mais um conteúdo que já era apresentado de forma precária.

Professor 6: Devastadoras, haja vista que, além de retirar a filosofia dos três anos do ensino médio suprime inúmeras articulações relevantes para essa experiência do pensamento

A ideia de que a redução da carga horária e a diluição da Filosofia em eletivas descaracterizam o currículo construído desde a obrigatoriedade da disciplina no Ensino Médio ressalta a preocupação de que a disciplina perca sua identidade e relevância. Semelhantemente, a diminuição do tempo de Filosofia em sala de aula no ensino público impede o desenvolvimento da argumentação filosófica e destaca

a importância da disciplina no desenvolvimento de habilidades de reflexão e argumentação dos alunos.

Professor 7: Um absurdo, não querem pessoas questionadoras, problematizadoras, por isso diminuíram os tempos de filosofia.

Professor 8: Criou mais limitações para apresentação da Filosofia, porque diminuiu muito os tempos de aulas para todas as turmas

Professor 9: Retirou 4 tempos nos dois últimos anos, o que nos faz não conseguir desenvolver o filosofar.

Professor 10: O NEM traz a total desvalorização da disciplina da filosofia ao descartá-la do processo escolar.

Professor 11: Houve um verdadeiro sacrifício da disciplina

A crítica de que o currículo proposto despreza temas fundamentais para a formação do estudante indica a preocupação de que o Novo Ensino Médio não esteja contemplando adequadamente os aspectos essenciais da educação.

Professor 12: O aluno já recebe projetos de vida prontos aos quais só tem que se encaixar. Eles foram alienados de buscar as próprias respostas. Com a diminuição do tempo de filosofia em sala de aula no ensino público, não há como suprir a lacuna enorme de desenvolvimento de argumentação filosófica.

Professor 12: Carece de propósito. O currículo proposto despreza temas fundamentais para a formação do estudante.

A visão de que a exclusão da Filosofia da grade curricular é um ato político-filosófico-pedagógico de alienação dos indivíduos, desmobilizando e reestruturando uma sociedade ignorante em seus direitos, expressa uma preocupação com a formação cidadã e o contexto político brasileiro.

Professor 14: O Novo Ensino Médio não estabelece um diálogo real entre a formação cidadã e o contexto político brasileiro, excluir a disciplina da grade curricular é um ato político, filosófico - pedagógico de alienação dia indivíduos com firme propósito de desmobilizar e reestruturar uma sociedade ignorante em seus direitos. É, sobretudo, um ato anti-democrático.

Esses posicionamentos evidenciam uma variedade de preocupações, incluindo a desvalorização da disciplina, a falta de tempo e recursos para desenvolver um ensino de qualidade, a perda de oportunidades para desenvolver o pensamento crítico e reflexivo, e a possibilidade de um retrocesso na formação dos estudantes. Tais opiniões enfatizam a importância de refletir sobre as mudanças propostas no

Ensino Médio, considerando os impactos no ensino da Filosofia e na formação dos alunos.

Tendo em vista o contexto apresentado e os desafios impostos pelo NEM, a seguir, apresentamos o produto educacional, parte integrante desta pesquisa.

IV - PRODUTO EDUCACIONAL:

O Caderno de Cartões Filosóficos teve por intuito contribuir para o ensino de Filosofia, de modo que, mesmo nos parâmetros determinados pela Reforma do Novo Ensino Médio, a disciplina não perdesse tanto sua natureza crítico-reflexiva, pois tem por objetivo auxiliar o trabalho dos professores de ciências humanas, independentemente de sua formação na licenciatura.

4.1 - CADERNO DE CARTÕES FILOSÓFICOS

A proposta do Caderno de Cartões Filosóficos surgiu como um ato de resiliência. Com a Reforma do Ensino Médio e a implementação da BNCC, concretizadas na proposta do Itinerário Formativo e do Catálogo de Eletivas voltados para as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, a Filosofia foi relegada a segundo plano. Considerada apenas no primeiro ano como disciplina, sua carga horária é reduzida a um terço em relação à matriz curricular do ensino médio regular anterior à reforma. Conseqüentemente, surgiu a necessidade de um material que pudesse ser utilizado nas disciplinas eletivas tanto do Catálogo de Eletivas, proposta para o 1º ano do ensino médio, quanto no Catálogo de Itinerários para os 2º e 3º ano.

Com o Caderno de Cartões Filosóficos, foi possível levar a temática filosófica para as eletivas de Humanas, sem alteração no cronograma das mesmas, uma vez que as temáticas contidas no cartão puderam ser trabalhadas concomitantemente com o tema central de cada eletiva, podendo ainda ser desenvolvido em meio digital e/ou impresso.

4.2 Composição do caderno de questões filosóficos

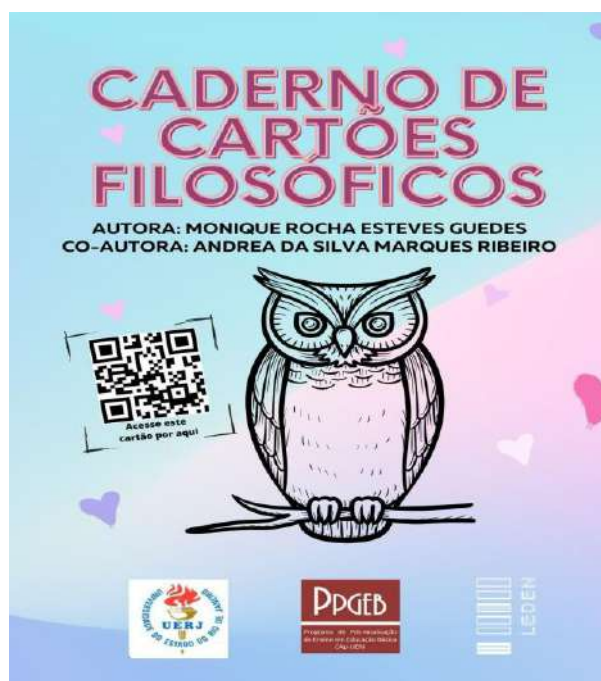
O Produto "Caderno de Cartões Filosóficos" foi organizado em 8 seções, sendo que cada seção do caderno inclui uma ou duas músicas, um poema, uma temática filosófica, um ou dois pensadores relevantes ao tópico e uma atividade sugerida para promover a reflexão e discussão em sala de aula.

O conteúdo completo deste produto está disponível via QRCode. Os professores podem optar por utilizar todo o caderno ou selecionar as seções de acordo com os objetivos de suas aulas. O caderno pode ser disponibilizado de várias formas. Os professores têm a opção de imprimir o caderno, seja em cores ou em preto e branco, para distribuir cópias físicas aos alunos, caso prefiram ou quando o acesso digital não for possível. Além disso, os professores podem compartilhar o arquivo da seção específica que pretendem trabalhar com os estudantes. Isso pode ser feito via e-mail, WhatsApp ou até mesmo Bluetooth, tornando a distribuição conveniente

Em cada seção do caderno, há QR Codes adicionais que direcionam para músicas, vídeos, dados estatísticos e informações complementares relacionadas ao tema. Isso permite que os estudantes acessem recursos extras e informações detalhadas, caso desejem aprofundar-se no tópico.

Essa estrutura pode proporcionar aos professores e estudantes flexibilidade no uso do material, seja por meio digital ou impresso, e oferece acesso a recursos complementares para enriquecer a experiência de aprendizado em Filosofia.

4.2.1 Capa do produto Educacional: Caderno de Questões Filosóficas



Fonte: A autora

O Produto Educacional é formado por um conjunto de cartões, em sua totalidade compondo um caderno. Sua estrutura contém uma temática a ser trabalhada; informações bibliográficas acerca do pensador ou pensadores e uma proposta de debate e/ou dinâmica. Cada Cartão pode ser trabalhado de forma sem a necessidade de seguir uma ordem cronológica concomitante ao bimestre, permitindo que seu uso seja flexível.

Após a análise do formulário disparado para os professores das áreas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, o item de número 16 sugere temáticas que porventura pudessem compor o Caderno de Questões Filosófico. A seguir o quadro explicativo e suas respectivas temáticas:

4.2.2 Parecer dos professores acerca das temáticas para a composição dos cartões filosóficos

Os dados apresentados referem-se às temáticas que um professor de filosofia gostaria de abordar ao planejar uma atividade pedagógica utilizando um Caderno de Cartões Filosóficos. Ao analisar cada temática e o percentual correspondente temos:

■ Antropologia Filosófica: 4,5%

Essa temática envolve o estudo da natureza humana, investigando questões como a existência, a liberdade, a consciência, a cultura e a relação entre o indivíduo e a sociedade.

■ Ética e Moral: 50%

Essa temática é dedicada ao estudo dos princípios morais, dos valores, dos deveres e das questões éticas que envolvem as ações humanas e o comportamento moralmente correto.

■ Estética: 4,5%

Essa temática aborda o estudo da beleza, da arte e da apreciação estética, discutindo questões relacionadas à percepção, ao gosto estético e à interpretação das obras de arte.

■ Epistemologia: 9,1%

Essa temática refere-se ao estudo da natureza e dos limites do conhecimento humano, investigando questões como a origem do conhecimento, os critérios de verdade e as formas de construção do saber.

■ Filosofia e Mito: 0%

Embora, nenhum educador tenha escolhido essa temática, ela aborda a relação entre a filosofia e o mito, que poderiam ser explorados para compreender a construção de narrativas e crenças fundamentais.

■ Lógica: 0%

Outra temática que também não teve nenhum voto, essa temática aborda os princípios e métodos da lógica formal, que envolvem o estudo do raciocínio válido e da argumentação.

■ Metafísica: 0%

Ainda que nenhum educador tenha escolhido essa temática, ela aborda as questões fundamentais sobre a natureza da realidade, como a existência de Deus, a natureza do ser e a relação entre mente e matéria.

■ Política: 27,3%

Essa temática envolve o estudo das teorias políticas, das formas de governo, dos sistemas políticos e das questões relacionadas ao poder, à justiça social e aos direitos humanos.

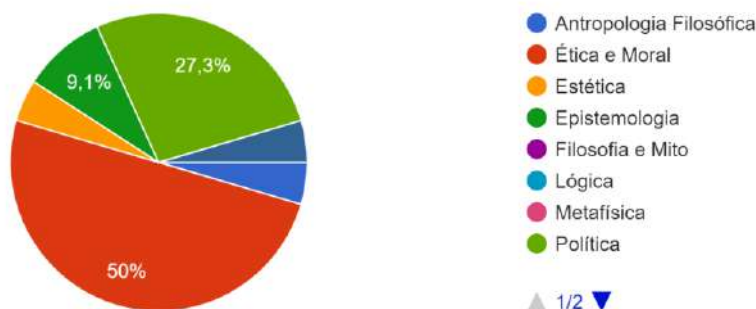
■ Ontologia: 0%

Nenhum educador escolheu essa temática, ainda que ela abordasse questões filosóficas sobre a natureza do ser, a existência e a realidade.

GRÁFICO K

16 - Ao planejar uma atividade pedagógica para a aula de filosofia, quais temáticas você gostaria de abordar a partir da utilização de um Caderno de Cartões Filosóficos?

22 respostas



Fonte: A autora

Esses dados representam as preferências dos professores em relação às temáticas que gostariam de abordar utilizando um Caderno de Cartões Filosóficos. A temática "Ética e Moral" obteve a maior porcentagem, indicando um interesse significativo em discutir questões éticas e morais com os alunos. A temática "Política" também teve um percentual expressivo, demonstrando o interesse em abordar teorias políticas e questões relacionadas ao poder e à justiça social. educadores.

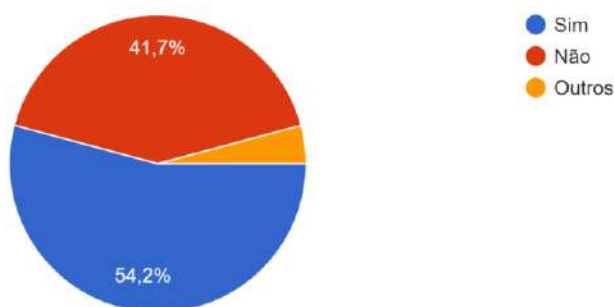
4.2.3 Parecer dos professores acerca da participação da etapa do produto educacional

Por fim, o último item do formulário, disponibilizou aos professores a possibilidade de participarem da etapa de validação do Produto Educacional.

Os dados apresentados referem-se à participação dos indivíduos na etapa de validação do Caderno de Cartões Filosóficos. Sendo que 54,2% aceitaram participar da etapa de validação: Isso significa que dos 26 participantes, 13 professores estavam dispostos a participar da validação do Caderno de Cartões Filosóficos. Eles concordaram em receber um questionário on-line e fornecer feedback sobre o produto educacional. Essa participação é importante para avaliar a eficácia e a qualidade do caderno, bem como para realizar melhorias e ajustes, se necessário. Contudo, 41,7% optaram por não participar; 4,2% responderam "Outros":

GRÁFICO L

17 - Você gostaria de participar da etapa de validação do Caderno de Cartões Filosóficos? Em caso afirmativo, a pesquisadora entrará em contato via e...questionário on-line sobre o produto educacional.
24 respostas



Fonte: A autora

Esses dados representam a distribuição das respostas dos indivíduos em relação à participação na etapa de validação do Caderno de Cartões Filosóficos. A maioria aceitou participar, o que foi positivo para a pesquisa, pois permite obter uma variedade de opiniões e perspectivas sobre o produto educacional.

4.3 Validação do Produto Educacional

O formulário de validação foi disponibilizado no período de 29 de setembro de 2023 a 8 de outubro de 2023. No que diz respeito aos participantes, 11 professores responderam a este questionário. Essa etapa envolveu o recebimento da primeira versão do caderno digital, a análise do material e a contribuição com feedback sobre o produto. Para isso, eles foram convidados a preencher o segundo questionário da pesquisa, que denominamos "questionário de validação".

Todos os professores assinaram, novamente, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)², concordando em participar da fase de validação.

² Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em anexo no Apêndice C

4.3.1 Parecer dos professores acerca dos itens que foram considerados atrativos no cartão filosófico:

No tópico: “Quais aspectos do "Caderno de Cartões Filosóficos" você achou mais eficazes em promover o engajamento dos alunos?” Os dados em questão representam a coleta de opiniões dos professores sobre diversos aspectos do "Caderno de Cartões Filosóficos", onde apontaram quais itens foram mais eficazes em promover o engajamento dos alunos.

De acordo com o gráfico A:

► A Temática: Isso se refere a quão relevantes, interessantes e envolventes os tópicos filosóficos escolhidos foram para os alunos.

► A Utilização de Músicas: Este item se refere à percepção dos professores sobre o uso de músicas em conexão com os tópicos filosóficos.

► A Utilização de Poesias: Da mesma forma que a música, a poesia pode ser uma maneira criativa de abordar questões filosóficas.

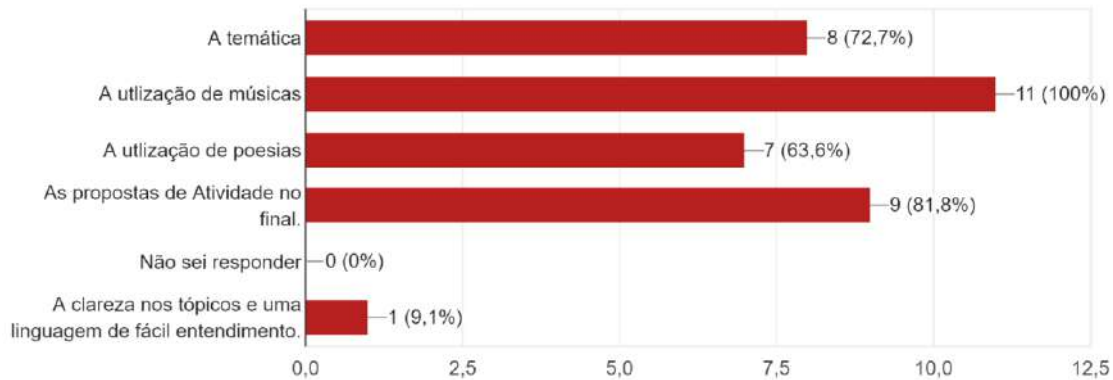
► As Propostas de Atividades no Final: como essas atividades contribuíram para o engajamento dos alunos e para a aplicação dos conceitos estudados.

► Os professores também acrescentaram que a Clareza nos Tópicos e uma Linguagem de Fácil Entendimento, ou seja, um texto claro e acessível pode facilitar a compreensão dos alunos e, conseqüentemente, aumentar o engajamento.

GRÁFICO M

Quais aspectos do "Caderno de Cartões Filosóficos" você achou mais eficazes em promover o engajamento dos alunos?

11 respostas



Fonte: A autora

Esses dados permitem entender como o "Caderno de Cartões Filosóficos" pode impactar o ensino e o aprendizado da Filosofia. Eles podem fornecer insights sobre os aspectos que estão funcionando bem e aqueles que precisam de ajustes para melhorar a experiência educacional.

4.3.2 Parecer dos professores acerca dos tópicos específicos que possam se destacar durante a aula.

Assim como no gráfico A, o gráfico B apontou quais tópicos específicos abordados nos cartões filosóficos que possam se destacar nas aulas. Esta pergunta procurou saber se algum dos tópicos filosóficos abordados nos cartões se destacou nas aulas do professor.

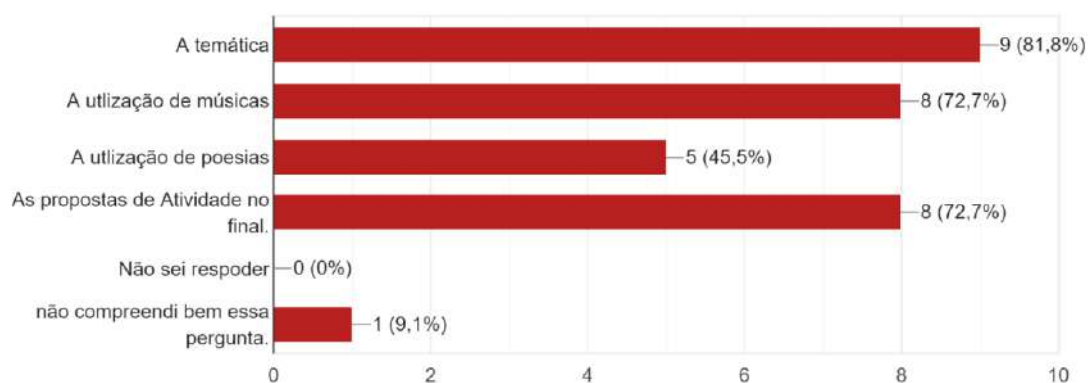
Segundo os professores, a temática foi atraente e envolvente para os alunos, o que pode aumentar o engajamento nas aulas. Da mesma forma, a utilização de músicas, para os professores, o uso de músicas em conexão com os tópicos filosóficos afetou o engajamento dos alunos. Similarmente à música, a inclusão de poesias pode adicionar uma dimensão artística e emocional à abordagem dos tópicos

filosóficos. As propostas de atividade no final também foram apontadas atividades têm como objetivo promover a reflexão e discussão em sala de aula.

GRÁFICO N

Há algum tópico específico abordado nos cartões filosóficos que possa se destacar em suas aulas? Qual?

11 respostas



Fonte: A autora

Esses dados foram importantes para avaliar quais aspectos do "Caderno de Cartões Filosóficos" que possam ter mais impacto nas aulas e quais podem precisar de aprimoramentos. Eles também ajudam a identificar quais tópicos específicos são mais atraentes para os alunos e podem ser explorados de forma mais eficaz no ensino da Filosofia.

4.3.3 Parecer dos professores acerca da abordagem temática dos cartões filosóficos e se são adequados aos diferentes níveis de habilidade e maturidade dos alunos

O produto educacional "Caderno de cartões filosóficos" trata de diversos temas filosóficos. Contudo foi necessário questionar aos professores se esses cartões são adequados para alunos com diferentes níveis de habilidade e maturidade. Todos os professores participantes foram assertivos no que tange à adequação da temática proposta no que diz respeito à compreensão e maturidade dos alunos, indicando que

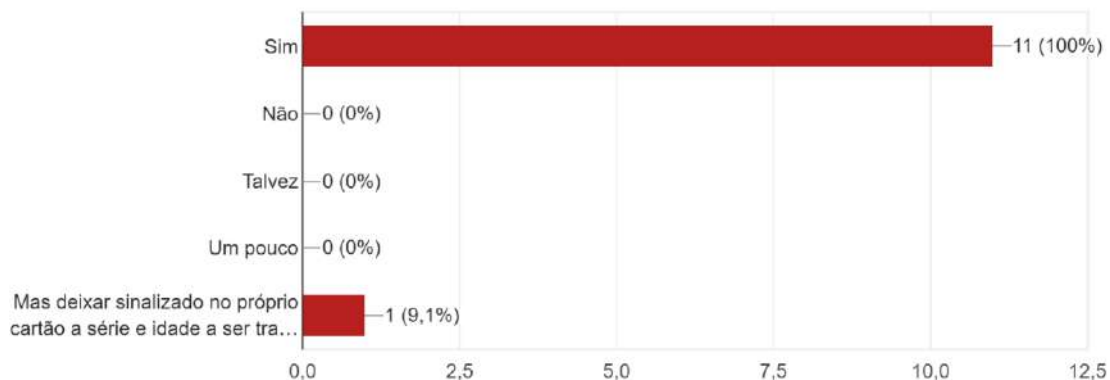
as atividades são apropriadas para os diversos níveis de habilidade e maturidade dos estudantes.

A pergunta busca entender se os cartões foram projetados de forma a atender a essa diversidade, bem como sobre a adequação para as três séries do Novo Ensino Médio e se os "cartões filosóficos" podem ser usados por estudantes com diferentes graus de familiaridade e proficiência em filosofia. Isso é importante, pois o ensino da filosofia pode variar de acordo com a faixa etária, o nível escolar e o conhecimento prévio dos alunos.

GRÁFICO O

Os cartões filosóficos abordaram uma variedade de temas. Eles são adequados para diferentes níveis de habilidade e maturidade dos alunos?

11 respostas



Fonte: A autora

Em termos gerais, a afirmação ressalta a relevância de uma abordagem adaptada para atender às distintas necessidades e capacidades dos alunos em diferentes fases de seu desenvolvimento intelectual, levando em conta as suas particularidades individuais em relação à habilidade e maturidade.

4.3.4 Parecer dos professores acerca se haveria algum conceito específico que poderia ser acrescido nas futuras edições do caderno de questões filosóficas

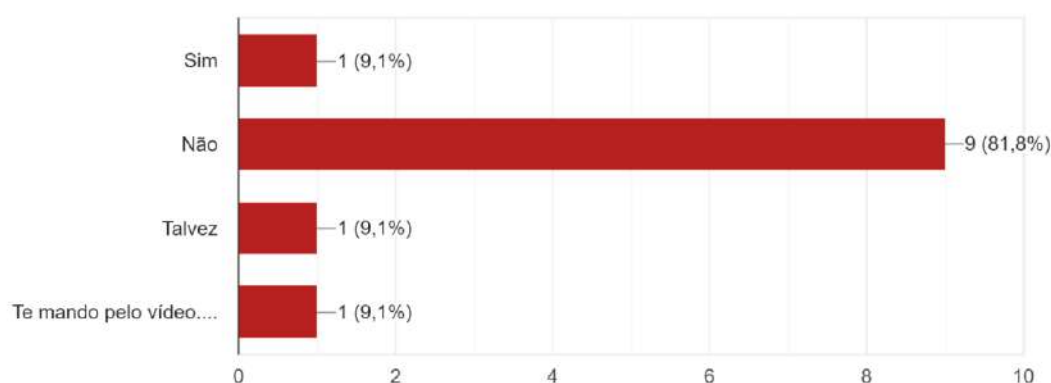
O item em questão aborda se houve algum tópico, pergunta ou conceito específico que os professores sentiram que estava ausente nos "cartões filosóficos" e

se eles gostariam que fossem incluídos em futuras edições do cadernos. Dos professores que participaram, cerca de 80,8% indicaram que não sentiram falta de nenhum conceito específico, aproximadamente 9,1% responderam "talvez", e os outros 9,1% responderam "sim" e indicando que enviaram seus apontamentos em formato de vídeo através do aplicativo WhatsApp.

GRÁFICO P

Há alguma questão ou conceito em particular que você sentiu que estava faltando e que poderia ser incluído em futuras edições do caderno?

11 respostas



Fonte: A autora

No geral, essa pergunta busca melhorar a utilidade e a eficácia dos "cartões filosóficos" como recurso educacional, garantindo que eles atendam às necessidades específicas dos professores e alunos.

4.3.5 Parecer dos professores acerca dos itens que poderiam ser modificados e/ou acrescidos

A questão: "Caso tenha sentido falta de alguma questão ou conceito em particular que poderia ser acrescido, qual ou quais seriam?" refere-se a uma pergunta feita aos professores que utilizaram os "cartões filosóficos". Eles foram questionados se sentiram falta de algum tópico ou conceito específico nos cartões e, se sim, quais seriam esses tópicos ou conceitos.

Das respostas coletadas, apenas um professor se pronunciou acerca de melhorias que poderiam ser feitas nos cartões, dentre elas a indicação da faixa etária e série indicada para aquela temática, bem como a tradução da música contida no cartão “Para Além do Homem: Nietzsche”

No geral, essa pergunta visa coletar *feedback* sobre a abrangência e a eficácia dos "cartões filosóficos" e identificar quaisquer áreas em que o material possa ser melhorado. As três respostas fornecem informações úteis, indicando que a maioria dos professores não sentiu falta de conteúdo, mas também destacando a disposição de um professor em compartilhar sugestões adicionais.

4.3.6 Parecer dos professores acerca dos desafios encontrados ao integrar os cartões.

A pergunta “Você encontrou algum desafio específico ao integrar os cartões filosóficos em seu plano de aula? Justifique sua resposta”, faz parte de um questionamento sobre os desafios e experiências dos professores ao integrar os "cartões filosóficos" em seus planos de aula. Vamos analisar as diferentes respostas e suas justificativas:

O professor 1 respondeu que: “Apenas a dificuldade de alguns (poucos) alunos não terem como acessar o material”. Nesta resposta, o professor identifica um desafio específico relacionado à falta de acesso dos alunos ao material. Isso pode ser devido à falta de dispositivos eletrônicos, acesso à internet ou outros recursos.

O professor 2 respondeu que: “Não” encontrou desafios. Nesse caso, o professor relata que não encontrou nenhum desafio ao integrar os "cartões filosóficos" em seu plano de aula, indicando que o material se encaixou bem em suas atividades de ensino.

Já o Professor 3 respondeu que: “Não, os conceitos estão em linguagem acessível e pertinente às temáticas”. Essa resposta destaca que os "cartões filosóficos" foram percebidos como acessíveis e pertinentes às temáticas.

O professor 4 respondeu que: “No início achei que não saberia como utilizar, mas as orientações iniciais estão ótimas e foi muito fácil aplicar”. Neste caso, o professor menciona que, embora tenha enfrentado alguma incerteza no início, as orientações fornecidas nos "cartões filosóficos" foram úteis para facilitar a

implementação.

O professor 5 respondeu: “Não. A proposta está ajustada à realidade de sala de aula”. Essa resposta sugere que os "cartões filosóficos" foram percebidos como adequados à realidade da sala de aula, indicando que o material se encaixou bem no contexto educacional.

O Professor 6 respondeu que: “Ainda não apliquei, mas irei utilizar o cartão ‘A Sociedade...’”. Este professor ainda não utilizou o material, mas planeja fazê-lo em um momento futuro, especificamente com o cartão sobre o tema "A sociedade traz paz aos homens? Thomas Hobbes e Jean-Jacques Rousseau".

O professor 7 respondeu que: “A falta de equipamento para projetar impediu a continuidade da atividade com a turma”. Aqui, o professor identifica um desafio técnico relacionado à falta de equipamento para projetar o material em sala de aula.

O professor 8 respondeu: “Numa releitura, posso encontrar”. Essa resposta indica que, após uma análise mais aprofundada ou uma releitura dos "cartões filosóficos", o professor poderá identificar desafios ou áreas de melhoria.

O professor 9 respondeu: “Não, porque todos os temas são contemporâneos e fomentaram boas reflexões”. O professor aqui destaca que os temas dos "cartões filosóficos" são contemporâneos e levaram a boas reflexões.

No geral, essas respostas fornecem insights valiosos sobre os desafios e experiências dos professores ao usar os "cartões filosóficos" em suas aulas. Eles destacam a importância da acessibilidade, da clareza das instruções, da relevância dos temas e da adaptação do material ao ambiente da sala de aula. Essas informações foram úteis para a melhoria contínua do material educacional.

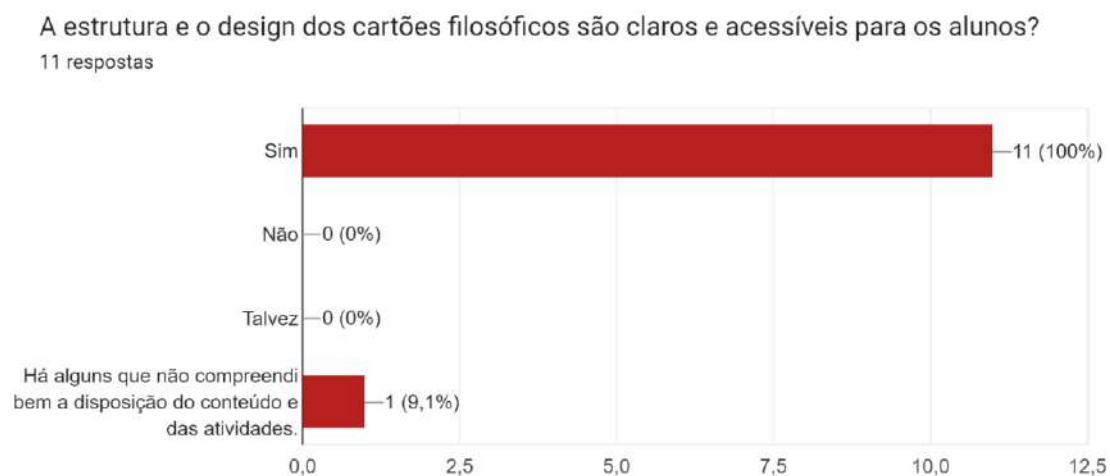
4.3.7 Parecer dos professores acerca da estrutura e design dos cartões

A questão: “A estrutura e o design dos cartões filosóficos são claros e acessíveis para os alunos?”, aborda a clareza e a acessibilidade da estrutura e do design dos "cartões filosóficos" do ponto de vista dos professores que os utilizaram.

Todos os participantes disseram que a estrutura e o design são claros e acessíveis. Isso indica que a organização e a apresentação dos "cartões filosóficos" eram fáceis de entender e adequadas para os alunos. Contudo, um dos professores

destacou que: "Há alguns que não compreendi bem a disposição do conteúdo e das atividades": Aqui, um dos professores fornece uma perspectiva diferente. Ele expressa que, embora a maioria dos "cartões filosóficos" seja clara, houve casos em que a disposição do conteúdo e das atividades não foi bem compreendida. Essa observação ressalta que, embora o material seja em grande parte claro, pode haver áreas específicas que precisam de ajustes para melhorar a compreensão.

GRÁFICO Q



Fonte: A autora

No geral, essa questão enfatiza que a maioria dos professores avaliou positivamente a clareza e a acessibilidade dos "cartões filosóficos". No entanto, a observação do professor destaca a importância de manter um design consistente e intuitivo em todas as partes do material, garantindo que todos os aspectos sejam igualmente compreensíveis para os alunos. Isso ajuda a identificar áreas que precisam de melhorias.

4.3.8 Parecer dos professores acerca das sugestões para melhorias na estrutura e design dos cartões

Nesta questão: "Há alguma sugestão de melhoria em relação a estrutura e o design? Se sim, qual (ais)?", foi questionado aos professores acerca da estrutura dos

cartões, a seguir o posicionamento dos professores:

Professor 1: "Não. A estrutura e o design foram bem projetados"

Professor 2: "Frases de impacto mais destacadas"

Professor 3 "Não"

Professor 4 "Nenhuma, achei perfeito"

Analisando a resposta do professor 1, o participante expressa satisfação com a estrutura e o design dos "cartões filosóficos". Já o professor 2 parece sugerir que o participante encontrou frases ou conteúdo nos "cartões filosóficos" que deveriam ser melhor destacados. De acordo com o professor 3, o participante relata que não encontrou desafios específicos em relação à estrutura e ao design dos "cartões filosóficos". Essa é uma avaliação positiva da usabilidade do material. Da mesma maneira, o professor 4 também não identificou desafios, o que também torna essa resposta é uma avaliação positiva da estrutura e do design dos "cartões filosóficos". O participante considera o material perfeito.

Em geral, essas contribuições refletem sobre a estrutura e o design dos "cartões filosóficos", enquanto a maioria dos participantes parece estar satisfeita com o material, houve participante que destacou que as frases de impacto deveriam ser mais evidenciadas.

4.3.9 Parecer dos professores acerca da impressão geral do produto educacional como uma ferramenta para o ensino de filosofia.

Essa questão: "Acerca da impressão geral do "Caderno de Cartões Filosóficos", você acredita que ele é uma ferramenta para o ensino da Filosofia?", aborda a impressão geral dos participantes sobre o "Caderno de Cartões Filosóficos" como uma ferramenta para o ensino da Filosofia. Neste item, todos os participantes disseram que o caderno de cartões filosóficos é uma ferramenta para o ensino de filosofia. Isto indica que o Caderno de Questões Filosóficos foi considerado uma ferramenta adequada para o ensino da Filosofia.

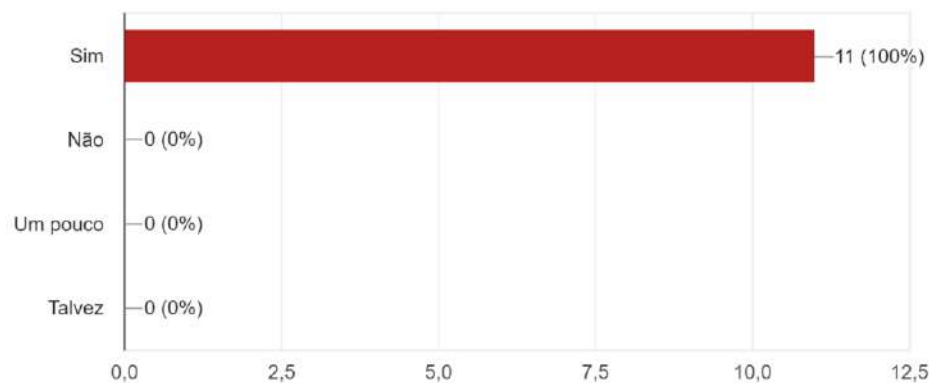
Os participantes provavelmente perceberam que o caderno oferece recursos para facilitar o ensino da Filosofia, como os cartões filosóficos, que contêm músicas,

poesias, temas, pensadores e atividades relacionadas à disciplina. Essa conclusão sugere que o material atende aos objetivos educacionais e às necessidades do ensino de Filosofia, de acordo com a perspectiva dos professores que o utilizaram.

GRÁFICO R

Acerca da impressão geral do "Caderno de Cartões Filosóficos", você acredita que ele é uma ferramenta para o ensino da Filosofia?

11 respostas



Fonte: A autora

Essa impressão geral positiva é importante, pois indica que o "Caderno de Cartões Filosóficos" é considerado eficaz como uma ferramenta pedagógica na área de Filosofia, pelo menos pelos professores que participaram da pesquisa.

4.3.10 Parecer dos professores acerca do posicionamento dos professores participantes sobre a indicação do produto a outros professores:

A questão: "Você recomendaria o "Caderno de Cartões Filosóficos" a outros professores? Justifique sua resposta.", abordou acerca do posicionamento dos professores participantes se eles recomendariam o "Caderno de Cartões Filosóficos" a outros professores. A seguir alguns apontamentos:

Professor 1: "Sim, o caderno possibilita vários usos, é uma ferramenta pedagógica adequada ao público-alvo."

Professor 2: "Sim. O Caderno de Cartões Filosóficos é uma ferramenta útil

para o aprendizado, por sua forma inovadora que torna o acesso ao conhecimento aprazível."

Professor 3: "Sim. Já estou recomendando. O material é muito didático e diversificado."

Professor 4: "Sim. Está muito bem elaborado."

Professor 5: "Recomendaria seu uso pois é um instrumento de fácil utilização."

Professor 6: "Sim. São ótimos auxiliares para a minha aula."

Professor 7: "Sim! É ótimo que alguém tenha pensado em temas tão interessantes e elaborados atividades ricas que poderei usar em minhas aulas."

Professor 8: "Sim, por ser uma ferramenta prática, para abordar temáticas atuais de maneira objetiva, clara e simples."

Professor 9: "Sim, fácil aplicação."

Professor 10: "Vou recomendar. Nosso material para trabalhar a Filosofia não pode se resumir ao livro didático ou a simplesmente ler o texto do filósofo (quase sempre homem). Urge que a gente dialogue (**redação original**) com outras áreas para tentar suscitar a reflexão da filosofia em sala de aula, conversando com o cotidiano da/o discente."

De acordo com o professor 1, ele recomenda o caderno devido à sua versatilidade e ao fato de ser apropriado para o público-alvo, ou seja, os estudantes. Já o professor 2 recomenda o caderno devido à sua utilidade na aprendizagem, bem como à inovação que torna o acesso ao conhecimento agradável.

Segundo o professor 3, ele não apenas recomenda o caderno, mas já está fazendo isso. Ele destaca que o material é didático e diversificado. Assim como o professor 4 recomenda o caderno devido à sua qualidade na elaboração. Da mesma forma, o professor 5 menciona que a facilidade de uso é a principal razão pela qual ele recomenda o caderno como uma ferramenta pedagógica.

Em consonância, o professor 6 considera o caderno como um excelente recurso complementar para suas aulas. Semelhantemente, o professor 7 elogiou a escolha de temas interessantes e a elaboração de atividades ricas, o que o incentiva a recomendar o caderno.

Para o professor 8, a praticidade e a capacidade de abordar questões atuais de forma objetiva e clara são as razões para a recomendação. Desse modo, o professor 9 considera o caderno fácil de aplicar, o que o torna uma escolha lógica para

outros professores.

Contudo, o professor 10 enfatizou a importância de diversificar os materiais de ensino de Filosofia e destacou a necessidade de diálogo com outras áreas para promover a reflexão filosófica em sala de aula.

Essas respostas refletem uma avaliação do "Caderno de Cartões Filosóficos" como uma ferramenta para o ensino de Filosofia, com base em sua versatilidade, facilidade de uso, qualidade de elaboração, diversidade de conteúdo e sua capacidade de tornar o ensino mais atrativo e relevante para os estudantes.

4.3.11 Parecer dos professores acerca da aplicabilidade dos cartões em suas aulas.

Essa questão: "Existe algo mais que você gostaria de compartilhar ou comentar sobre o uso dos cartões filosóficos em suas aulas? Justifique sua resposta", faz referência às opiniões e observações dos participantes sobre o uso dos cartões filosóficos em suas aulas. A seguir alguns apontamentos:

Professor 1: "Sim. Os cartões filosóficos podem ser utilizados como recurso que dinamiza as aulas."

Professor 2: "Apenas elogiar o trabalho de pesquisa, o qual já está sendo de grande utilidade na minha prática pedagógica."

Professor 3: "Embora sejam muitos textos, são textos curtos que podem ser usados com facilidade em cada aula."

Professor 4: "Gostei da facilidade de ter algo preparado por alguém da minha área e gratuito para que eu possa usar."

Professor 5: "Achei as cores lindas e atrativas!"

Professor 6: "A proposta é bem dinâmica e diversificada."

Professor 7: "Será de grande serventia e fácil aplicação."

Professor 8: "Ainda vou usar."

O professor 1 destaca a capacidade dos cartões filosóficos de dinamizar as aulas, o que sugere que os cartões podem ser uma ferramenta eficaz para manter o interesse dos alunos. Já o professor 2 elogiou o trabalho de pesquisa que resultou nos cartões filosóficos e observou que eles já estão sendo úteis em sua prática pedagógica.

O professor 3 considera que os textos curtos dos cartões filosóficos podem ser facilmente incorporados em cada aula, o que os torna práticos e úteis.

Semelhantemente, o professor 4 elogia a facilidade de acesso aos cartões filosóficos, que foram preparados por alguém da mesma área (Filosofia) e são gratuitos, tornando-os uma valiosa fonte de recursos.

Da mesma forma, o professor 5 destaca o apelo visual dos cartões filosóficos, indicando que a apresentação visual é atrativa e agradável. Assim, o professor 6 elogia a estrutura dinâmica e diversificada dos cartões filosóficos, o que sugere que eles são flexíveis e versáteis em diferentes contextos de ensino.

O professor 7 antecipa que os cartões filosóficos serão de grande utilidade em sua prática educacional e observa que sua aplicação será fácil. Contudo, o professor 8 ainda não utilizou os cartões, mas expressou a intenção de usar os cartões filosóficos no futuro.

Assim, o produto Educacional: “Caderno de Questões Filosóficas”, após a devolutiva dos professores participantes, precisou ser ajustado em alguns itens. E depois da análise de todas as respostas do questionário de feedback foi possível perceber que, de uma forma geral, as respostas refletem uma recepção geral positiva dos cartões filosóficos como uma ferramenta para o ensino de Filosofia, com base em sua capacidade de dinamizar as aulas, sua utilidade, facilidade de aplicação, apelo visual e diversidade de conteúdo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao pensar em Filosofia, talvez se tenha a crença de ser apenas histórias ou frases de impacto, tão belas e, provavelmente, um pouco árdua a compreensão. Contudo, Pitágoras ao unir os termos “ΦΙΛΟ / *PHILOS*” (amor/amizade) e “ΣΟΦΙΑ / *SOPHIA*” (saber/conhecimento), propunha mais do que uma disciplina acadêmica, mas sim uma atitude. Ser amigo do saber vai além de ensinar conceitos, mas conduzir a construção do senso crítico. Immanuel Kant disse que “Não há Filosofia que se possa aprender, só se aprende a filosofar” (KANT apud ARANHA e MARTINS, 1996, p. 72), a filosofia é, primordialmente, um exercício de pensamento. Isto é, direcionar a racionalidade na busca por conhecimentos. Sócrates, em seu julgamento, declarou: “A vida só vale a pena ser vivida quando pensamos no que estamos fazendo. Uma existência sem análise é adequada para o gado, mas não para os seres humanos” (PLATÃO, 2002). Tal afirmativa enfatiza a importância da reflexão, do autoconhecimento e da análise crítica como elementos fundamentais para uma vida significativa e digna de um ser humano. Ela nos lembra que somos seres racionais e que nossa existência ganha propósito quando usamos nossa capacidade de pensar para compreender nossas ações, escolhas e o mundo ao nosso redor.

Desta forma, um dos principais papéis da filosofia é dar asas às mais diversas indagações, formar o senso crítico e a atitude crítica diante das mais distintas temáticas que envolvem o mundo e a sociedade. Merleau-Ponty (1999) acreditava que “A verdadeira filosofia é reaprender a ver o mundo”, a filosofia não deve ser uma disciplina distante e abstrata, mas sim uma maneira de se envolver com o mundo de forma mais expressiva. Ela nos encoraja a ver o mundo com uma mente aberta, a questionar pressupostos e a buscar entendimentos.

Um dos questionamentos sobre Filosofia é justamente acerca de sua utilidade ou não-utilidade. Se atribuir-se a ela uma utilidade, estar-se-ão atribuindo um papel pragmático, e numa perspectiva relativista, ora ela é útil, quando pode proporcionar algum bem, ora se ela deixar de ser útil, ela será vista com um mal. Entretanto, como defender a filosofia como um instrumento crítico-reflexivo, que tenha um papel imprescindível na construção de um indivíduo, agente ativo na sociedade e consciente, sem que também tenha uma conotação pragmática? Cabe então, defendê-la assim mesmo! Defender a Filosofia, ainda que de forma pragmática, pois a filosofia desempenha um papel importante na formação de cidadãos críticos, éticos,

tornando-se uma disciplina que deveria ser mantida no currículo educacional.

Seguindo por este viés, a escrita deste trabalho trouxe pontos da legislação educacional brasileira, compreendida entre 1961 a 2017, com a homologação da BNCC (Base Nacional Comum Curricular). Período este, que testemunhou diversas reformas no sistema de ensino. Uma das mudanças durante esse tempo foi a retirada da filosofia do currículo do ensino médio, justamente, por ser definida como não-útil, sendo substituída por vezes por disciplinas como moral e cívica, na tentativa de engessar o senso crítico dos jovens.

O período de 1961 a 1971 foi cenário de reestruturação no sistema de ensino. Uma das alterações mais significativas durante esse tempo foi a exclusão da filosofia do currículo do ensino médio. Durante esse processo, houve um foco relevante na padronização do currículo escolar, com ênfase em disciplinas consideradas mais "práticas" e úteis para a formação de mão de obra para a economia, a dita educação técnica.

Desta forma, a Filosofia foi vista como uma disciplina menos importante para os objetivos, principalmente ao regime militar. E embora o regime militar tenha chegado ao fim em 1985, a LDB 5.692 de 1971, perdurou até a nova redação em 1996.

Somente em junho de 1997, o então deputado federal Padre Roque propôs uma emenda para alterar o inciso IX do artigo 36 da LDB/96, buscando incluir as disciplinas de Filosofia e Sociologia como disciplinas obrigatórias. Ele alegou que "A Filosofia tem uma função de articulação do indivíduo enquanto personagem social, se entendermos que o autêntico processo de socialização requer a consciência e o reconhecimento da identidade social e uma compreensão crítica da relação homem-mundo."

No entanto, essa proposta foi integralmente vetada em 2001 pelo então presidente da república, Fernando Henrique Cardoso, que justificou seu veto argumentando que a implementação desse projeto acarretaria ônus financeiros significativos para os Estados e o Distrito Federal, uma vez que seria necessário criar novos cargos para a contratação de professores para essas disciplinas. Além disso, ele apontou para a falta de profissionais devidamente qualificados em Filosofia e Sociologia para atender à demanda que surgiria caso o projeto fosse sancionado.

Essa exclusão da filosofia do currículo persistiu até 2008, quando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/1996), foi alterada para

reintroduzir a obrigatoriedade do ensino de filosofia e sociologia no ensino médio, com a aprovação do projeto de lei nº 1.641/2003, de autoria do Deputado Dr. Ribamar Alves, outrora transformada na Lei Ordinária 11.684/2008.

No entanto, com a nova redação LDB 9394/96, dada em 2017, a maneira como a estrutura curricular se dispôs não exclui a filosofia como disciplina obrigatória, porém sua carga horária foi reduzida e seu papel diluído no bloco das áreas de Ciências Humanas e Sociais.

A BNCC, permitiu que cada Estado pudesse compor sua matriz curricular, desde que cumprisse com a carga horária das disciplinas de base comum e as disciplinas propostas pela própria BNCC. Assim, a Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro, reduziu os tempos de filosofia e sociologia em um terço da carga horária da matriz curricular anterior. Ou seja, apenas a primeira série do novo ensino médio tem a disciplina de filosofia, e somente o terceiro ano tem sociologia.

Tais disciplinas permanecem obrigatórias, mas foram drasticamente reduzidas. E é justamente essa redução que fundamentou a composição do Produto Educacional, intitulado Caderno de Cartões Filosóficos.

Após um levantamento de dados, utilizando o *google form*, com os professores da área de ciências humanas e sociais, que atuam no segmento do ensino médio, esta pesquisa pode verificar que todos os participantes já atuavam como professores regentes quando a BNCC foi implementada. Por conseguinte, concluiu-se que a rotina profissional destes professores sofreu o impacto do novo ensino médio, o que os levou a alterações e adaptações de suas rotinas e planejamentos semanais de aula.

Além, claro, de compelir esses professores a lecionarem outras disciplinas, que não fossem suas disciplinas de ingresso. Como por exemplo, o professor de filosofia que não consegue sua carga horária na disciplina de filosofia, por causa da redução desta disciplina na matriz curricular, pode lecionar projeto de vida, estudos orientados, reforço e, até mesmo, as disciplinas do catálogo de eletivas. Justamente, por esta razão, o caderno de cartões filosóficos poderá ser utilizado nessas disciplinas, trazendo temáticas filosóficas, que são de fácil compreensão, sem que a filosofia perca seu papel crítico-reflexivo.

A proposta do Caderno de Cartões Filosóficos é que possa ser utilizado durante os três anos do novo ensino médio, nas disciplinas eletivas, como as disciplinas contidas no Catálogo de Eletivas, proposto pela Seeduc-RJ, de forma concomitante, sem que haja alterações no cronograma de tais disciplinas.

O caderno está organizado em 8 seções, sendo que cada seção do caderno inclui uma ou duas músicas, um poema, uma temática filosófica, um ou dois pensadores relevantes ao tópico e uma atividade sugerida para promover a reflexão e discussão em sala de aula. O caderno pode ser disponibilizado de várias formas, proporcionando aos professores e estudantes flexibilidade no uso do material, seja por meio digital ou impresso, e oferece acesso a recursos complementares para enriquecer a experiência de aprendizado em Filosofia.

O produto educacional busca, então, contribuir para o ensino com uma perspectiva da Filosofia crítica, apesar do dismantelamento e desarticulação que a disciplina sofreu ao longo da história da educação no Brasil. Tal cenário, aumentado pelo NEM, apresenta desafios de diferentes naturezas para a área de Ciências Humanas. Neste sentido, o Caderno de Cartões Filosóficos pretende se configurar como uma ferramenta educacional que permita flexibilidade e fomente um viés crítico no trabalho docente e discente. Obviamente, ele não está fechado a alterações, podendo ser acrescido de outras temáticas filosóficas e aplicado em diferentes contextos e realidades da escola pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Dalton. **O ensino de filosofia nos anos de repressão pós-1964**. Ensaios Filosóficos, Volume X. Dezembro, 2014. Disponível em: http://www.ensaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo10/ALVES_D_O_ensino_de_filosofia_nos_anos_de_repressao_pos_1964.pdf Acesso em: 16 mar. 2022.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. *Filosofando: introdução à filosofia*. 2ª. ed. rev. e atual. São Paulo: Moderna, 1996.

BALDIN, N. MUNHOZ, E. M. B. **Educação ambiental comunitária: uma experiência com a técnica de pesquisa snowball (bola de neve)**. REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, [S. l.], v. 27, 2012. DOI: 10.14295/remea.v27i0.3193. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/3193> Acesso em: 2 nov. 2022.

BOBBIO, Norberto. **Teoria da política: a filosofia política e as lições dos clássicos**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

BRASIL, Diário da Câmara dos Deputados, **Projeto de Lei n. 3.178**, de autoria de Pe Roque Zimmermann, de 7 de junho de 1997. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=19225>. Acesso: 30 de maio de 2023.

BRASIL, Diário da Câmara dos Deputados, **Projeto de Lei n. 1.641**, de autoria de Ribamar Alvez, de 7 de agosto de 2003. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=B5571F379BD7D2AF2E3BA490A669F955.node2?codteor=189499&filename=Avulso+-PL+1641/2003 Acesso em: 29 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio: Ciências Humanas e suas tecnologias**. Brasília: Editora MEC, 2002.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942. Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI)**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1231, 24 jan. 1942. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4048-22-janeiro-1942-414390-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Veja%20tamb%C3%A9m%3A-,DECRETO%2DLEI%20N%C2%BA%204.048%2C%20DE%2022%20DE%20JANEIRO%20DE%201942,Aprendizagem%20dos%20Industri%C3%A1rios%20\(SENAI\).](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4048-22-janeiro-1942-414390-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Veja%20tamb%C3%A9m%3A-,DECRETO%2DLEI%20N%C2%BA%204.048%2C%20DE%2022%20DE%20JANEIRO%20DE%201942,Aprendizagem%20dos%20Industri%C3%A1rios%20(SENAI).) Acesso em: 23 mar. 2023.

BRASIL, **LEI Nº 5.692, DE 11 DE AGOSTO DE 1971**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692impressao.htm Acesso em: 26 mar. 2022.

BRASIL. **LEI 13.415, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm Acesso em: 30 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_sit e.pdf Acesso em: 13 mar. 2022.

CARNEIRO, I. **Reforma do ensino médio (lei nº 13.415/2017)**: retrocesso no ensino médio propedêutico e técnico-profissionalizante. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, [S. l.], v. 1, n. 18, p. e8121, 2020. DOI: 10.15628/rbept.2020.8121. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/8121> Acesso em: 2 nov. 2022.

CARTOLANO, Maria Teresa Penteado. *Filosofia no ensino do 2º grau*. São Paulo: Cortez, Associados, 1985.

CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. NETO, Aloísio Ribeiro Caminha. **SEQUÊNCIA DIDÁTICA**: O debate da filosofia crítica da tecnologia no ensino médio integrado. Instituto Federal de Alagoas, Maceió, 2020. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/574849> Acesso em: 21 ago. 2022.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (CEE). **Parecer CEE Nº 086/2011(N)**, SEEDUC/SUGEN GAB nº 105/2011, de 11 de abril de 2011. Publicado em 13/06/2011 Pág. 14. Rio de Janeiro, CEE, 2011. Disponível em: http://www.cee.rj.gov.br/pareceres/P_2011-086_normativo.pdf Acesso em: 30 dez. 2022.

ESTEVES, Anderson Alves. VALVERDE, Antônio. **Lei 13.415/17 – o alijamento da disciplina filosofia do ensino médio**, o mais recente movimento pendular na educação básica brasileira. Revista Eletrônica de Filosofia, São Paulo. Vol. 16, nº.2, julho-dezembro, 2019, p.176-192. DOI:10.23925/1809-8428.2019v16i2p176-192. Disponível em : <https://revistas.pucsp.br/index.php/cognitio/article/view/46444/30928> Acesso em: 28 jul. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MENEZES, Antônio Basílio Novaes T. De. SILVA, Roberto Ribeiro Da. **O ensino da filosofia no Brasil**: descontinuidade e ameaças. Revista Dialectus - Revista De Filosofia 19 (2020): 225-238. DOI: 10.30611/2020n19id61447 Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/dialectus/article/view/61447/162445> Acesso em: 03 nov. 2022.

MERLEAU-PONTY, Maurice. Fenomenologia da percepção. São Paulo: Martins Fontes, 1999. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/dasquestoes/article/view/37659#:~:text=MERLEAU%2DPONTY%2C%20Maurice.,Paulo%3A%20Martins%20Fontes%2C%201999.>

Acesso em: 21 out. 2023

NASCIMENTO, Christian Lindberg Lopes do. ALVES, Nilmária Silveira. **O ensino de filosofia no contexto das competências e habilidades do novo ensino médio.** REFILO-Revista Digital de Ensino de Filosofia | Santa Maria | periodicos.ufsm.br/refilo | v.7 -2021. Rio Grande do Sul. DOI: <https://doi.org/10.5902/2448065767446>. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/refilo/article/view/67446> Acesso em: 02 nov. 2022.

NEZ, Evandro De. SILVA, Marcia Zanievicz Da. VENTURINI, Jonas Cardona. **Quali x Quanti – Quanti x Quali: Desvendando Mitos e Verdades sobre as Abordagens na Pesquisa em Ciências Contábeis.** XVIII-USP International Conference in Accounting. USP. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://congressosp.fipecafi.org/anais/18UspInternational/ArtigosDownload/1220.pdf> Acesso em: 17 nov. 2022.

PEREIRA, Taís Silva. BASTOS, Luciano Mota. **Minha Sociedade Justa?** Um jogo filosófico sobre política. PPFEN CEFET/RJ, 2021. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/600754> Acesso em: 21 ago. 2022.

PLATÃO, Apologia de Sócrates. Trad. Enrico Corvisieri. In: Sócrates. São Paulo: Nova Cultural, 2002.

RIZZATTI, I. M. et al. Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. **Actio: Docência em Ciências**, v. 5, n. 2, p. 1-17, 2020.

RODRIGUES, Daniel Santini. **A filosofia no ensino médio: Uma análise discursiva dos documentos oficiais.** 1. ed. Curitiba, Appris, 2018.

RODRIGUES, Daniel Santini. **Subjetividades des(re)territorializadas no ensino de filosofia: uma análise das práticas e saberes de professores não graduados em filosofia.** Periódico Horizontes –USF –Itatiba, SP. Disponível em <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/783/366> Acesso em: 26 jul. 2022.

RODRIGUES DE SOUSA, Augusto. FELZKE, Lediane Fani. **Projeto 4 Kemet: repensar a certidão de nascimento da filosofia.** NEABI/IFRO; Ji-Paraná: Porto Velho. GETEA/IFRO, 2020. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/572467> Acesso em: 24 ago. 2022.

SILVA, Luana Soares da. SITUBA, Nágila dos Santos. **Filosofia no Ensino Médio: um olhar sobre as práticas reformistas na educação brasileira.** REFILO-Revista Digital de Ensino de Filosofia | Santa Maria | periodicos.ufsm.br/refilo | v.7 -2021. Rio Grande do Sul. DOI:10.5902/2448065739281. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/refilo/article/view/39281/pdf> Acesso em: 02 nov. 2022.

Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEEDUC). **NOVO ENSINO MÉDIO** Disponível em <https://www.seeduc.rj.gov.br/novo-ensino-m%C3%A9dio> Acesso em: 13 mar. 2022.

Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEEDUC). **Catálogo de Itinerário Formativos**. Rio de Janeiro, 2022

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada: "O Silêncio da Filosofia: de 1961 a BNCC", tendo como propósito elaborar um produto educacional intitulado "Cadernos de Cartões Filosóficos: perspectiva crítica no ensino de filosofia no Novo Ensino Médio", conduzida sob a responsabilidade da mestrandia Monique Rocha Esteves Guedes do Programa de Pós-Graduação de Ensino em Educação Básica (CAp/UERJ), sendo orientada pela Profa. Dra. Andrea da Silva Marques Ribeiro. Este estudo tem por objetivo geral elaborar um caderno de cartões filosóficos de modo a contribuir para o ensino de filosofia em uma perspectiva crítica tendo em vista as mudanças advindas do Novo Ensino Médio.

Você foi selecionado(a) por ser professor atuante no ensino médio, com formação e atuação nas áreas de Ciências Humanas (Filosofia, Sociologia, História e Geografia). Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará prejuízo.

Os riscos desta pesquisa são mínimos, tais como desconforto, incômodo ao falar sobre questões profissionais. Desta forma, o participante poderá a qualquer momento interromper o preenchimento do questionário tanto temporário quanto permanentemente, poderá se eximir de responder qualquer um dos itens. E em todo o momento, poderá entrar em contato com a pesquisadora para sanar qualquer dúvida.

Sua participação na pesquisa não é remunerada nem implicará em gastos para os participantes.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder o questionário online, que visa levantar dados sobre a visão dos professores sobre o ensino de filosofia e os impactos do Novo Ensino Médio em sua rotina profissional.

Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão confidenciais e não serão divulgados em nível individual, visando assegurar o sigilo de sua participação

O pesquisador responsável se compromete a tornar públicos nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos de forma consolidada sem qualquer identificação de indivíduos participantes.

Rubrica do participante

Rubrica do pesquisador

Caso você concorde em participar desta pesquisa, assine ao final deste documento, que possui duas vias, sendo uma delas sua, e a outra, do pesquisador responsável / coordenador da pesquisa. Seguem os telefones e o endereço institucional do pesquisador responsável e do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP,

onde você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação nele, agora ou a qualquer momento.

Caso você se sinta prejudicado, o parágrafo IV.3, os itens (g) e (h) da Resolução 466/12 garante os direitos de ressarcimento e indenização (se necessário): "g) explicitação da garantia de ressarcimento e como serão cobertas as despesas tidas pelos participantes da pesquisa e dela decorrentes"; e "h) explicitação da garantia de indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa." Há também base na Resolução 510/16, no Artigo 9, nos itens VI e VII: "VI ser indenizado pelo dano decorrente da pesquisa, nos termos da Lei; e VII o ressarcimento das despesas diretamente decorrentes de sua participação na pesquisa".

Contatos da pesquisadora responsável: Monique Rocha Esteves Guedes, professora de Filosofia da Secretaria Estadual de Educação (Seeduc), telefone de contato (21) 99254-8070 ou (21) 97425-9321, email: filosofia.literatura@gmail.com, atuante como professora no Colégio Estadual Padre Anchieta, localizado na Av. Trinta e Um de Março, 10 - Parque Paulista, Duque de Caxias - RJ, 25261-000, telefone (21) 3666-1278. Atuante também no Colégio Estadual Círculo Operário, localizado na Av. Tiradentes, Nº 4 - Xerém, Duque de Caxias - RJ, 25250-130, telefone (21) 3666-1137.

Caso você tenha dificuldade em entrar em contato com o pesquisador responsável, comunique o fato à Comissão de Ética em Pesquisa da UERJ: Rua São Francisco Xavier, 524, sala 3018, bloco E, 3º andar, - Maracanã - Rio de Janeiro, RJ, E-mail: coep@sr2.uerj.br — Telefone: (021) 2334-2180. O CEP COEP é responsável por garantir a proteção dos participantes de pesquisa e funciona às segundas, quartas e sextas-feiras, de 10h às 12h e 14h às 16h.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa, e que concordo em participar.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de ____.

Nome do(a) participante: _____ Assinatura: _____

Nome do(a) pesquisador: _____ Assinatura: _____

APÊNDICE B

Link do formulário:

<https://docs.google.com/forms/d/1pSkwR7ouk6BdpjsYIROtFxsXlv9fnwVXwCPfwlsey4/edit>

Roteiro da Pesquisa com os Professores:

"O Silêncio da Filosofia: de 1961 a BNCC" A pesquisa intitulada "O Silêncio da Filosofia: de 1961 a BNCC", tendo o propósito de elaborar um produto educacional intitulado "Cadernos de Cartões Filosóficos: perspectiva crítica no ensino de filosofia no Novo Ensino Médio" e está sob a responsabilidade da mestranda Monique Rocha Esteves Guedes do Programa de Pós Graduação de Ensino em Educação Básica (CAp/UERJ), sendo orientada pela Profa. Dra. Andrea da Silva Marques Ribeiro. A pesquisa tem por objetivo geral elaborar um caderno de cartões filosóficos de modo a contribuir para o ensino de filosofia em uma perspectiva crítica tendo em vista as mudanças advindas do Novo Ensino Médio. Sendo assim, o presente questionário visa levantar dados sobre a visão dos professores sobre o ensino de filosofia e os impactos do Novo Ensino Médio em seu cotidiano profissional. Solicitamos então, após leitura e aceite do TCLE - termo de consentimento livre esclarecido, que preencha o questionário. Agradecemos sua participação!

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa, e que concordo em participar.

Li e concordo com TCLE

Li e não concordo com TCLE

Todas as informações fornecidas serão utilizadas somente para esta pesquisa. Sua identidade, dados pessoais e suas respostas serão mantidas na confidencialidade. Seu nome não aparecerá durante a pesquisa, nem quando os resultados forem apresentados, e seus dados de contato não serão repassados a outrem. Você está de acordo com os termos acima? Ao clicar em "Sim", você indica que aceita responder às perguntas deste questionário. Recomenda-se solicitar uma cópia das respostas e manter guardada.

1 - Nome

2 - Tempo de magistério

0 a 3 anos;

3 a 6 anos;

6 a 9 anos;

9 a 12 anos;

12 a 15 anos;

15 a 18 anos;

18 a 21 anos;

21 a 24 anos;

mais de 25 anos;

Outros;

3 - Formação Acadêmica

Curso Normal;

Normal Superior;

Graduação;

Especialização;

Mestrado Doutorado;

Pós Doutorado;

Outros;

4 - Em qual cidade leciona?

5 - Qual sua disciplina de ingresso?

Disciplinas Pedagógicas;

Geografia;

História;

Filosofia;

Sociologia;

Outros;

6 - Você é habilitado para Filosofia?

Sim

Não precisei

Não quis

Não tenho a carga horária exigida para habilitar.

Outros;

7 - Você leciona Filosofia?

Sim

Não

Não sou habilitado para Filosofia

Outros;

8 - Sua carga horária está plenamente em uma unidade escolar?

Sim

Não

Outros;

9 - Com a Reforma do Ensino Médio, seu cotidiano escolar sofreu alguma alteração?

Sim

Não

Um pouco

Outros;

10 - Caso a resposta tenha sido positiva. Qual ou quais foram as alterações?

11 - Se sua disciplina de ingresso for Filosofia, sua carga horária está completamente alocada em Filosofia?

Sim

Não

Minha disciplina de ingresso não é Filosofia

Outros;

12 - Caso sua carga horária não esteja alocada, você precisou complementar em quais disciplinas?

Disciplinas do Catálogo de Eletivas

Estudos Orientados

Geografia

História

Reforço Escolar

Projeto de Vida

Sociologia

Não precisei complementar

Outros;

13 - Caso esteja lecionando Disciplinas do Catálogo de Eletivas, qual temática foi escolhida na sua Unidade Escolar?

Práticas de Laboratório de Ciências Humanas;

Multiculturalismo;

Letramento Midiático;
De olho no Futuro; Intervenção Social;
Preconceito, Discriminação e Racismo;
As transformações da Humanidade através das tecnologias;
As Ciências Humanas pelas Lentes do Cinema e da Fotografia;
Direitos Humanos e Cidadania;
Educação Ambiental: Um diálogo entre Ciências Humanas;
Descobertas e Transformações do mundo Contemporâneo;
Novas Estratégias de Aprendizagem das Ciências Humanas;
Rádios, HQs... Os Recursos Audiovisuais na Aprendizagem das Ciências Humanas;
Espacialidade, Globalização e Cinema;
Não foi escolhida nenhuma eletiva de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Outros;

14 - Qual a sua opinião acerca das mudanças propostas pelo Novo Ensino Médio no que diz respeito ao ensino das Ciências Humanas?

15 - Qual a sua opinião acerca das mudanças propostas pelo Novo Ensino Médio no que diz respeito ao ensino de FILOSOFIA?

16 - Ao planejar uma atividade pedagógica para a aula de filosofia, quais temáticas você gostaria de abordar a partir da utilização de um Caderno de Cartões Filosóficos?

Antropologia Filosófica
Ética e Moral
Estética
Epistemologia
Filosofia e Mito

Lógica

Metafísica

Política

Ontologia

Outro _____

17 - Você gostaria de participar da etapa de validação do Caderno de Cartões Filósofos? Em caso afirmativo, a pesquisadora entrará em contato via e-mail. A validação acontecerá via questionário on-line sobre o produto educacional.

Sim

Não

Outros

APÊNDICE C

Os participantes assinaram novamente o Termo de Consentimento e Livre Esclarecido (TCLE). A seguir o termo:

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada: "O Silêncio da Filosofia: de 1961 a BNCC", tendo como propósito elaborar um produto educacional intitulado "Cadernos de Cartões Filosóficos: perspectiva crítica no ensino de filosofia no Novo Ensino Médio", conduzida sob a responsabilidade da mestrandia Monique Rocha Esteves Guedes do Programa de Pós-Graduação de Ensino em Educação Básica (CAp/UERJ), sendo orientada pela Profa. Dra. Andrea da Silva Marques Ribeiro. Este estudo tem por objetivo geral elaborar um caderno de cartões filosóficos de modo a contribuir para o ensino de filosofia em uma perspectiva crítica tendo em vista as mudanças advindas do Novo Ensino Médio.

Você foi selecionado(a) por ser professor atuante no ensino médio, com formação e atuação nas áreas de Ciências Humanas (Filosofia, Sociologia, História e Geografia). Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará prejuízo.

Os riscos desta pesquisa são mínimos, tais como desconforto, incômodo ao falar sobre questões profissionais. Desta forma, o participante poderá a qualquer momento interromper o preenchimento do questionário tanto temporário quanto permanentemente, poderá se eximir de responder qualquer um dos itens. E em todo o momento, poderá entrar em contato com a pesquisadora para sanar qualquer dúvida.

Sua participação na pesquisa não é remunerada nem implicará em gastos para os participantes.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder o questionário online, que visa levantar dados sobre a visão dos professores sobre o ensino de filosofia e os impactos do Novo Ensino Médio em sua rotina profissional.

Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão confidenciais e não serão divulgados em nível individual, visando assegurar o sigilo de sua participação

O pesquisador responsável se compromete a tornar públicos nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos de forma consolidada sem qualquer identificação de indivíduos participantes.

Rubrica do participante

Rubrica do pesquisador

Caso você concorde em participar desta pesquisa, assine ao final deste documento, que possui duas vias, sendo uma delas sua, e a outra, do pesquisador responsável / coordenador da pesquisa. Seguem os telefones e o endereço institucional do pesquisador responsável e do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, onde você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação nele, agora ou a qualquer momento.

Caso você se sinta prejudicado, o parágrafo IV.3, os itens (g) e (h) da Resolução 466/12 garante os direitos de ressarcimento e indenização (se necessário): "g) explicitação da garantia de ressarcimento e como serão cobertas as despesas tidas pelos participantes da pesquisa e dela decorrentes"; e "h) explicitação da garantia de indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa." Há também base na Resolução 510/16, no Artigo 9, nos itens VI e VII: "VI ser indenizado pelo dano decorrente da pesquisa, nos termos da Lei; e VII o ressarcimento das despesas diretamente decorrentes de sua participação na pesquisa".

Contatos da pesquisadora responsável: Monique Rocha Esteves Guedes, professora de Filosofia da Secretaria Estadual de Educação (Seeduc), telefone de contato (21) 99254-8070 ou (21) 97425-9321, email: filosofia.literatura@gmail.com, atuante como professora no Colégio Estadual Padre Anchieta, localizado na Av. Trinta e Um de Março, 10 - Parque Paulista, Duque de Caxias - RJ, 25261-000, telefone (21) 3666-1278. Atuante também no Colégio Estadual Círculo Operário, localizado na Av. Tiradentes, Nº 4 - Xerém, Duque de Caxias - RJ, 25250-130, telefone (21) 3666-1137.

Caso você tenha dificuldade em entrar em contato com o pesquisador responsável, comunique o fato à Comissão de Ética em Pesquisa da UERJ: Rua São Francisco Xavier, 524, sala 3018, bloco E, 3º andar, - Maracanã - Rio de Janeiro, RJ, E-mail: coep@sr2.uerj.br — Telefone: (021) 2334-2180. O CEP COEP é responsável por garantir a proteção dos participantes de pesquisa e funciona às segundas, quartas e sextas-feiras, de 10h às 12h e 14h às 16h.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa, e que concordo em participar.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de _____.

Nome do(a) participante: _____ Assinatura: _____

Nome do(a) pesquisador: _____ Assinatura: _____

APÊNDICE D

Link de formulário:

<https://docs.google.com/forms/d/1tpGEnSgAvtw39om92473cl0v1BAQoFPSo6qUWdghtAw/edit>

Roteiro da Pesquisa de Feedback com os Professores

O Silêncio da Filosofia: de 1961 a BNCC" A pesquisa intitulada "O Silêncio da Filosofia: de 1961 a BNCC", teve como propósito elaborar um produto educacional intitulado "Cadernos de Cartões Filosóficos: perspectiva crítica no ensino de filosofia no Novo Ensino Médio" e está sob a responsabilidade da mestrandia Monique Rocha Esteves Guedes do Programa de Pós Graduação de Ensino em Educação Básica (CAp/UERJ), sendo orientada pela Profa. Dra. Andrea da Silva Marques Ribeiro.

Caro Professor, Esperamos que esteja bem e é com grande prazer que convidamos você a participar no aprimoramento do "Caderno de Cartões Filosóficos", compartilhando conosco suas experiências. Queremos saber como o caderno funcionou para vocês, que tipo de discussões ele está gerando em sala de aula e quais melhorias podem ser feitas. Sendo assim, o presente questionário visa o Feedback acerca da utilização do Caderno de Cartões Filosóficos Solicitamos então, após leitura e aceite do TCLE - termo de consentimento livre esclarecido, que preencha o questionário. Agradecemos sua participação!

1. E-mail *

2. Marcar apenas uma

Li e concordo com TCLE

Li e não concordo com o TCLE

Todas as informações fornecidas serão utilizadas somente para esta pesquisa. Sua identidade, dados pessoais e suas respostas serão mantidas na confidencialidade. Seu nome não aparecerá durante a pesquisa, nem quando os resultados forem apresentados, e seus dados de contato não serão repassados a outrem. Você está de acordo com os termos acima? Ao clicar em "Sim", você indica que aceita responder às perguntas deste questionário.

Recomenda-se solicitar uma cópia das respostas e manter guardada.

* 3 - Nome

4. Quais aspectos do "Caderno de Cartões Filosóficos" você achou mais eficazes em promover o engajamento dos alunos?

A temática
A utilização de músicas
A utilização de poesias
As propostas de Atividade no final.
Não sei responder
Outro:

5. Há algum tópico específico abordado nos cartões filosóficos que possa se destacar em suas aulas? Qual?

A temática
A utilização de músicas
A utilização de poesias
As propostas de Atividade no final.
Não sei responder
Outro:

6. Os cartões filosóficos abordaram uma variedade de temas. Eles são adequados para diferentes níveis de habilidade e maturidade dos alunos?

Sim
Não
Talvez
Um pouco
Outro:

7. Há alguma questão ou conceito em particular que você sentiu que estava faltando e que poderia ser incluído em futuras edições do caderno?

Sim
Não
Talvez
Outro:

8. Caso tenha sentido falta de alguma questão ou conceito em particular que poderia ser acrescentado, qual ou quais seriam?

9. Você encontrou algum desafio específico ao integrar os cartões filosóficos em seu plano de aula? Justifique sua resposta?

10. A estrutura e o design dos cartões filosóficos são claros e acessíveis para os alunos?

Sim
Não

Talvez
Outro:

11. Há alguma sugestão de melhoria em relação a estrutura e o design? Se sim, qual (ais)?

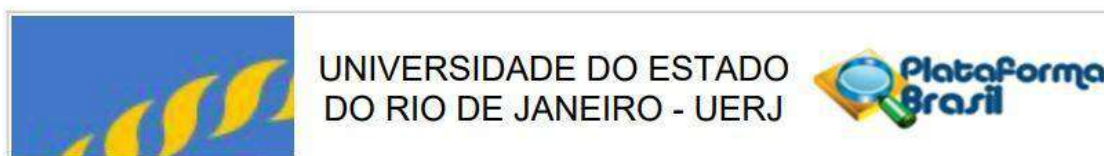
12. Acerca da impressão geral do "Caderno de Cartões Filosóficos", você acredita que ele é uma ferramenta para o ensino da Filosofia?

Sim
Não
Um pouco
Talvez
Outro:

13. Você recomendaria o "Caderno de Cartões Filosóficos" a outros professores? Justifique sua resposta.

14. Existe algo mais que você gostaria de compartilhar ou comentar sobre o uso dos cartões filosóficos em suas aulas? Justifique sua resposta.

ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O Silêncio da Filosofia: de 1961 à BNCC

Pesquisador: MONIQUE ROCHA ESTEVES GUEDES

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 69739923.0.0000.5282

Instituição Proponente: Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.076.044

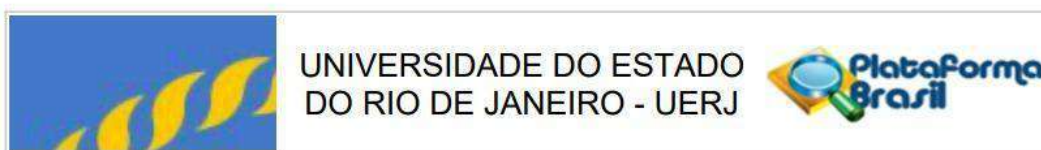
Apresentação do Projeto:

Projeto de dissertação de mestrado do PPG em Ensino e Educação Básica, com foco na área de Filosofia. Tem como objetivo principal desenvolver um produto educacional intitulado Caderno de Cartões Filosóficos que será elaborado com base na Metodologia do Processo e Produto, envolvendo três etapas: 1 - Levantamento bibliográfico e descrição do problema do ensino da Filosofia frente às reformas educacionais, especialmente no Novo Ensino Médio, identificando como esta reforma impacta na natureza da disciplina. 2- Elaboração e divulgação do questionário online para professores de ciências humanas que atuem no Ensino Médio. 3-Prototipagem do produto educacional, a saber o Caderno de Cartões Filosóficos; 4-Validação do Produto Educacional com os professores de ciências humanas que atuem no ensino médio por meio de questionário online.

Objetivo da Pesquisa:

A pesquisa tem por objetivo principal elaborar um produto educacional que possa ser utilizado como material de apoio em aulas de ciências humanas no ensino médio. O produto intitulado "Caderno de Cartões Filosóficos", tem a Filosofia como eixo norteador e pode ser utilizado por profissionais das Ciências Humanas no contexto do Novo Ensino Médio (NEM) na escola de modo crítico. Como objetivos secundários buscará 1) compreender como os professores das ciências humanas entendem do catálogo de eletivas do NEM, bem como com o Itinerário Formativo e, 2) Elaborar produto educacional que contribua para adequação do catálogo de eletivas com temáticas

Endereço: Rua São Francisco Xavier 524, BL E 3ºand. SI 3018
Bairro: Maracanã **CEP:** 20.559-900
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)2334-2180 **Fax:** (21)2334-2180 **E-mail:** coep@sr2.uerj.br



Continuação do Parecer: 6.076.044

filosóficas que possam ser trabalhadas de forma multidisciplinar, promovendo o engajamento filosófico.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos são mínimos, apenas de desconforto e leves incômodos ao responder o questionário online, que será minimizado pelo fato do participante poder interromper a qualquer momento o preenchimento do formulário. Como benefícios, aponta para a oportunidade dos participantes voluntários expressarem seus contentamentos e descontentamentos em relação ao novo ensino médio, bem como de sugerir temáticas para a construção do Produto Educacional "Caderno de cartões filosóficos".

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa interessante, pertinente e atual, que aponta para produção de um conteúdo original a ser usado nas escolas.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresentou folha de rosto assinada; cronograma e orçamento adequados; apresentou instrumento de coleta dos dados (questionário a ser aplicado aos professores) e TCLE.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

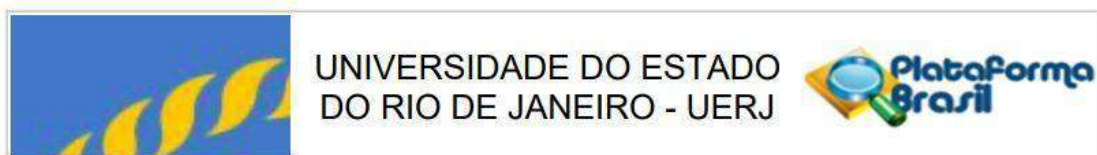
Ante o exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP UERJ deliberou pela aprovação deste projeto, visto que não há implicações éticas.

Considerações Finais a critério do CEP:

Faz-se necessário apresentar o Relatório Anual - previsto para maio de 2024. O Comitê de Ética em Pesquisa – CEP UERJ deverá ser informado de fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo, devendo o pesquisador apresentar justificativa, caso o projeto venha a ser interrompido e/ou os resultados não sejam publicados.

Tendo em vista a legislação vigente, o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP UERJ recomenda ao(à) Pesquisador(a): Comunicar toda e qualquer alteração do projeto e/ou no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, para análise das mudanças; informar imediatamente qualquer evento adverso ocorrido durante o desenvolvimento da pesquisa; o comitê de ética solicita a V.S.^a que encaminhe a este comitê relatórios parciais de andamento a cada 06 (seis) meses da pesquisa e, ao término, encaminhe a esta comissão um sumário dos resultados do projeto; os dados individuais de todas as etapas da pesquisa devem ser mantidos em local seguro por 5 anos.

Endereço: Rua São Francisco Xavier 524, BL E 3ºand. SI 3018
Bairro: Maracanã **CEP:** 20.559-900
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)2334-2180 **Fax:** (21)2334-2180 **E-mail:** coep@sr2.uerj.br



Continuação do Parecer: 6.076.044

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2143672.pdf	18/05/2023 17:46:09		Aceito
Folha de Rosto	FOLHADEROSTOMONIQUEROCHAESTEVESGUEDESassinada.pdf	18/05/2023 17:36:41	MONIQUE ROCHA ESTEVEES GUEDES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETOMONIQUEROCHAESTEVEESGUEDES.pdf	17/05/2023 20:20:29	MONIQUE ROCHA ESTEVEES GUEDES	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMAMONIQUEROCHAESTEVESGUEDESS.pdf	17/05/2023 20:20:15	MONIQUE ROCHA ESTEVEES GUEDES	Aceito
Outros	CARTAOAMELIAMONIQUEROCHAESTEVESGUEDES.pdf	17/05/2023 20:05:13	MONIQUE ROCHA ESTEVEES GUEDES	Aceito
Outros	FORMULARIOONLINEMONIQUEROCHAESTEVESGUEDES.pdf	17/05/2023 20:02:24	MONIQUE ROCHA ESTEVEES GUEDES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMODECONSENTIMENTOLIVREESCLARECIDOMONIQUEROCHAESTEVESGUEDES.pdf	17/05/2023 19:57:24	MONIQUE ROCHA ESTEVEES GUEDES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RIO DE JANEIRO, 23 de Maio de 2023

Assinado por:
Rosa Maria Esteves Moreira da Costa
 (Coordenador(a))